



FICS - FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

FLORENÇA DE FÁTIMA LEOCÁDIO DOS REIS

A POSTURA DOCENTE FRENTE À QUESTÃO RACIAL E SUA DISCUSSÃO
NA SOCIEDADE EDUCACIONAL FAMÍLIA-ESCOLA

Assunção - Paraguai
2019

FLORENÇA DE FÁTIMA LEOCÁDIO DOS REIS

**A POSTURA DOCENTE FRENTE À QUESTÃO RACIAL E SUA DISCUSSÃO
NA SOCIEDADE EDUCACIONAL FAMÍLIA-ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -
Graduação da FICS - FACULTAD
INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES,
como requisito para obtenção do título de
Mestre em Ciências da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Wendel Santana
Coêlho

**Assunção - Paraguai
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA

FLORENÇA DE FÁTIMA LEOCÁDIO DOS REIS

A POSTURA DOCENTE FRENTE À QUESTÃO RACIAL E SUA DISCUSSÃO NA SOCIEDADE EDUCACIONAL FAMÍLIA-ESCOLA

Total de páginas: 154

Tutor: Prof. Dr. Márcio Wendel Santana Coêlho

Dissertação Acadêmica de Mestrado em Ciências da Educação

FICS - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Asunción-Paraguay, 2019.

Áreas temáticas:

Postura Docente. Questão Racial. Discussão na Sociedade Educacional. Família-Escola.

Código da Biblioteca:

FLORENÇA DE FÁTIMA LEOCÁDIO DOS REIS

**A POSTURA DOCENTE FRENTE À QUESTÃO RACIAL E SUA DISCUSSÃO
NA SOCIEDADE EDUCACIONAL FAMÍLIA-ESCOLA**

Tese submetida à aprovação da Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação da FICS - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Tese aprovada em _____ de Novembro 2019.

Aprovado () Aprovado com ressalvas () Reprovado ()

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Wendel Santana Coêlho
Orientador

Prof. Dr. Evanildo Bragança Mendes
Membro da Banca Examinadora

Profa. Dra. Susana Marília Barbosa Galvão
Membro da Banca Examinadora

Prof. Dr. Ismael Fenner
Director General da FICS / Membro da Banca Examinadora

EPÍGRAFE

“Professores, fazemos parte de uma população culturalmente afro-brasileira, e trabalhamos com ela; portanto, apoiar e valorizar a criança negra não constitui em mero gesto de bondade, mas preocupação com a nossa própria identidade de brasileiros, que tem raiz africana. Se insistirmos em desconhecê-la, se não a assumimos, nos matemos alienados dentro de nossa própria cultura, tentando ser o que nossos antepassados poderão ter sido, mas nós já não somos. Temos que lutar contra os preconceitos que nos levam a desprezar as raízes negras e também as indígenas da cultura brasileira, pois, ao desprezar qualquer uma delas, desprezamos a nós mesmos. Triste é a situação de um povo, triste é a situação de pessoas que não admitem como são, e tentam ser, imitando o que não são”

(Gonçalves e Silva, 1996: 175)

AGRADECIMENTOS

DEDICATÓRIA

RESUMO

Este trabalho dissertativo é fruto de discussão teórica em relação à questão racial no contexto escolar de Serra do Ramalho/BA, realizado a partir de entrevistas com professores do 1º ao 4º ano de uma determinada escola da rede municipal de ensino. Com o objetivo de fornecer situações de análises e reflexões que possibilitem aos educadores uma melhor compreensão da problemática que envolve as relações etnicorraciais, especificamente no que se refere aos afrodescendentes no âmbito social e educacional. Durante essa pesquisa foram utilizados roteiro de entrevista e análise documental, ao qual é uma premissa da pesquisa qualitativa descritiva-exploratória empregada neste trabalho. Essa pesquisa mostrou que a maioria dos docentes dessa clientela de 1º ao 4º ano estão ainda pautados em um modelo tradicional, ao qual não favorece a discussão sobre as relações etnicorraciais. Assim a postura docente se encontra em dificuldade para lidar com as situações que envolvem o preconceito racial, pois os mesmos desconhecem a melhor forma de como agir frente a essas questões, e quando as abordam é apenas no aspecto folclórico e o material pedagógico é carregado de um teor racista imperceptível, pois o docente ao utilizá-lo não faz nenhuma reflexão. Isso interfere diretamente no desenvolvimento cognitivo social e intelectual do educando negro levando-o a auto rejeição. A formação docente associada, a criticidade e sensibilização pelas questões raciais são o diferencial para transformar a prática pedagógica, e levar a discussão para o campo família-escola é de suma importância para ambas as sociedades distintas.

Palavras-Chave: Postura Docente. Questão Racial. Discussão na Sociedade Educacional. Família-Escola.

RESUMEN

Esta disertación es el resultado de una discusión teórica sobre el tema racial en el contexto escolar de Serra do Ramalho / BA, realizada a partir de entrevistas con maestros de 1 ° a 4 ° grado de una escuela en particular en el sistema escolar municipal. Con el fin de proporcionar situaciones de análisis y reflexión que permitan a los educadores comprender mejor los problemas relacionados con las relaciones etnoraciales, específicamente con respecto a las personas de ascendencia africana en el contexto social y educativo. Durante esta investigación, utilizamos el guión de la entrevista y el análisis de documentos, que es una premisa de la investigación cualitativa descriptiva-exploratoria empleada en este trabajo. Esta investigación mostró que la mayoría de los maestros en esta clientela del 1 ° al 4 ° grado todavía se basan en un modelo tradicional, que no favorece la discusión sobre las relaciones etnoraciales. Por lo tanto, la postura de enseñanza es difícil para lidiar con situaciones que involucran prejuicios raciales, porque no conocen la mejor manera de actuar sobre estos temas, y cuando los abordan es solo en el aspecto folklórico y el material pedagógico está cargado de un contenido racista imperceptible, ya que el profesor, al usarlo, no reflexiona. Esto interfiere directamente con el desarrollo cognitivo social e intelectual del estudiante negro que conduce al auto rechazo. La formación del profesorado asociado, la crítica y la conciencia de los problemas raciales son los diferenciales para transformar la práctica pedagógica, y llevar la discusión al campo de la escuela familiar es de suma importancia para ambas sociedades distintas.

Palabras Clave: Postura Docente. Pregunta Racial. Discusión en la Sociedad Educativa. Familia-Escuela.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – ANTECEDENTES E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	19
1.1 Antecedentes da Política Internacional da Questão Racial.....	20
1.2 Antecedentes da Política Nacional da Questão Racial.....	23
1.3 Estudos Nacionais e Internacionais.....	24
1.4 Formulação do Problema.....	25
1.5 Relações Étnico Raciais no Brasil: Um Breve histórico.....	26
1.6 O Conceito de Raça.....	29
1.7 O Estudo das Relações Raciais no Brasil: Algumas Teorias.....	30
1.8 Histórico e Conceitos Básicos sobre Racismo e seus Derivados.....	31
1.9 Degradação da Imagem do Negro.....	39
1.10 O Negro busca uma Saída: O Embranquecimento.....	42
1.11 A Escola Baiana e a Escola Paulista.....	45
1.12 O Mito da Democracia Racial.....	47
1.13 Perguntas de Investigação.....	50
1.14 Objetivos da Investigação: Geral e Específicos.....	50
1.15 Justificativa da Pesquisa.....	51
CAPÍTULO II – MARCO TEÓRICO.....	53
2.1 Reações Étnicos Raciais no Brasil: Um Breve Histórico.....	53
2.2 O que dizem alguns Estudiosos.....	60
2.3 Legislação e Documentos Oficiais.....	71
2.4 A Lei 9394/96 e os PCNS (Pluralidade Cultural)	78
2.5 A Lei 10639/03 Com Fruto da Luta Antirracista do Movimento Negro.....	82
2.6 Relações Étnicos Raciais: O Direito a Diferença e o Combate ao Racismo, Preconceito e Discriminação no Âmbito Escolar.....	82
2.7 Descortinando o Livro Didático.....	84
CAPÍTULO III – MARCO METODOLÓGICO.....	86
3.1 Enfoque Epistemológico.....	91
3.2 O Conceito de Discriminação Racial.....	100
3.3 A Discriminação Racial no Cotidiano.....	104
3.4 O Trabalho com a Questão Racial no Espaço Escolar.....	106
3.5 O Negro na Sociedade Brasileira.....	112

3.6 A Lei 10639/03 e A Educação.....	114	
3.7 O Relacionamento Multirracial na Escola.....	116	
3.8 Os Sujeitos da Pesquisa.....	119	
3.9 Triangulação Metodológica.....	120	
3.10 O CONTEXTO DO CAMPO DE PESQUISA: O Município de Serra do Ramalho - BA.....	120	
3.11 Procedimentos para Recolha de Dados Qualitativos.....	123	
3.11.1 A 1ª Fase: Exploratória.....	124	
3.11.2 A 2ª Fase: Pesquisa de Campo.....	125	
3.11.3 A 3ª Fase: Procedimentos e Análises da Informação Documental.....	125	
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS		
4.1. A Postura Docente Frente a Questão Racial Hoje.....	126	
4.3 A Escola na Visão da Família.....	128	
4.4 A Família na Visão da Escola.....	130	
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		132
5.1 Conclusões Gerais.....	132	
5.2 Discussões Teóricas.....	134	
5.3 Projeções Gerais.....	135	
5.4 Sugestões para Políticas Educativas.....	135	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137	
APÊNDICES.....	140	

INTRODUÇÃO

No limiar do século XXI a discussão sobre as relações étnicas permeia o espaço educacional, mas ainda é uma questão complexa e polêmica. As discussões presentes neste projeto, relata a formação inicial e continuada do professor em educação ambiental nas escolas do campo pois é de grande necessidade que o educador busque o conhecimento e aprimoramento para melhor aplicabilidade das atividades realizadas no âmbito escolar. Como o professor é uma figura determinante no processo de ensino aprendizagem do educando, o sistema educacional tem buscado meios de reverter situações e criar possibilidades em desenvolver um pensamento crítico e reflexivo no meio social, através da realidade do educando, a fim de diminuir a degradação encontrada no meio em que está inserido.

Neste contexto observou-se a postura do docente especificamente dos professores da escola São Francisco no município de Serra do Ramalho-BA, requer um conhecimento científico sistematizado e reflexivo em educação ambiental no contexto escolar, para a promoção de uma educação comprometida com a situação emergente do meio ambiente da comunidade afim de melhorar as atitudes. A pesquisa resultou nessa sistematização motivada pelas discussões presentes neste trabalho parte do princípio que a discriminação racial é um fator presente no sistema educacional que tem interferido no desenvolvimento intelectual e social do educando negro. Como o professor é uma figura determinante neste processo, o sistema educacional não tem desenvolvido a ponto de reverter essa situação para diminuir a prática de discriminação racial, pois boa parte dos sujeitos que vão para a sociedade passam a reproduzi-la.

Nesse contexto percebemos que a postura docente, especificamente dos professores, do município de Serra do Ramalho-BA, requer um conhecimento científico sistematizado e reflexivo diante das relações etnicorraciais no contexto escolar, para promoção de uma educação igualitária e comprometida com a situação emergente do negro na sociedade, a fim de melhorar o seu potencial enquanto cidadão.

A pesquisa que resultou nesse resultado foi motivada pela verificação da imparcialidade da postura docente frente as questões de discriminação racial no cotidiano escolar, refletido em nossa sociedade, pois a todo momento

presenciamos atos discriminatórios, preconceituosos e racistas envolvendo a população negra no âmbito social.

Assim notamos que o professor não trabalha e nem discute a problemática da discriminação racial no contexto escolar devido a sua postura está centrada numa educação tecnicista que não favorece a criticidade e a reflexão diante de temas sociais.

Nessa perspectiva nosso objetivo é fomentar a partir desde trabalho monográfico situações de análise, discussões e reflexões, que possibilitem aos educadores/as uma melhor compreensão da problemática que envolve as relações etnicorraciais, especificamente no que refere aos afrodescendentes no âmbito social e educacional.

Faz-se necessário que o professor compreenda que o processo de discriminação racial, sofrida pelos/as negros/as, é consequência de uma ideologia hegemônica construída historicamente e será minimizada a partir da discussão e propostas pedagógicas sobre a temática das relações etnicorraciais no contexto educacional e escolar.

Quanto à metodologia usada para construção deste trabalho foi majoritariamente qualitativo, porque permitiu-nos observar, interpretar, analisar, refletir e levantar diferentes e as vezes conflitantes pontos de vistas do docente acerca do preconceito, da discriminação racial nas relações entre crianças negras e não negras e até mesmo a falta de preparação do professor para lidar com a problemática. *Em pesquisas qualitativas, as grandes massas de dados são quebradas em unidades menores e, em seguida reagrupadas em categorias que se relacionam entre si de forma a ressaltar padrões, temas e conceito.* (Bradley, 1993).

No momento de análise das entrevistas as perguntas foram ordenadas em categorias para que melhor fosse analisadas e discutidas a postura docente frente às questões raciais, assim, facilitou-nos a perceber o que de fato os entrevistados tinham em comum, ou o que divergiam em sua prática pedagógica.

A metodologia utilizada neste trabalho monográfico foi à técnica de entrevista. A escolha dessa técnica se deu por se constituir em um instrumento eficaz para obtenção de dados legítimos para realização de uma pesquisa qualitativa, essa foi aplicada de forma estruturada/padronizada, pois,

Consiste em fazer uma série de perguntas a um informante, segundo um roteiro pré-estabelecido. Esse roteiro pode ser um formulário que será aplicado da mesma forma a todos os informantes, para que se obtenham respostas as mesmas perguntas. (ANDRADE, 2003, p. 146).

Neste tipo de entrevista as perguntas não são modificadas nem sua ordem alterada, a fim de fazer comparações entre as diferentes respostas dos vários entrevistados, caso contrário não seria possível chegar a esse objetivo e obter respostas exatas. Nesta etapa a entrevista realizada foi gravada para melhor explicitar a fala dos professores, logo em seguida foi transcrita fala dos depoentes sem nenhuma alteração comprovando a sua originalidade.

Em suma, o método qualitativo é apropriado para o nosso trabalho monográfico, pois faz uma abordagem interpretativa não experimental, além de estudos exploratórios, sendo também indutivo, permitindo ao entrevistador analisar nas entrelinhas a fala do depoente, Não podemos esquecer que os dados são apresentados numa linguagem verbal ao qual enriquece de forma extraordinária a pesquisa, possibilitando ao pesquisador atuar como interpretador da realidade imerso no contexto.

Sendo assim, para melhor elucidar o foco de estudo deste trabalho monográfico o mesmo está organizado em três capítulos aos quais farão uma abordagem consistente acerca da questão racial, levando em conta a postura docente como fator primordial nesse processo de relações etnicorraciais.

No primeiro capítulo faremos um breve relato da historiografia do negro no Brasil e como foi construída as práticas discriminatórias que desencadearam o surgimento da elaboração de ideologias que justificassem o racismo ao longo desses anos e como estas tem interferido na formação do povo brasileiro, principalmente no que diz respeito ao povo negro.

Nesse período têm surgido várias teorias que justificasse o racismo. A primeira é teoria da ciência, que inferioriza a raça negra, considerando os negros como anômalos e que o negro serviria como objeto de estudo, portanto deveriam ser dominados. No ano de 1900, C. Carrol, em sua obra “Provas Bíblicas e Científicas de que o Negro não é Membro da Raça Humana”, declara que todas as pesquisas científicas confirmam sua característica símia.

Gilberto Freire tem uma importante contribuição com o mito da democracia racial, que surgiu no período colonial que segundo ele havia uma harmonia entre servos e senhores uma das mais importantes foi à teoria do branqueamento que por questões políticas e econômicas que tinham como objetivo diminuir o número de negros no Brasil com a imigração de europeus com promessas salariais e demais regalias que o negro, assim surgindo a miscigenação e reduzindo o número de negros.

Ainda está presente neste capítulo o conceito epistemológico do que é ser raça, o que é “ser negro” e etnia. Foi observado que as desigualdades sociais surgidas em relação aos negros foram devido à falta de oportunidades que estes vêm sendo relegados longo do processo histórico impedindo assim, a sua ascensão na sociedade.

Iniciamos o segundo capítulo como título relações étnicas raciais e educação que faz uma análise de alguns textos publicados na década de 1980/90 colocando em pauta as relações etnicorraciais no campo educacional. Em consonância a temática foram observados e analisados os documentos oficiais como: LDB 9394/96, PCN, Pluralidade Cultural e a lei 10639/03.

Com a leitura proporcionada pelos textos acima citadas no qual refere que a criança negra está sempre em desvantagem à criança não-negra, pois o material didático, o ambiente escolar, a postura docente vem reforçando a auto-baixa-estima da criança, não valorizando o seu grupo étnico que está sempre em desvantagem, mostrando também a importância de ser trabalhado sobre a construção da identidade da criança negra, ao qual será mediada pela postura docente, que implicará na construção negativa ou positiva dessa identidade.

Do ponto de vista institucional, a situação dos negros parece estática. E praticamente quase sem nenhuma participação política. Pouco se percebe o envolvimento de pessoas negras como representante de governo, como prefeito, deputado entre outros. Em todas as situações verifica-se que a participação da população negra segue o mesmo sentido analisados nos demais setores da sociedade: No mercado de trabalho, no acesso à educação superior etc., as estatísticas demonstram que os povos negros são minoritários e considerados como inferiores.

Contudo, a despeito das adversidades em que a luta antirracista foi historicamente submetida, inclusive através do isolamento político, os negros sempre resistiram. Há uma história política não institucional que nem sempre é contada. Mesmo marginalizados pela sociedade, abandonados à própria sorte, sem acesso a terra, sem direito a qualquer indenização pelos trabalhos forçados, vítimas do preconceito e da discriminação, os negros resistiram; através da formação de associações comunitárias negras, do candomblé, das escolas de samba, da imprensa negra, da participação em movimentos e partidos políticos lutando pelo reconhecimento público da questão racial.

No tocante à nova LDB (Lei de Diretrizes de Bases) 9394/96 da a disponibilizando de uma grade curricular flexível, aberta, dando autonomia as escolas a trabalhar temas sociais inseridos em seu currículo, o que antigamente não era possível. Com isso a cultura afro-brasileira sempre foi vista de maneira superficial.

A partir da LDB, originou-se a construção dos (PCNs), Parâmetros Curriculares Nacionais, onde o PCN, Pluralidade Cultural traz informações teórica metodológica acerca da diversidade cultural enfatizando as contribuições da cultura afro-brasileira para a formação do povo brasileiro. Este documento tem um valor significativo para o professor, servindo como subsídio fundamental para nortear suas atividades pedagógicas no que diz respeito aos temas transversais.

O Preservar a memória é uma das formas de construir a história. Foi a partir de anos de lutas, de vários movimentos de reivindicações, com intuito de manter viva a história do povo afro, que se elaborou a lei 10639/03, fruto dos esforços dos movimentos negros a favor de uma educação antirracista e por igualdade de oportunidades, que lhes foi negado desde o período colonial.

A implantação da lei na grade curricular requer um estudo sistematizado da mesma, a fim de sensibilizar e levar os professores analisarem, refletirem e discutirem as questões direcionadas aos negros, não folclorizando, para que possam desconstruir estereótipos introjetados na sociedade, contribuindo assim, para reconstrução da história do povo negro diferenciado dos moldes ensinados nas escolas.

A escola defensora da ideologia dominante, ou seja, européia por isso a educação oferecida aos alunos é pautada nesse modelo. Haja vista que

difícilmente vemos em livros didáticos heróis negros ou mesmo quando o faz é de maneira caricatural.

Desde criança o negro passa por várias provas de fogo para mostrar para a sociedade que ele é capaz e tão inteligente quanto a criança não-negra, porém sofre de uma discriminação racial, desde a sua infância e internaliza até a sua maturidade, pois quando o professor a possui tem fundamentação teórica embasamento para poder discutir com seus alunos e norteando-os para uma visão mais democrática e de inclusão social.

Para atender verdadeiramente aos objetivos desta lei, exigirão dos professores uma nova postura, uma nova aprendizagem e um novo conceito de educação, para que, possa repensar a natureza da teoria e da prática educacionais, bem como de educarem os jovens a valorizarem a cultura negra e respeitá-la como expressão da diversidade, sem qualquer discriminação. Portanto, notamos que a educação vem passando por várias discussões por parte de alguns teóricos e documentos oficiais acerca da temática diversidade cultural, mas os resultados refletidos na cultura negra não são relevantes e nem o professor apresenta um a postura adequada para lidar com esta situação.

Haja vista que se faça necessário debate, seminários e reflexões tendo o professor como elemento principal desse processo que conseqüentemente contribuirá para uma educação transformadora e antirracista. Aumentando não só as estáticas, mas também a autoestima dos afrodescendentes brasileiros.

O último capítulo constituiu-se nos dados coletados, que foram analisados e selecionados para elaboração desse trabalho monográfico. A subdivisão por categorias facilitou-nos a observação e a análise da fala dos entrevistados e sua postura pedagógica. Notamos também o tratamento que dão às questões etnicorraciais no cotidiano escolar.

Vale ressaltar que chamaremos os professores entrevistados por nomes fictícios por ser uma característica da pesquisa científica. Em vários momentos confrontamos as falas dos professores entrevistados com as teorias ideológicas, conceitos científicos, estudiosos e pesquisadores da área.

Portanto, compreendemos que a formação inicial do docente não permite fazê-lo uma discussão sólida acerca das relações etnicorraciais no âmbito escolar, pois sua formação está arraigada numa pedagogia tradicional

que não condiz ao modelo de educação atual, no qual requer uma postura crítica-reflexiva para atuar numa práxis transformadora, desvelando conceitos pré-estabelecidos impostos pela sociedade acerca da cultura negra, e acreditamos na postura e no trabalho do professor para resgatar os valores pertinentes a este grupo, colocando-os posição de igualdade de oportunidade.

Assim, esse trabalho monográfico contribuirá para o professor refletir e discutir acerca das relações etnicorraciais, favorecendo este adotar uma postura cidadã comprometida com as questões sociais no espaço escolar e consequentemente na sociedade.

CAPÍTULO I - ANTECEDENTES E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Marginalizados pela história do qual sempre foi visto como objeto e nunca como sujeitos, o negro acaba perdendo a autonomia a qualquer participação na sociedade, até mesmo de reclamar; não usufrui de nacionalidade e cidadania, pois a sua é contestada e sufocada, logicamente ele perde a esperança de um dia ver seu filho torna-se um cidadão.

Devido à falta de conhecimento da história real da vinda dos negros, para o Brasil, a população brasileira recebeu muitas informações deturpadas que faziam com que os negros almejassem que a sua história, origem e cultura fossem esquecidas, pois eram motivos de vergonha e não sentimento de orgulho.

Atualmente o Brasil está vivendo num processo de desconstrução da discriminação social como: igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, políticas de ações afirmativas que favorecem as classes oprimidas, leis que punem a discriminação racial e cotas para o ingresso de pessoas negras na faculdade.

Apesar das políticas afirmativas e projetos beneficentes aos afrodescendentes, ainda existem fortes resistências em desmistificar o preconceito racial, que devido ao processo histórico vivenciado em nosso país diretamente na autoestima daqueles interferindo na sua vida social.

Frequentemente é presenciada pessoas negras serem tratadas sem respeito algum por pessoas brancas, como se a cor da pele fosse mostrar sua condição social e intelectual. E o mais absurdo de tudo é quando se tem um concurso e às vezes é usado o critério da cor, é claro que sutilmente o negro é desclassificado quando geralmente nos anúncios está escrito num bom português, “precisa de pessoas com boa aparência”. De primeira mão o negro é eliminado sem nenhuma chance de mostrar sua capacidade profissional.

O racismo mais do que a discriminação é vista no cotidiano da sociedade brasileira em várias situações. Ele é adquirido envolvendo uma visão mundial influenciando interesses econômicos, políticos, religiosos e psicossociais. Econômico, quando a pessoa de pele negra é onerada com o salário bem inferior ao do branco, essa realidade é comprovada estatisticamente pelo IBGE. Quando uma empresa tem necessidade de reduzir

seu quadro de funcionários o primeiro a ser eliminado desse quadro é o negro. Na promoção e vantagens a algum cargo na empresa, para representa-la em algum evento comercial mostrando a imagem da empresa o escolhido será a pessoa de cor branca, não pela sua competência profissional, mas pela sua aparência, mesmo que vá uma outra pessoa negra para auxiliar o representante branco.

1.1 Antecedentes da Política Internacional da Questão Racial

O ano de 2011 foi definido pela ONU como o Ano Internacional dos Afrodescendentes, por meio da Resolução nº 64/169, de 18 de dezembro de 2009, da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).¹ Ao coincidir com uma década desde a realização da III Conferência Mundial Contra o Racismo, este período especial propicia reflexão sobre como o combate ao racismo se consolidou na arena internacional e como repercutiu no cenário nacional. O conjunto de tratados, conferências e documentos analisados, a seguir, converge para o reconhecimento internacional do racismo e de suas consequências, ao passo que adota, em geral, tanto uma vertente repressiva – de combate ao racismo – como uma vertente promocional – pela igualdade de oportunidade.

A internacionalização da proteção dos direitos humanos teve início após a Segunda Guerra Mundial, diante das atrocidades cometidas contra a humanidade nesse conflito. No âmbito da criação do Sistema das Nações Unidas, essa temática alcança expressivo destaque. A Carta de Constituição das Nações Unidas (Carta da ONU) defende o respeito aos direitos humanos sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. As normas internacionais de combate à discriminação racial fazem parte do sistema especial de proteção dos direitos humanos, que se diferencia do sistema geral por se direcionar a um sujeito concreto, diverso de um sujeito de direito abstrato e genérico.

O retorno à paz após os conflitos da Segunda Guerra Mundial deu início a diversas tentativas de assegurar a manutenção da paz e a solução pacífica de conflitos por meio do diálogo entre as nações. O principal instrumento internacional com este objetivo foi a Carta das Nações Unidas (ONU, 1945). No preâmbulo, a carta foi sensível aos direitos humanos quando reafirma a

igualdade entre homens e mulheres e a prática da tolerância. O segundo instrumento com caráter geral relacionado à temática dos direitos humanos foi a Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948), que confirmou o princípio da igualdade estabelecido na carta. No Artigo 2º da declaração, defendem-se o direito e as liberdades sem qualquer discriminação.

Para se compreender o combate ao racismo e à discriminação racial no sentido de um regime internacional, adota-se o conceito de Krasner sobre regimes internacionais, definido como: “princípios, normas, regras, decisões e procedimentos sobre os quais as expectativas dos atores convergem para uma determinada área”³ (Krasner, 1983). A construção do regime internacional de combate ao racismo e promoção da igualdade racial iniciou-se com o debate geral dos direitos humanos, mas pautou-se em questões específicas direcionadas a esse grupo vulnerável. Como consequência, houve a construção de instrumentos jurídicos dirigidos à questão em diversos países.

Um dos primeiros instrumentos do Direito Internacional relacionado com o combate direto à discriminação racial, de forma específica, foi aprovado no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência especializada da ONU que foi constituída em 1919, antes mesmo da formação do Sistema das Nações Unidas. Nessa organização, os documentos são aprovados pela Conferência Internacional do Trabalho, por deliberação tripartite – por meio de representações do governo, empregadores e trabalhadores de cada Estado membro. A Convenção nº 111 relativa à Discriminação em matéria de Emprego e Ocupação (OIT, 1958) representa um dos marcos no combate à discriminação racial, por tratar de um dos campos mais importantes da vida social e no qual, efetivamente, a discriminação se dá de forma corriqueira, indireta e com ampla repercussão na trajetória dos indivíduos.

O instrumento seguinte a colaborar com o debate acerca do regime internacional de combate ao racismo e à discriminação foi a Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, aprovada em 1960, no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco). Com efeito, a temática da discriminação esteve presente desde cedo nesta organização. Silva (2008) relata que em 1948 o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – The United Nations Economic and Social Council

(ECOSOC) solicitou à Unesco a elaboração de diretrizes e ações no âmbito científico e educacional com vistas à eliminação do preconceito racial. Dois anos depois, a Conferência Geral da Unesco fez igual solicitação ao seu diretor-geral.

Em 1993, foi realizada em Viena a II Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos. O documento da conferência asseverou a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos. No mesmo ano, a Resolução nº 48/134 da AGNU apontou o papel dos organismos nacionais no combate à discriminação, preeminente a discriminação racial. O diferencial da conferência foi a presença da sociedade civil organizada por meio de ONGs em reuniões junto aos peritos do comitê da CERD. Além disso, a Comissão de Direitos Humanos lançou a Relatoria Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. No ano seguinte, o fim do apartheid e a posse presidencial de Nelson Mandela encerrariam o combate àquele regime e os trabalhos da segunda década.

Ademais, como destaca Alves (2002, p. 201),

novos surtos violentos de discriminação, xenofobia e outras formas contemporâneas correlatas de intolerância [...] vinham multiplicando mundo afora. Elas se consubstanciavam inter alia em agressões a imigrantes na Europa; no ressurgimento de doutrinas “supremacistas” brancas nos Estados Unidos, inspiradoras de “milícias” armadas; nas matanças intertribais da África, paroxísticas no caso de Ruanda; no recrudescimento de conflitos etno-religiosos asiáticos, com mortes e profanações de templos; na violência e vandalismo de skinheads e grupos neonazistas dos dois lados do Atlântico (até mesmo no Brasil, que é capaz de copiar todos os piores modismos do chamado Primeiro Mundo); no agravamento do micronacionalismo fascistoide traduzido em “limpezas étnicas” e guerras civis cruentas. Ainda mais ominoso, tudo isso era acompanhado pelo fortalecimento eleitoral, nas democracias modelares, de partidos populistas de extrema direita, para os quais o “orgulho nacional” do “homem médio do povo”, associado ao racismo, à xenofobia e ao antissemitismo eram elementos demagógicos de plataformas programáticas.

A proposta da conferência contra o racismo foi apresentada ainda em 1994 na forma da Resolução nº 1.994/2, denominada “Uma conferência mundial contra o racismo, a discriminação racial ou étnica, a xenofobia e outras formas contemporâneas correlatas de intolerância”. A proposta encontrou

resistências, sendo aprovada apenas Livro TD 1882.indb 21 10/16/2013 10:08:00 AM 22 Rio de Janeiro, outubro de 2013 em 1997, inaugurando, por meio da Resolução nº 52/111, a Terceira Década de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial (Alves, 2002). Ao fim desse processo, a conferência assumiu outra denominação – Conferência Mundial sobre o Racismo e a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata. De acordo com Alves (2002), a ampliação do foco da conferência, abarcando todo tipo de discriminação, foi a gênese de alguns dos principais problemas enfrentados.

1.2 Antecedentes da Política Nacional da Questão Racial

A Carta de 1988 promoveu efetivamente significativos avanços na trajetória pela igualdade racial. O racismo foi disciplinado como crime inafiançável e imprescritível (artigo 5º); foi reconhecida a propriedade definitiva das terras quilombolas (artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias); e a diversidade cultural foi reconhecida como patrimônio a ser preservado e valorizado (artigos 215 e 216). Após esse momento, temos constatado progressos no âmbito das políticas públicas. Nesse sentido, é importante destacar também as Leis nº 7.716/1989 e nº 9.459/2007, respectivamente conhecidas com Lei Caó e Lei Paim, dedicadas ao combate à discriminação racial.

Esse movimento ganha nova força, especialmente após a III Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em 2001, em Durban (África do Sul), que representou um marco ao promover uma evolução das respostas governamentais ao tema. Entre 2001 e 2002, foram iniciados programas de ação afirmativa em alguns ministérios e lançado o Programa Nacional de Ações Afirmativas. Desde então, o governo federal tem avançado na consolidação do combate às desigualdades raciais, à discriminação e ao racismo como área de intervenção estatal, apresentando, como alternativa e enfrentamento, uma série de ações que têm como ponto central a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003. Todavia, esse entendimento é ainda permeado por desafios, como o de compreender o racismo como estruturante

das relações sociais, o que se reflete no tratamento ainda insuficiente do tema pelas políticas públicas.

Ainda que as políticas de promoção da igualdade racial necessitem de maior enraizamento no cerne do Estado, a última década tem testemunhado uma série de avanços e novos marcos legais de fortalecimento das ações. O racismo, o preconceito e a discriminação racial são os fenômenos que estruturam as desiguais relações entre diferentes grupos raciais e são responsáveis pela permanente reprodução social das desigualdades. Além das políticas de repressão, mais antigas no repertório jurídico nacional, ainda que com aplicação limitada, os últimos anos foram decisivos na conformação de um conjunto de políticas e ações voltadas à promoção da igualdade racial.

1.3 Estudos Nacionais e Internacionais

As desigualdades raciais presentes em nossa sociedade também são observadas nos indicadores educacionais. Embora o Brasil obtenha registros avançados em relação ao acesso e diminua a diferença na proporção de matrizes entre negros e brancos, o mesmo não verificará os termos de aprendizagem. Estudantes negros ainda apresentam desempenho inferior nas habilidades de proficiência em língua portuguesa e matemática em comparação aos alunos brancos.

Essa disparidade no aprendizado é mantida ao longo dos anos, com um aumento: apesar de representar 54% da população, negros (aqui incluindo todos os que são autodeclarados pretos ou pardos no IBGE) são 75% entre os 10% mais pobres do país, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015. Estando desproporcionalmente Mais representados Entre Os Mais Pobres, e também maior a probabilidade de estarem fora da escola ou matriculados em estabelecimentos com piores condições de infraestrutura e de trabalho do corpo docente, conforme mostra recente pesquisa feita pela Fundação Lemann.

No Brasil, a academia também vem encontrando descobertas nas quais a desigualdade racial também é construída a partir da sala de aula. Em estudo de 2009, os pesquisadores Ricardo Madeira, Marcos Rangel e Fernando Botelho, da Universidade de São Paulo, identificaram uma diferença

significativa entre as notas dadas aos alunos na escola e o desempenho no Saresp (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) Paulo). Estudantes negros e pardos, com o mesmo desempenho dos brancos na avaliação estadual, receberam, em média, notas menores dos professores nas internas.

Como uma avaliação externa padronizada não inclui outras características que podem ser observadas pelo professor na sala de aula, os autores alertaram para um estudo de caso que foram consideradas mais pesquisas para entender por uma discrepância ocorrida. Outros estudos nacionais e internacionais sobre o tema que fazem parte do problema podem estar justamente na expectativa de que os professores tenham respeito pelo sucesso de seus alunos, reformados por estereótipos que causam prejuízos a grupos.

1.4 Formulação do Problema

Diante de uma realidade cada vez mais gritante no tocante a questão racial em um contexto sócio educacional, tem-se nesse tópico a seguinte análise a ser verificada: Qual a postura adotada pelo docente frente à questão racial para promoção de uma educação igualitária e comprometida com a situação emergente do negro na sociedade, a fim de melhorar o seu potencial enquanto cidadão?

No campo social o negro se sente constrangido ao frequentar ambiente que só é frequentado por pessoas brancas. Pessoas negras são barradas no trânsito quando estas estão conduzindo um automóvel de porte médio, como se todo ladrão fosse negro. Outra realidade é quando profissionais de curso superior por ter cor negra sofrem racismo e são confundidas e desrespeitadas ou tratadas como delinquentes.

Está na Constituição que todo cidadão tem direito de escolher sua própria religião. Então será porque as pessoas que têm o candomblé com ataques violentos por pessoa que se dizem cristãos, católicos e protestantes sempre se sentiram superiores frente a outras religiões, principalmente quando se refere ao candomblé? Desde o início da colonização padres jesuítas achavam que os negros teriam que sofrer os castigos de Deus para pagar os

seus pecados por adorarem demônios, obrigando-os a frequentar missas e ouvir sermões dos padres da ‘verdadeira religião, a européia católica’.

O racismo costuma desintegrar o ser religioso do ser psicológico e as tradições são afetadas por um racismo opressor que destrói nações com costumes milenares. A imposição de uma religião pragmática constitui uma violência simbólica para os demais povos que são minorias os quais não têm poder de implantar os seus conteúdos culturais em uma grade curricular nem mesmo em nossas escolas.

A discriminação racial é proibida pela Constituição Brasileira de 1988 e deve ser denunciada publicamente às autoridades competentes. É inaceitável que em pleno século XXI a mais de um século de abolição ainda exista esse sentimento medíocre em que existam pessoas ignorantes se acham no direito de estigmatizar cidadãos de bem, simplesmente pela cor da sua pele. Segundo o artigo 3º da Constituição Brasileiro, inciso 13º “A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão nos termos da lei”.

Em nome desse povo negro que tem uma história de luta e persistência, é necessário que se faça resgatar e valorizar as suas heranças culturais de origem africana seja ela sudanês, angolana ou banta.

1.5 Reações Étnico Raciais no Brasil: Um Breve Histórico

“O negro fez tudo. Ao negro deve-se tudo. O trabalho escravo do negro é o centro, o núcleo de toda história do Brasil. Tudo deriva do trabalho escravo do negro; nada tem grande importância sem a presença do negro” (CHIAVENATO).

Desde o início da colonização brasileira, o negro participou da formação de nosso povo. A cor de sua pele, suas crenças, seus costumes, sua alegria, seu jeito de ser pode ser visto a todo o momento e em todo lugar. Mas, a sociedade brasileira não enaltece essas características dos africanos, ao contrário, tudo relacionado ao negro é considerado inferior e insignificante comparado as outras etnias. E a historiografia oficial se quer considera os negros como sujeitos participantes da construção da nossa sociedade.

Os negros não eram vistos como ser humano, com vontade própria, que tem sentimentos, que sente dor e alegria, mas como massa escrava, mão-de-

obra barata, indispensável para garantir a abastança dos colonizadores, como algo sem valor destituído de sabedoria e cultura tratado na maioria das vezes como “animais selvagens” pelos seus senhores que não tinha nenhuma compaixão. O negro, escravo não tinha nenhum direito sobre sua própria vida, pertencia ao seu senhor, que impunham sua língua, sua religião e seus costumes, por isso se viam no direito de tratá-los como mercadoria, comprando-os, vendendo-os usando-os e matando-os. Escravizar pessoas para benefício próprio era um negócio tão lucrativo que os senhores não interessavam substituir o negro escravo por um animal ao qualquer tipo de máquina devido ao aumento de despesas, pois em suas mãos havia alguém que independente de sua vontade poderia realizar qualquer tipo de trabalho sem cobrar nada.

Renato Barbieri mostra no Documentário Rota dos Orixás, que homens e mulheres e crianças negras antes de embarcarem nos tumbeiros, deveriam dar uma volta em torno uma árvore denominada “árvore do esquecimento” ali seria deixado a identidade de cada indivíduo suas crenças e sua cultura, para que ao chegar ao Brasil abraçassem outros costumes e a religião católica.

A cultura africana sempre foi vista pelas demais culturas como inferiores devido à cor da pele do seu povo. Mas como o ser humano pode ser visto apenas enquanto cor? E os seus feitos? A sua subjetividade? E o seu orgulho onde fica? Sabemos claramente que ao negro isso tudo foi negado.

A antropologia contemporânea tem nos mostrado que não há cultura e raça melhor que a outra, nem única, mas sim diferentes, pois nossa sociedade é tão complexa e se manifesta das mais variadas formas. Contudo ela firma que de modo geral pode identificar a raça e língua como aspectos essenciais que determina certo grupo étnico, mas que determina e não que o leva a ser melhor ou pior que os outros esses aspectos.

Nota-se nesse contexto, que a nossa sociedade sendo pluriétnica, com mistura de tantas raças abriu uma lacuna muito grande que possibilitou a entrada do preconceito e a discriminação por parte de uma etnia hegemônica eurocêntrica, que exerce todo o seu poder para subjugar e dominar outros grupos étnicos.

Infelizmente as heranças culturais deixadas pelos africanos são vistas apenas enquanto contribuição ou como algo folclórico, lembrado apenas em ocasiões comemorativas. Esse modo de pensar vem sendo construído historicamente pela cultura dominante que enriqueceu das contribuições dos outros grupos étnicos conservando suas características principais mantendo uma identidade cada vez mais forte, tendo o privilégio de representar a história oficial da nação e transmitida como verdade absoluta. Assim durante muito tempo os negros aparecem em poucos capítulos da história do Brasil e quase nada nas histórias locais e regionais.

A história da África nunca fez parte da formação escolar do povo brasileiro. Estuda-se, por exemplo, a história de Portugal e seus heróis e ignoram-se totalmente a história da África e sua cultura. Só recentemente essa questão começa a ser repensada.

Segundo Azevedo (1990) até mesmo a documentação histórica no Brasil foi vítima de violação. Após a abolição da escravatura, o ministro da fazenda realizou no dia 14 de dezembro de 1890, na cidade do Rio de Janeiro, a queima dos documentos relacionados ao escravismo. De acordo com a autora, cometeu-se um grande e irreparável erro, pois não se acabaram nas chamas os sentimentos racistas, mas retirou-se do povo brasileiro o direito da preservação de sua história, dessa forma a reconstrução do negro no Brasil tornou-se crivada de incertezas.

Lamentavelmente a história oficial é fundamentada em uma visão tradicional positivista e eurocêntrica, em que se privilegiam personalidades políticas, figuras históricas isoladas, embasadas apenas no passado linear progressista. Sabe-se que a história não é construída apenas por autores individuais, mas por movimentos sociais, pela classe trabalhadora, pelos militantes nos diversos ritmos, tempo e espaço. Acredita-se, portanto que tudo que tiver destinado ao registro humano é considerado fonte histórica.

Durante toda história da humanidade dos negros vêm contribuindo e construindo na formação de novas populações, os seus ensinamentos, suas tradições e costumes enriquecem e alegam os brasileiros. Portanto, deve ser respeitado o pluralismo cultural, ou seja, a diferença entre os povos e eliminar a supremacia da cultura européia sobre as demais. Todas as culturas devem ser valorizadas cada uma com o seu ritual, sem nenhuma forma de opressão.

A negritude brasileira em nenhum momento histórico se deixou abater por ser um povo sofrido e oprimido, sempre lutou e hoje persiste em conseguir a pluralidade cultural. No entanto, faz-se importante que nossa gente conheça a sua história, uma história de luta onde existiram vencidos e vencedores, porém não se deve esquecer jamais que os negros sempre foram guerreiros e lutaram por seus direitos e devem ser vistos e respeitados por todos com o mesmo direito e oportunidades. A falta de conhecimento leva a sociedade à ignorância frente às questões raciais.

Nesse contexto, percebe-se que o racismo é um fenômeno operador de desigualdade social. E para reforçar essa ideia vale lembrar que a Bahia, sendo porta de entrada da raça negra no Brasil, 78,2% da população é negra e, no entanto apenas 3% conseguem ingressar na universidade e 1% conseguem concluir. Isso demonstra a exclusão do negro no processo educacional, vivendo assim à margem da sociedade.

No município de Serra do Ramalho não é diferente, pois a cidade foi construída a partir de remanescentes da barragem de Sobradinho, regiões ribeirinhas e de outros estados, gerando uma multiplicidade de culturas, abrindo lacunas para reforçar o preconceito racial.

Diante dessa realidade, observa-se que nas escolas de Serra do Ramalho as crianças afrodescendentes possuem sua autoestima reduzida, devido às experiências ruins como: mensagens de inferioridade, más condições de vida, desrespeito a sua cultura, entre outras. Para amenizar essa situação é necessário trabalhar o resgate da autoestima das crianças negras, para que as mesmas possam desenvolver o amor, o respeito por si mesmo e adquiram mais segurança diante das adversidades e dos obstáculos que devem vencer em seu caminho.

1.6 O Conceito de Raça

Cientistas são unânimes em apontar que não existe raça humana. Falar em raça “branca” ou “negra” é tão absurdo quanto achar que uma pessoa de crânio grande é mais inteligente do que uma de crânio pequeno.

De acordo com os cientistas não existe diferença de raças, a ciência não pode explicar as diferenças culturais das civilizações, porém há uma única

explicação científica para explicar as características climáticas e ambientais em que determinado grupo viveu e se desenvolveu, por exemplo, pessoas que viveram em lugares quentes e de ar úmido têm o nariz mais largo como os negros, assim como as pessoas que viveram em lugares de temperatura baixa tem o nariz afilado para que o ar possa atingir os pulmões no caso das pessoas brancas.

Em 1950, a UNESCO convidou renomados cientistas para examinarem se de fato havia alguma comprovação científica de que a espécie humana poderia ser dividida em diferentes raças. O resultado desse estudo é que eles descobriram que não poderia se fazer uma divisão das raças, pois devido às constantes migrações o que gerava a miscigenação e que o que acontecia que cada vez que as pessoas se agrupavam e apresentavam sua própria cultura, língua e costumes. Então a ciência afirma que “não existem espécies humanas”, mas uma única espécie. Então por que será que a humanidade tem no seu íntimo a ideia de que existe uma raça padrão uma raça que deve ser superior e outra raça inferior.

1.7 O Estudo das Relações Raciais no Brasil: Algumas Teorias

Segundo Aristóteles existia homens que por natureza, estavam predestinados a serem livres e a comandar; e outros a serem escravos e a serem comandados. Estudiosos como o francês Joseph- Auguste de Gobineau, o alemão Richard Wagner e o inglês Houston Stewart Chamberlain, utilizaram a teoria da seleção natural do biólogo Charles Darwin e outros argumentos para explicar que alguns grupos humanos eram fortes e outros eram fracos e que os fortes teriam herdado certas características que os tornavam superiores e os autorizavam a comandar e a explorar os outros povos. E os fracos teriam características que os tornavam inerentemente inferiores, portanto deveriam ser comandados.

É a justificativa que encontraram através do tipo físico para classificar os seres humanos, relacionando-os às diferenças intelectuais e morais, surgindo assim à ideia de raça, em que os negros e os não europeus estariam classificados como raça inferior e os brancos, como raça superior. Vale a pena lembrar que os próprios europeus tinham diferentes culturas e diferentes

físicos, como os alpinos, nórdicos, mediterrâneos, entre outros; porém, as pessoas que inventaram o racismo fizeram vistas grossas para isso, pois o que interessava era somente a diferença entre europeus brancos e não europeus.

Uma outra ideia de racismo pode ser observada em 1908, quando inglês Francisco Dalton, fundou em Londres, a Sociedade Educação Eugênica, cujo objetivo era defender a pureza das raças, denominado eugenia.

Não poderíamos deixar de frisar aqui a ideia absurda, ignorante e brutal do inglês Adolf Hitler, cuja prática racista gerou o extermínio de 6 milhões de judeus pelos alemães nazistas em 1945.

Incrivelmente a ideia de racismo surge exatamente no momento em que os europeus necessitavam de uma “justificativa” para exploração de populações diferentes. O domínio colonial dos europeus, explorando e atacando povos nativos em desvantagens social, política e econômica, fez com que aqueles passassem a ser discriminados e inferiorizados por não terem os mesmos costumes que os europeus. Segundo estes últimos, “os selvagens” não possuíam características inatas entre os homens. O que significa que deveriam ser submetidos e escravizados pelos europeus.

Na África do Sul o regime de segregação racial foi tão grande que enquanto os brancos possuíam 750 mil piscinas de água potável, faltava água para 10 milhões, quase todos negros, um dos resultados da tragédia social gerada pelo apartheid, (um regime oficial de discriminação racial que era apoiado pelo governo local), o qual segregava a população negra pela minoria branca e que aqueles não podiam entrar em áreas destinadas aos brancos, a menos se tivessem autorização. Caso entrassem sem permissão eram presos.

1.8 Histórico e Conceitos Básicos sobre Racismo e seus Derivados

Para entender o presente precisa-se analisar criticamente o passado, principalmente quando o assunto está relacionado ao racismo, sua origem e suas consequências. Mas antes de discutir essa questão, você professor, necessita refletir sobre os seguintes questionamentos: você, professor(a), já foi alguma vez discriminado por ser negro(a) ou devido a sua origem étnica ou religiosa? Ou por ser mulher, deficiente, gordo(a)? Como se sentiu? Dá pra

você imaginar o que acontece em sala de aula no que se refere à discriminação e ao preconceito?

Pense nas pessoas negras, as maiores vítimas do racismo em nossa sociedade (que inclui a sua sala de aula, lembre-se). Já imaginou quantos estudantes negros (as) passam por esta dolorosa experiência cotidianamente? Você tem ideia das consequências desta desagradável situação vivida pelos(as) alunos(as) discriminados(as)? E, você já analisou o quão importante é você como parte da solução, fortalecendo o diálogo franco e esclarecedor entre os estudantes, buscando amenizar e/ou acabar com o exercício do racismo, reforçando a autoestima dos(as) mesmos(as) em sua sala de aula, em sua escola e comunidade?

Sabe-se que o racismo é extremamente forte atualmente, mas também cresce mesmo que lentamente o grau de consciência de que o racismo é prejudicial e deve ser combatido, denunciado e eliminado. E a sua postura crítica como professor (a) engajado nesta luta é de suma importância. A mídia está denunciando a prisão deste (a) ou daquele (a) cidadão (ã) que discrimina o outro (a). Infelizmente a impunidade no nosso país é tão imensa que as pessoas ainda não enxergaram que existe uma lei (se cumprida), protege a todo (a) e qualquer indivíduo vítima da discriminação racial, étnica ou outro tipo de preconceito.

Conforme Sant'Ana (2001), quando um estudante dentro ou fora da escola, da sala de aula, inadvertido ou propositalmente discrimina alguém, estes(as) participam de uma prática que nasceu na Europa no século XV. A partir daí tem germinado dor, tristeza, sofrimento e morte para milhões de seres humanos devido à cor de sua pele ou origem étnica.

O professor (a) no momento de um diálogo específico com sua turma ou informalmente, alguns estudantes poderão fazer algumas perguntas, como: Qual a origem do racismo e suas manifestações diretas com o preconceito, a segregação, os estereótipos, atualmente tão arraigados no comportamento diário de milhares de brasileiros? E os estudantes negros podem questionar: por que os racistas vivem perseguindo todos que são negros? Percebe-se nitidamente professor (a) que não dá para escapar das curiosidades e questionamentos dos(as) estudantes e nem julga aconselhável camuflar as respostas. O importante é encarar essas situações de frente.

Observa-se quando qualquer indivíduo fala em racismo, a imagem humana que geralmente lhe vem à mente, o negro é claro. Por que será que isso acontece? Por que o negro é a maior vítima do racismo praticado no Brasil? Existe alguma relação entre a escravidão imposta ao negro e o racismo sofrido por ele?

De acordo com o grande estudioso Bem Moraes, em sua obra RACISMO E SOCIEDADE, citado por Munanga, declara que:

Há uma relação muito próxima entre a escravidão a que foram submetidos os negros e a recusa às pessoas de cor negra [...] O estigma em relação aos negros tem sido reforçado pelos interesses econômicos e sociais que levaram os povos negros a escravidão. Daí o negro ter se convertido em símbolo de sujeição e de inferioridade. (MORAIS apud MUNANGA, 2001, p.33).

Construíram falsas interpretações sobre a população negra, no intuito de constitui uma elaborada concepção que beneficiaria os colonialistas brancos europeus, que usavam das piores formas para atingir seus ideários e conservação de majoritários na sociedade colonial. Destarte, Munanga registra que:

Quando os primeiros europeus desembarcaram na costa africana em meados do século XV, a organização política dos estados africanos já tinha atingido um nível de aperfeiçoamento muito alto. As monarquias eram constituídas por um conselho popular no qual as diferentes camadas sociais eram representadas. A ordem social equivalia à política. Em contrapartida, o desenvolvimento técnico, incluindo a tecnologia de guerra, era menos acentuada. Isto pode ser explicado pelas condições ecológicas, socioeconômicas e históricas da África daquela época, e não biologicamente, como queriam alguns falsos cientistas. (MUNANGA, 1996. p.9).

O racismo não surgiu de um instante para o outro, mas de um longo processo de aperfeiçoamento, tendo como metas utilizar mão-de-obra barata por meio da exploração dos povos colonizados. Abusos que gerava riqueza e acima de tudo poder. Sant'Ana concerne que o racismo entre os povos foram aparecendo e se cimentando aos poucos. Nesse sentido, a cultura popular sobrevive aos tempos porque ela é transmitida de geração a geração. Como o racismo é um fenômeno ideológico, ele se fortalece através do preconceito,

discriminação e estereótipos. Dá para compreender porque o racismo tem sobrevivido e vem se tornando mais forte a cada época, atingindo a sala de aula, a escola e a comunidade?

Na Grécia antiga era determinado que todos os indivíduos que não fizessem parte à sua raça eram qualificados como bárbaros. Heródoto afirmava que os persas consideravam-se superiores ao resto da humanidade. Aristóteles garantia que uma parte dos homens nasceu robusta e resistente, destinado expressamente pela natureza para o trabalho duro e forçado. A outra parte; os senhores nasceram fisicamente débeis; contudo, possuidora de dotes artísticos, capacitada, assim, para fazer grandes progressos nas ciências filosóficas e outras. Este pensamento serviu de base no século XV, para legitimar a escravidão dos indígenas e dos negros.

Cícero, paradoxo a Aristóteles asseverava, que os homens diferem em conhecimento, mas todos são iguais na capacidade de aprender; não há nenhuma raça que, guiada pela razão, não possa chegar a excelência. Percebe-se que existiram muitas teorias que justificarem o escravismo dos povos africanos, tanto nos aspectos científicos como teológico.

Segundo Sant'Ana, entre 1550 e 1551, o frei Juan Ginés de Sepúlveda adepto da ideologia colonialista, discutia que os índios tinham uma natureza inferior, sendo vicioso e irracional. Afirmava que a relação que existia entre um espanhol e um índio era a mesma entre um homem e um macaco, portanto tinha que ser dominado. Do outro lado, estava frei Bartolomeu de Las Casas que, demonstrando mais carisma pelos indígenas, propôs a troca destes pelos negros, declarando estes serem mais resistentes e adaptáveis ao trabalho duro e braçal.

Portanto, Sant'Ana destaca que a ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, todos esses aspectos, mais as necessidades econômicas de exploração, predisuseram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. O negro torna-se então, sinônimo de ser primitivo dotado de uma mentalidade pré-lógica.

O primeiro Ministro Francês Jules Ferrey discursava sem nenhum pudor que as raças superiores tinham certos direitos frente os inferiores e era

dever destas civilizar as outras. E quem era a raça superior? A branca. E a raça inferior? As não-brancas. E o que significa civilizar as raças inferiores? Significava alastrar, subjugar, infundir os hábitos do invasor, proporcionando uma cultura de submissão local para facilitar a dominação militar e política, contrabandear as riquezas dos dominados para sede do império conquistador.

O século XIX foi a consolidação das doutrinas racistas. Em 1839, após várias pressões, o papa Gregório XV condena o tráfico de escravos, mas não a escravidão. Para o papa, a escravidão não era malévola, desde que o senhor de escravo fosse bom. Em 1835, Artur de Gobineau compôs um tratado no qual denominou “Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas: Raças Branca, Amarela e Negra”. A característica principal desse ensaio era a divisão que fazia da raça branca. Esta, na visão de Gobineau possuía três subgrupos: os arianos considerados os verdadeiros brancos e criadores da civilização; os albinos de origem mongólica e os mediterrâneos, de origem africana. Ele sustentava a ideia que se o poder permanecesse nas mãos dos albinos e mediterrâneos, a humanidade retornaria a barbárie.

No ano de 1900, C. Carrol, em sua obra “Provas Bíblicas e Científicas de que o Negro não é Membro da Raça Humana”, declara que todas as pesquisas científicas confirmam sua característica símia. Analisa-se que os tratados, teses, ensaios voltados para a justificação da escravidão, provocaram condições tão deploráveis, que deixaram marcas tão profundas, que dificilmente o negro largaria de ser o objetivo do racismo nos dias atuais.

Este breve histórico, aqui apresentado permite-se compreender os motivos da existência de uma prática tão difundida nas relações interpessoais, com um destaque especial para a situação do negro, alvo primeiro do racismo exercido no Brasil.

Tem-se a impressão que o negro e o índio foram vítimas de uma conspiração bem planejada durante todos esses séculos, onde foram elaboradas doutrinas com falsa base bíblica e filosófica bem como tentativas de comprovação de teoria com falsa base científica que não resistiram ao tempo. Mas as marcas do racismo e suas maléficas consequências permaneceram, já que estes preconceitos sobrevivem às gerações. A discriminação e o preconceito foram se fortalecendo no dia-a-dia, criando fortíssimas raízes no imaginário popular, chegando ao ponto no qual se encontra hoje. (SANT’ANA apud MUNANGA. 2001. p.41)

Observa-se que a ideologia racista tornou-se uma prática bem elaborada e onipresente, portanto, nos leva a refletir as seguintes questões. Até quando o negro terá que carregar esta terrível herança herdada na época colonial? Será que as portas para uma boa educação estarão sempre fechadas? Até que ponto as políticas de ações afirmativas contribuem para melhorar as condições dos estudantes negros? Essa é uma resposta que só o tempo poderá responder ou o sistema educacional deverá repensar suas práticas a fim de possibilitar ao sujeito exercer sua cidadania e dela usufruir?

Quando se fala em discriminação étnico-racial nas escolas, inclui-se as práticas discriminatórias, preconceituosas que envolvem um universo composto de relações raciais pessoais entre os (as) estudantes, professores (as) e direção da escola, não esquecendo o forte racismo repassado por intermédio do livro didático e do racismo institucional, refletido através de políticas educacionais que afetam negativamente o negro.

Pesquisas feitas nos últimos dez anos mostram com muita objetividade, por onde passa esta discriminação étnico-racial nas escolas. Com estas pesquisas comprovou-se a existência de uma ideologia de rebaixamento do negro, que é avigorado na escola através do livro didático e do professor sob a configuração de estereótipos e preconceitos.

Evidencia-se nestas pesquisas, que o professor figura influente na educação e formação do (a) estudante, lamentavelmente, não percebe a presença de estereótipos e preconceito, bem como a atribuição que ele desempenha como grande árbitro no discurso ideológico, reforçando a propagação dos mesmos.

Na verdade, o que se conceitua como racismo?

Para Sant'Ana, racismo é uma ideologia que postula a existência da hierarquia entre os grupos humanos, podendo ser definido também como a teoria ou ideia que existe uma relação de causa e efeito entre as características físicas herdadas por uma pessoa e certos traços de suas personalidades, inteligência ou cultura. E, somado a isso, a noção de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outras.

O professor Joel Rufino diz que racismo é a suposição de que há raça e, em seguida a caracterização biogenética de um fenômeno puramente social e cultural, sendo uma modalidade de dominação, ou antes, uma forma de justificar a dominação de um grupo sobre o outro espelhado nas diferenças fenotípicas da nossa espécie e conclui afirmando que a sua essência é composta de ignorância e interesses combinados.

A origem da palavra racismo, conforme Paulette Marques, e em seus livros as raças humanas, diz que a palavra raça vem do italiano Razza, que significa família, ou grupo de pessoa por outro lado, continua Marques, a palavra Razza vem do árabe Ras, que quer dizer origem ou descendência.

O preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ela regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-a uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoa estigmatizadas por estereótipos. Observe alguns preconceitos clássicos, que estão bem inculcados em nosso cotidiano:

* Mulher bonita é burra. *Toda sogra é chata.

*Todos os homens são fortes.

*Toda mulher é frágil.

*Todos os políticos são corruptos.

*Toda criança negra vai mal na escola.

*O negro é burro.

O preconceito é um fenômeno psicológico, ele reside apenas na esfera da consciência e/ou afetividade dos indivíduos e por si só não fere direitos.

A discriminação, conforme Sant'Ana, é o nome que se dá para a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros. A discriminação é algo assim como tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. Como o próprio nome diz, é uma ação (no sentido de fazer ou deixar fazer algo) que resulta em violação dos direitos.

Já a discriminação racial, segundo conceito estabelecido pelas Nações Unidas, significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada

em raça, cor, descendência, origem nacional ou técnica, que tenha como objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, dos direitos humanos e liberdade fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública. (Convenção da ONU/1996, sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial).

O estereótipo de acordo com Shestakov é um conceito muito próximo do preconceito e pode ser definido como uma tendência a padronização, com a eliminação das qualidades individuais e das diferenças, com a ausência total do espírito crítico nas opiniões sustentadas. Segundo Lise Dunningan, o estereótipo é um modelo rígido e anônimo, a partir do qual são produzidas, de maneira automática, imagens ou comportamentos. O estereótipo é a prática do preconceito e sua manifestação comportamental. Sendo assim o estereótipo objetiva:

- (1) Justificar a manutenção do status quo;
- (2) Justificar uma suposta inferioridade;
- (3) Legitimar, aceitar e justificar: a dependência, a subordinação e a desigualdade.

Em suma, a partir desta discussão referente ao histórico e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados conclui-se conforme recente pesquisa realizada por um grupo de cientista que foi publicada na revista Isto É, de 15 de novembro de 1998 e comprovou, após as análises de mais de oito mil amostras genéticas colhidas aleatoriamente de pessoas em todo o mundo, que não há raças entre os seres humanos, porque as diferenças genéticas entre grupos das mais distintas etnias são insignificantes. Para que o conceito de raça tivesse validade científica, essas diferenças deveriam ser imensas. Isto é, não importa a cor de sua pele, suas características físicas ou mesmo a região geográfica de qualquer ser humano, geneticamente somos todos muito semelhantes. O que essa recentíssima pesquisa comprova é que o racismo definitivamente não fundamentos científicos. Ele continua sendo um fenômeno Cultural. E contra esse agente degradador que deve se lutar.

1.9 Degradação da Imagem do Negro

Em meados do século VX, após o desembarque dos portugueses na costa africana, alguns aventureiros europeus queriam ver com seus próprios olhos o povo negativamente descrito nos relatos antigos. Podia se esperar mais dos novos relatos, com testemunhas oculares, mas infelizmente, foi retransmitida integralmente a mesma versão. A ideia de gente sem cabeça ou com ela no peito, com chifres na testa, ou com um só olho, gente com rosto de cão faminto e coisas do gênero dominava os registros ocidentais sobre a África nos séculos XV, XVI e XVII.

Em cima dessa imagem, tenta-se mostrar todos os males do negro por um caminho: a Ciência. O fato de ser branco foi assumido como condição humana normativa e o de ser negro necessitava de uma explicação científica. A primeira tentativa foi a de pensar o negro como um branco degenerado, caso de doença ou de desvio à norma. A pigmentação escura de sua pele só podia ser entendida pelo clima tropical, excessivamente quente. Imediatamente essa possibilidade foi descartada, ao constatar-se que alguns povos vivendo no Equador, como os habitantes da América do Sul, nunca se tornaram negros.

Uma outra explicação da cor do negro foi buscada na natureza do solo e na alimentação, no ar e na água africana. Não satisfeitos com a teoria da degeneração fundamentada nas condições climáticas, outros aceitaram a explicação de ordem religiosa, nascida do mito de camítico entre os hebreus. Segundo ele, os negros são descendentes de Cam, filho de Noé, amaldiçoado pelo pai por lhe ter desrespeitado quando o encontrou embriagado, numa postura indecente.

A ideologia de cores, na simbologia de cores da civilização européia, a cor preta uma mancha moral e física, a morte e a corrupção, enquanto a branca remete à vida e a pureza. Nesta ordem de ideias, a Igreja Católica fez do preto a representação do pecado e da maldição divina. Por isso nas colônias ocidentais da África, mostrou-se sempre Deus como um branco velho de barba e o Diabo um moleque preto com chifrinhos e rabinhos [...] A única possibilidade de “salvar” esse povo tão corrupto era a escravidão. (MUNANGA, 1996. p.15).

Desse modo não haverá nenhum problema moral entre os europeus do século XVI e XVII, porque na doutrina cristã o homem não deve temer a

escravidão do homem pelo homem, e sim sua submissão às forças do mal. A preocupação cristã consistia em salvar as almas e deixar os corpos morrerem. No século XVIII, supunha-se que os pensadores iluministas, fundando uma ciência geral do homem, colaborasse para retificar o retrato negativo que se tinha do negro. Pelo contrário, eles apenas fortaleceram a noção desprezível adquirida das épocas antecedentes. Nesse mesmo século, formou-se o conceito da perfectibilidade humana, ou seja, do progresso. Mas o negro, o selvagem, continuava a viver, segundo esses filósofos, nos antípodas da humanidade, isto é, fora do circuito histórico e do rumo do progresso. Sexualidade, nudez, feiura, preguiça e indolência compõem temas-chave da descrição do negro na literatura científica daquele período.

Observe o que alguns filósofos iluministas cogitavam sobre os negros e como suas opiniões predominaram na vida dos mesmos. Para Buffon, as raças são resultados de mutações no interior da espécie humana. O determinismo do clima é considerável. No mais temperado, habitam os homens bonitos e bem feitos; é nele que se escolhe como modelo ao qual se devem atribuir as nuances de cor e beleza. As simetrias dos corpos e das mentes são maneiras perceptíveis de uma primorosa acomodação entre o meio e a espécie. Todo povo polido, por ser soberano, é responsável pelo destino da humanidade. Portanto, o caráter distintivo da raça negra na sua completude é a cor e sua aparência física. Assim, qualquer negro vive a mesma realidade lastimável, os homens preguiçosos e as mulheres pervertidas. Na categoria das sociedades humanas, os negros ocupam a posição que o lapão e o samoiedo.

Helvétus acreditava que, nascido sem ideia, vício ou virtude, tudo no homem é aquisição, até a própria humanidade. O sentimento de humanidade é, então, fruto de uma prática social, de uma educação da sensibilidade; não pode ser anterior à sociedade nem se estender a todos os homens indistintamente e independente das relações reais que os unem e se baseiam no hábito e na necessidade. A natureza deu ao homem apenas a sensibilidade física, o resto é produto de sua vida social. Para Helvétus, a inferioridade real dos selvagens não é resultado de uma falha de constituição e sim de ordem puramente histórica.

Voltaire era contra a teoria do clima. Para ele, os negros não são brancos escurecidos pelo clima porque, transportados a um país frio, permanecem procriando animais da mesma espécie. Ele acreditava na superioridade do branco em relação como na do negro frente ao macaco. Segundo ele os selvagens do Novo Mundo feios como macacos, ainda submergidos na sua animalidade, não valiam nem a pena conhecer, porque não prestaram nenhum serviço ao gênero humano.

Na primeira metade do século XIX, duas correntes de pensamento influenciaram a atitude perante os povos não-europeus. A primeira, evolucionista, explicava diferentes culturas, baseando-se no predomínio exercido pelo meio ambiente. Afirmava igualmente, que esses povos deviam seguir, com ajuda do tempo, o itinerário feito pela Europa. A segunda, racista, pensava os destinos dos homens determinados pela raça a qual pertencia. Apoiava-se não essencialmente na ecologia, e sim na biologia.

O médico alemão Franz Gall afirmou também que o tamanho da cabeça e o volume do cérebro, acusavam, entre os negros africanos, dimensões enormes comparativamente aos brancos. Na compreensão de Wulliam Frederic, fundador da sociedade etnológica as distinções mais importantes entre as raças estavam na formação da cabeça e nas proporções do rosto. A forma não só revela o caráter de um indivíduo, com também o determina. Para Paul Broca, traços morfológicos, tais como a prognatismo, a cor da pele tendendo a escura, o cabelo crespo, estariam associados a inferioridade, enquanto a pele clara, o cabelo liso, e o rosto ortognato, seriam atributos comuns aos povos mais elevados da espécie humana. Jamais uma nação de pele escura, cabelo crespo e rosto prógnato chegaram espontaneamente a civilização.

Patenteia-se com essas teorias sobre as características físicas e morais dos negros a legitimação e a justificativa de duas instituições: a escravidão e a colonização. Numa época em que a ciência se tornava um verdadeiro objeto de culto a teorização da inferioridade racial ajudou a esconder os objetivos econômicos imperialista da empresa colonial. A desvalorização do negro estende-se a tudo que toca ele: o continente nos países as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte, etc. Seu continente é quente demais

de clima viciado, mal cheiroso de geografia tão desesperada que o condena à pobreza e a eterna dependência. Todas as qualidades humanas foram retiradas do negro uma por uma.

1.10 O Negro Busca uma Saída: O Embranquecimento

Qual seria, diante desse quadro, a saída do colonizado? Historicamente duas tentativas foram observadas e analisadas. A primeira consistiu no Embranquecimento. Na sua totalidade, a elite negra alimentava um sonho: assemelha-se tanto quanto possível ao branco, para na sequência, reclamar dele o reconhecimento de fato e de direito. Como tornar real essa semelhança a não ser através da troca de pele? Ora, para nisso chegarem pressupõe-se a admiração da cor do outro o amor ao branco, à aceitação da colonização e alta recusa.

O Embranquecimento do negro realizar-se-á principalmente pela assimilação do branco. Assim, o negro vai vestir-se como europeu e consumirá alimentação estrangeira, caríssima em relação ao seu salário. Uma outra maneira de embranquecer foi no *erotismo afetivo*. São as relações sexuais entre a mulher negra ou mestiça com o homem branco, e vice-versa. A questão do sexo misto gera objeto de falsa especulação científica no século passado.

Paul Broca acreditava que tal relação era possível somente entre um homem branco e uma mulher negra. O contrário não o seria, porque o homem negro tinha um pênis excessivo e a mulher branca uma vagina estreita, mostrando até que ponto o sexo era um motivo de distanciamento numa sociedade machista dominada pelo branco. Mesmo no caso de um cruzamento possível, Broca acreditava que tal união era ordinariamente estéril e, se fecunda, o ser gerado seria incapaz de desenvolver-se normalmente, tanto no plano físico como moral.

A mulher intelectual negra quer de qualquer jeito embranquecer-se através do casamento com um branco e outras em que a mestiça persiste nessa tentativa no esforço de ascensão social e de salvação da raça. A demonstração dessa vontade de embranquecimento através do matrimônio misto aparece no livro *Je Suis Martiniquense*, de Mayotte Capageia, citado por Frantz Fanon (1952, p. 36):

Mayotte gosta de um branco de quem tudo aceita. É um senhor. Ela nada reclama, nada exige, a não ser um pouco de brancura para sua vida. E, quando perguntada se ele é bonito ou feio, enamorada responde: “tudo o que eu sei é que ele tinha olhos azuis, cabelo loiro, pele pálida e que eu o amava”.

Evidencia-se diante desta situação que a auto recusa do negro já estava tão enraizada que Mayotte amava o seu senhor por ser branco, não importando se era feio ou bonito, jovem ou velho, alto ou baixo, e sim a característica fundamental: ser branco. Uma das angústias mais constantes dos jovens intelectuais negros, quando chegavam à Europa, era manter relações sexuais com uma mulher branca. Algumas diziam, em tom de brincadeira, que era uma maneira de vingar da raça negra, na esperança de diluir mesmo que simbolicamente a sua inferioridade ou de torna-se branco pela posse sexual, ou, ainda, a possibilidade de melhorar a raça através de uma progenitura mestiça. As negras desaparecem-se, alisando os cabelos e torturando a pele com produtos químicos, a fim de clareá-la um pouco. Escondem-se o passado, as tradições, as raízes.

O rompimento das fronteiras da assimilação ocorrerá pelo domínio da língua colonizadora. Por isso que o povo colonizado a admirava, considerando mais ricas que a sua. Nota-se claramente, quando um grupo de jovens africanos de qualquer país de seu continente, aquele que melhor se expressar e controlava a língua estrangeira (francês, inglês português) era respeitado. Muitos africanos alienados deixaram até de falar a língua materna em casa com os familiares. Outros enviavam, após a independência de seus países, os filhos pequenos à Europa ou aos Estados Unidos, para lhes permitir, sem atraso a prática da língua estrangeira.

De acordo com Munanga (2001), o esforço do negro para torna-se branco não obteve sucesso que ele esperava. Vestido a européia, de terno, óculos, relógio e caneta no bolso do paletó, fazendo um esforço enorme para pronunciar adequadamente as línguas metropolitanas, os negros não deixavam de ser macaquinho imitando homens. Na realidade, pensar que o colonizador pudesse ou devesse aceitar de bom grado a assimilação, ou seja, a emancipação do negro seria escamotear a relação colonial. Admitir que o colonizador empreendesse espontaneamente uma mudança do seu estado,

isto é condenasse os privilégios coloniais e os direitos exuberantes dos colonos, dos industriais, pagasse dignamente a mão-de-obra negra, promovesse jurídica, administrativa e politicamente o negro, industrializasse as colônias, seria simplesmente convidá-lo a acabar consigo mesmo. Tudo leva a crer que o processo de assimilação foi apenas um mito, pois o caminho da desumanização do negro escolhido pelo colonizador não poderia integrá-lo. Pelo contrário, criou sua desestabilidade cultural, moral e psíquica.

Compreendendo que a verdadeira solução do enigma não consiste em imitar o branco, mas em batalhar para quebrar os obstáculos sociais que o impedem de ingressar na classe dos homens. Renunciando a assimilação, a libertação do negro deve se efetuar pela reconquista de si mesmo e de uma dignidade autônoma. O esforço para alcançar o branco exigia total auto rejeição; negar o europeu será a iniciativa absolutamente necessária à retomada.

Reconhecendo-se, o negro assegura-se cultural, moral, física e psiquicamente. Se reivindicando com paixão, a mesma que o fazia admirar e assimilar o branco. Assumindo a sua cor negada, vendo nela traços de feiura e beleza como qualquer ser humano. Resgatando a sua identidade, que consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de negro, em declarar de cabeça erguida: eu sou negro.

Compete aos negros buscar o conhecimento das verdadeiras causas de sua miséria social. Conhecer e divulgar sua história real e autêntica é direito inalienável de qualquer povo. Do mesmo modo que reescrever a História com visão própria e acontecimentos é dever de todos os vencidos, injustiçados e marginalizados. Sem uma visão própria do seu passado, os povos marginalizados não aparecem descaracterizados nos relatos dos poderosos, mas também se enfraquecem no vazio de uma memória não preservada. (Munanga, 1996.p.55).

Conhecer as causas históricas das opressões sociais é indispensável, mas não é suficiente para removê-las. O conhecimento histórico é uma ferramenta de grande importância nas estratégias de libertação, mas não é o próprio elemento libertador. A libertação dos marginalizados começa no conhecimento histórico, avança com as organizações populares, se fortalece na conscientização de sua força, efetiva-se com as pressões às decisões

políticas e consolida-se na observância dos direitos dos oprimidos. No bojo desses esforços inculcam-se estratégias nos planos políticos, social, econômico e cultural, destacando-se o uso adequado dos momentos propícios na vida da Nação.

Por outro lado, a experiência no Brasil já demonstrou que também não é pura e simples legislação dos direitos que assegura o seu exercício. É a vontade coletiva que legitima o conteúdo das leis e a vigilância do povo que assegura sua observância. Assim, mais que nunca, o povo que vinham à margem desta nação deve participar do processo constituinte que se instala no país. Não é das teorias sobre o racismo, nem dos discursos sobre desigualdades sociais que deverá nascer os postulados da Nova Constituição. A experiência vivida pelo povo é soberana a qualquer intelecto doutoral. O relato dos que vem sofrendo no próprio ser as violências das discriminações que deve ser a fonte de aprendizagens para a legislação sobre preconceitos raciais. Assim, exige-se de direito e de justiça que os negros conquistem canais próprios para levar a mesa dos constituintes a sua experiência racial neste país. E você professor poderá contribuir eficazmente para essa transformação, pois é quem diretamente está trabalhando com as mentes pensantes de todos os brasileiros, mas só terá validade, se realizado a partir de um trabalho sério, crítico e acima de tudo que o leve a politização.

1.11 A Escola Baiana e A Escola Paulista

O livro de Antonio Guimarães traz contribuições importantíssimas para a nossa discussão sobre o preconceito racial, o qual ele examina estudos feitos por diversos estudiosos como ciclo de estudos patrocinados pela UNESCO, revista Anhembi, convênio Estado da Bahia- Columbia University) e outras instituições. Onde são analisadas pesquisas de estudiosos aonde chegaram a diferentes conclusões, como os resultados encontrados na pesquisa feita na escola baiana chegariam a conclusão de Freyre e Pierson, ou seja, a que o preconceito racial quase não existia. Paradoxo a esta visão em São Paulo, Rio e Sul, onde o preconceito foi detectado em grande escala, porém negado e mais, existia “o preconceito de não ter preconceito” (Fernandes, 1972:23). Mostrando as discordâncias entre baianos e paulistas aos quais os primeiros

teriam se apegado ao credo do mito da democracia racial, os últimos confirmavam o avanço do racismo no Brasil. Guimarães contesta tais afirmações dizendo que são falsas e o seu principal crítico foi Florestan Fernandes o qual fez um estudo sistematizado dando uma outra visão para a situação histórico social do negro no Brasil por meio de uma mistura de conceitos de raça e de classe. Ele também percebe que os autores da pesquisa chegam a um consenso sobre a existência do preconceito racial que existe no Brasil é muito grande e que o mito da democracia racial é cada vez mais crescente entre os autores, ainda que as diferenças regionais do Brasil fossem enormes.

Um dos estudos de Pierson chega à seguinte conclusão:

(...) o Brasil foi bem sucedido em desfazer as castas raciais da escravidão e em estabelecer uma sociedade multirracial de classes. Nesta, a rigor, não existe grupos raciais, ou seja, a convivência social, a comensalidade. A vida religiosa, o trabalho e o casamento não conhecem uma linha de cor.

A afirmação acima mostra que o Brasil é um país miscigenado, onde o multiculturalismo impera e que a riqueza de raças é valorizada, pois segundo ele poderia ter brancos ricos como brancos pobres pretos e ricos ou pretos pobres, porém não demorou muito Pierson teve que retificar a sua tese, devido às pressões sofridas pela escola paulista de que realmente existe o a discriminação racial no Brasil. Só que para ele o preconceito racial só existe onde “os grupos se sentem ameaçados em seus privilégios não sendo este o caso brasileiro”.

Quando Florestan Fernandes coloca que a sociedade burguesa deveria estar no lugar dos negros e mulatos, ele quer realmente ter a certeza de que a classe burguesa iria provar um pouquinho do que é se sentir subordinado por outrem se assim o fizesse passaria pela prova da teoria de Gilberto Freire do mito da democracia racial, pois falar é fácil, difícil é praticar e só teríamos realmente uma certeza se essa experiência fosse realizada. De que existe essa “tal democracia”.

1.12 O Mito da Democracia Racial

Clóvis Moura em seu livro “Sociologia do Negro Brasileiro” relata na visão de alguns especialistas sobre relações inter étnicas brasileira, que o Brasil é a maior democracia racial do mundo, fato que se evidencia nas nuances de cores do povo brasileiro. Afirma-se também que, os portugueses por razões culturais ou biológicas, mostram-se predispostos pelo relacionamento sexual com etnias exóticas, fato pelo qual não pode se dizer democracia racial. Sabe-se que não existe raça ou etnia pura no mundo, principalmente no Brasil. É por essa razão que não se pode dar como semelhante dois fatores distintos, como a miscigenação (que é um fato biológico) e a democratização (que é um fato sociopolítico).

A população poli étnica foi ordenada socialmente, criando mecanismos específicos de resistência à mobilidade social, vertical massiva que foram criados contra os contingentes populacionais discriminados por essa estrutura. Durante o percurso da nossa história social nenhuns dos mecanismos ideológicos criados contra os diversos segmentos discriminados foram se quer avaliados, em consequente, ergue-se a escala de valores que a estrutura de dominação e o seu aparelho ideológico impuseram para discriminar grande parte dessa população não-branca.

Percebe-se então que, essa caracterização étnica da população brasileira não estabelece nenhum relacionamento democrático e igualitário, já que a mesma se encontra subordinada a uma escala de valores onde o branco é visto como modelo superior, o negro como modelo inferior e as demais diferenciações cromáticas ficam rechaçados à medida que se aproximam ou se distancia de um desses polos considerados o positivo e o negativo, ou ainda, o superior e o inferior.

Diante dessa escala cromática, a população não branca foge simbolicamente dessa realidade que os discrimina e criam mitos para se resguardarem do julgamento discriminatório das classes dominante. Clóvis Moura ressalta as 136 cores criadas pela população não-branca ao serem entrevistados pelos pesquisadores do IBGE. Isto evidencia como o brasileiro foge da sua realidade étnica e da sua identidade, procurando através do

simbolismo a fuga do escamoteamento criados pela elite dominante, aproximando-se assim o máximo do modelo ideologizado como superior.

A afirmação de uma democracia racial no Brasil tem gerado conflito entre alguns cientistas sociais em relação a sua estrutura hierarquizada e ordenada de acordo com os valores da classe dominante, diga-se de passagem, discriminatória e controladora, confundindo assim a miscigenação, biológica, com o social e econômico.

A batalha pelo branqueamento do Brasil, emerge juntamente com o momento em que o trabalho escravo é descartado e substituído pelo assalariado europeu. O verdadeiro intuito dessa troca de mão-de-obra, não é exatamente a inferioridade do negro ou sua ociosidade, mas, pela luta acirrada por um Brasil biologicamente branco, de uma população cristã e morigerada.

A partir dessa luta, surge o imobilismo com mecanismos seletivos e estratégicos criados pela classe dominante com a finalidade de excluir do campo econômico e social a população negra e não-branca permanentemente em nível nacional. Este imobilismo aconteceu de forma tão organizada que se reflete até hoje, como podemos verificar nos gráficos abaixo:

Posição na ocupação principal, segundo a cor, em % (1980)



Para 1 empregado do preto há 5 pardos e 6 brancos



Para autônomo o preto há 7 pardos e 8 brancos



Para 1 empregador do preto há 13 e 65 brancos

Como é perceptível os negros e não-brancos são aqueles que possuem empregos e posições menos significativas social e economicamente. Moura (1980) relata que em 1893, Florestan Fernandes registrou que “o negro e o segmento mais inferiorizado da população”, fato que se repete, em 1980. Isto demonstra a eficácia dos mecanismos de imobilismo social no Brasil, impedindo que o negro ascendesse significativamente na estrutura ocupacional e em outros setores de imobilidade social.

Segundo Moura, há quem diz que com a miscigenação, o Brasil é o país mais democrático racialmente no mundo e que os negros e os segmentos não-brancos estão na atual posição econômica por culpa exclusiva deles, que não souberam aproveitar as grandes oportunidades que essa sociedade lhes deu. O que, aliás, sabe-se que não passa de ideologias criadas pelas classes abastardas como firmamento da imobilidade social. E assim, ratifica-se de vez o negro como marginal e criminoso em potencial, tendo os mesmos que andar com carteira profissional assinada, comportar-se bem nos lugares públicos, não reclamar de seus direitos violados e acima de tudo encarar a polícia como um órgão de poder todo poderoso que pode mandar um negro “passar correndo” ou jogá-lo em um camburão e eliminá-lo na estrada.

Diante deste contexto, percebe-se que os ex-escravo ao entrar no mercado de trabalho, foram altamente discriminados passando por vários mecanismos de peneiramento que preceituava o seu imobilismo, ao passo que, o trabalhador branco estrangeiro era privilegiado servindo de elemento ideológico de barragem dessa imobilização social. Muitas leis e alvarás foram criados para o escamoteamento dos ex-escravo da sociedade civilizada. Em Sergipe no ano de 1838 foi decretado a proibição de frequentar as escolas públicas:

§1-Todas as pessoas que padeçam de moléstias contagiosas;

§2-Os africanos, quer livres quer libertos.

Desta forma barravam-se também as possibilidades educacionais do negro da mesma forma que impediam o ingresso das pessoas portadoras de doenças contagiosas. Às vezes, apelava-se até para o discurso de que o negro tinha um comportamento diferente que geraria um comportamento instável para impedi-lo de frequentar certas escolas ou instituições de ordem cultural ou religioso.

1.13 Perguntas de Investigação

1. Como a Escola trata a questão racial frente aos desafios da sociedade?
2. Qual tem sido a postura adotada pelo professor no contexto racial dentro de uma realidade socioeducativa?
3. Como o negro se vê mediante tantas reivindicações a favor da eliminação das práticas racistas e discriminatórias?
4. Qual tem sido a relação família-escola quanto à postura docente frente a questão racial no aspecto socioemocional?

Os questionamentos apresentados buscam direcionar a o presente trabalho de pesquisa, a coleta de informações precisas, como forma de investigar os sujeitos envolvidos no processo educacional e se estes encontram-se embasados nas leis nacionais e internacionais no que se refere a Questão Racial e suas implicações.

1.14 Objetivos da Investigação

A pesquisa teve como premissa uma determinada escola no município de Serra do Ramalho - BA com o intuito de ser observado a postura docente frente a questão racial e como essa discussão se dá no ambiente familiar e educacional, visando a interação dialógica entre esses dois universos sociais distintos. O que se quer entender é a relação entre educadores e alunos e sua visão quanto as questões raciais e como essa questão tem sido tratada junto a família e a escola.

1.14.1 Objetivo Geral

Conhecer a postura adotada pelo professor frente a questão racial no contexto família-escola e sua importância no contexto sócio educacional visando um amplo entendimento entre alunos, pais e professores, como estes sujeitos se vêem dentro desse processo tão complexo e pouco discutido nessas duas classes sociais distintas.

1.14.2 Objetivos Específicos

1. Entender como a Escola trata a questão racial frente aos desafios da sociedade.
2. Relatar qual a postura adotada pelo professor no contexto racial dentro da realidade socioeducativa.
3. Descrever como o negro se vê mediante as muitas reivindicações a favor da eliminação de práticas racistas e discriminatórias.
4. Verificar qual tem disso a relação família-escola quanto à postura docente diante da questão racial no aspecto socioemocional.

1.15 Justificativa da Pesquisa

Dessa forma, a Temática: A postura docente frente à questão racial e sua discussão na sociedade educacional família-escola, vem pautada em uma série de significativos justificativos plausíveis, haja vista a complexidade do tema e sua abrangência de cunho não só local ou nacional, mas também internacional. E em meio a tantos problemas e questionamentos que esse tema de forma natural propõe, destaca-se: a) Conveniência: essa, pautada na postura do docente quanto a sua visão de mundo racial e seu entendimento sob o mesmo no que tange a mediação de conflitos diante da questão racial que é tão emblemática e em alguns momentos controversa dependendo dos sujeitos que a empregam. b) Relevância: no quesito relevância nota-se a importância de cunho social uma vez que foi observado o perfil social dos sujeitos participantes da pesquisa, tanto entre docentes e alunos, quanto sob o ponto de vista dos pais, por isso que deve sempre ser salientado esse tema no tocante a postura docente no quesito racial. Dessa forma, foi apresentado na justificativa o fator educacional. A escola como um órgão que contribui com a identidade da sociedade, precisa de forma sócio educativa lançar esse entendimento para todo o entorno escolar. Todos os sujeitos partícipes do processo educacional, são de certa forma, responsáveis por essa visão educativa no que tange a postura docente quanto à questão racial. Por fim têm-se o item c) Implicância: nesse contexto, nota-se uma implicância política, esta por sua vez precisa ser aplicada na prática dentro de seu discurso, fazendo em que família e escola andem juntas aplicando ou fazendo cobrar a aplicabilidade

das políticas públicas quanto à questão racial. Daí conclui-se dentro da implicância a abordagem pedagógica. Neste cenário pedagógico, professores e equipe gestora mediarão a postura do docente no contexto racial. Visto que de acordo com Da Matta (1987, p.21), “Podemos reconstruir tais realidades (ou pedaço de uma realidade), mas jamais clamar que nossa reconstrução é a verdadeira, que foi capaz de incluir todos os fatos e que compreendemos perfeitamente bem todo o processo em questão”.

Foi nessa visão pedagógica que se desenvolveu este projeto de pesquisa, cuja finalidade justificável maior repousa na certeza de que toda inquietação deve resultar em ação sócio pedagógica. Quanto à justificativa pessoal, a realização deste trabalho contribuiu para uma melhor eficácia na nossa formação acadêmica, uma vez que resultou de um trabalho intensivo de pesquisas e leituras, as quais favoreceram na aplicação dos conhecimentos e visão de mundo do pesquisador, bem como dos sujeitos da pesquisa em questão. Destarte, o trabalho também procurou contribuir para o enriquecimento de todos os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Ainda em citação à justificativa acadêmica, a dissertação apresentada a FICS - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales como requisito para a obtenção do Título de Especialista em Ciências da Educação e para a qualificação do grau de Mestre em Ciências da Educação teve como orientador o Prof. Dr. Márcio Wendel Santana Coêlho.

Há ainda uma premissa social, e que se refere à contribuição deste trabalho para a comunidade no seio da qual ele foi investigado e produzido. Considera-se que este tema foi relevante para o município em questão, uma vez que procurou analisar a relação família-escola e a contribuição dessa instituição na vida social de professores, pais e alunos. Nas entrevistas realizadas, determinados aspectos chamaram a atenção, mostrando que os caminhos da pesquisa trilhados nem sempre correspondem aos trajetos planejados e mapeados em projetos de investigação.

Além disso, buscamos apontar para possíveis desdobramentos dessas reflexões em investigações futuras sobre diferentes trajetos formativos no âmbito da postura docente no contexto racial dentro de uma trajetória assinalada, percebendo inicialmente o silêncio, o medo e o preconceito, caracterizando uma fase de negação e recusa de suas identidades, num

contexto educacional de integração e assimilação das populações com a sociedade envolvente.

CAPÍTULO II - MARCO TEÓRICO

Neste capítulo foi salientado a visão de alguns estudiosos sobre a questão racial através dos tempos, as legislações e os documentos oficiais que embasam a identidade do negro, suas especificidades, seus direitos de cidadania e igualdade social. Explanou-se a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9394/96 e os PCNS dentro do tópico Pluralidade Cultural permeando também em base da Lei 10639/03 como fruto da luta antirracista do movimento negro e suas relações étnico raciais como direito a diferença e o combate ao racismo, ao preconceito e a discriminação no âmbito escolar com fulcro na perspectiva do descortinamento do livro didático e como este apresenta a visão de mundo racial da sociedades família-escola.

2.1. O Que diz alguns Estudiosos

Apresenta-se a seguir algumas considerações de pesquisas realizadas nas décadas de 1980/90 sobre educação e relações etnicorraciais, com o objetivo de mapear um pouco das discussões sobre a temática. Este é um trabalho necessário principalmente porque aponta as principais questões estudadas e as possibilidades de novas investigações. Não é objetivo esgotar o tema, apenas sintetizar as ideias dos textos a que se teve acesso.

O texto de Luiz Cláudio Bacelos, Educação e Desigualdades Raciais no Brasil, vem apontar as disparidades no campo educacional em relação ao desempenho escolar entre pessoas de acordo com a sua cor. E mostrar que apesar de ter desenvolvido muito as possibilidades de ingresso na escola o Brasil ainda tem níveis muito inferior a países com o mesmo patamar de desenvolvimento humano. O resultado é um alarmante índice de desigualdade social, onde vem mostrando a taxa de aprovação, reprovação e da evasão da população estudantil, chegando a uma conclusão de que os índices educacionais entre pretos e pardos são bem inferiores a outros grupos sociais. No tocante a raça vem sendo um fator que tem importante influência na vida estudantil.

Na fonte de dados do PNAD-1982 a qual permite estabelecer o fluxo escolar os grupos sociais incluídos nesta análise são brancos, pretos e pardos. Nesta pesquisa feita por Ribeiro, (1987) revela que o ingresso na escola brasileira é bastante positivo a aceitação a vida escolar, portanto a permanência do educando nela é que é difícil, pois o índice de reprovação é estrondoso e mostra a incapacidade e a falta de preparo da escola para alfabetizar principalmente crianças negras e pardas na 1ª série de escolas públicas, ignorando a inúmeras reformas e projetos de ensino para combatê-los.

É interessante observar que pretos e pardos sempre são os que abandonam a escola em maior proporção aos 15 e 16 anos, cai praticamente pela metade o número de aluno pretos e pardos que frequentam a escola. A idade de maior frequência escolar por estes grupos é aos 10 anos: 94,4% para brancos 86,7% para negros e 85,8% para pardos.

Percebe-se também que a desigualdade racial é uma constante significativa e que a posição territorial aumenta ou diminui a possibilidade do indivíduo no seu progresso escolar, mas é notória a condição de raça como influência no desempenho de variação social do sujeito e, portanto, a educação é de suma importância para a formação deste.

Lopes (1987), usa a teoria de Bourdieu que é o capital cultural e linguístico a qual sua pesquisa contesta essa teoria onde crianças pobres que frequentam escola de classe média têm um bom desempenho e crianças de classe média que frequentam escola de classe pobre tinha um mau desempenho, então resolveu observar o que estava acontecendo e constatou que alunos de classe média tinham alta taxa de alfabetização e sucesso e alunos de classe pobre alto fracasso e ao se alfabetizarem levam mais de dois anos.

E o que Lopes percebe em relação à raça é que a criança negra mesmo sendo da mesma classe racial da criança branca ela sempre representa o pior desempenho e são sempre matriculadas em escola de alunado pobre sempre representando o mais fraco. E ao entrevistar o professorado ela descobre que o professor tem um estereótipo formado em relação às pessoas, onde a criança negra é sempre a problemática, filhos de pais bêbados, suja e não prestam atenção. Então reforça a pesquisa da Fundação Carlos Chagas em

que se baseia em dois fatores que existe diferença ao rendimento escolar entre alunos ricos e pobres, brancos e negros reforçando o texto de Luís Cláudio Bacelos, onde relata que a criança que frequenta a 1ª série e repete se evade da escola.

Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras, de Luiz Alberto de O. Gonçalves vem tratar dos mecanismos produzidos na escola pública ao qual leva as crianças negras ao silêncio dificultando o seu desenvolvimento de consciência e de cidadania, onde a discriminação racial contra os negros tem uma importante posição de poder ao qual é ocultada diante das relações pedagógicas aos quais fazem vistas grossas para os problemas e que professores/as têm conceitos diferentes sobre discriminação racial, com isso, surge o silêncio desses/as professores/as gerando uma discriminação cada vez mais crescente prejudicando o desempenho de crianças e jovens negros em escolas públicas. Mostrando que professores/as não têm conhecimento entre diferença e desigualdade social, essa discriminação vem abalar justamente ao patrimônio cultural da população negra brasileira.

O/A professor/a tem que saber dosar e mediar a transmissão de conhecimentos pela particularidade cultural para que não continuem punindo as crianças negras e excluindo-as da sociedade.

O texto de Helena Teodoro Lopes da Universidade Gama Filho, educação e identidade, focalizam o problema da identificação racial enquanto ser negro no Brasil, buscando resgatar os valores para servir a essa identificação negra no Brasil, não só pela cor da pele, mas através da sua cultura, através da maneira de ver o mundo e de não ter medo de se assumir enquanto negro e não aceitar tudo o que for imposto de forma pacífica. Helena traz essa problemática em sua tese ao qual fala que o negro não pode ter medo de se assumir enquanto negro, pois é difícil em um país que para se ascender profissionalmente tem que se negar enquanto raça.

Ela também chama para uma reflexão da união da classe enquanto grupo, que não interessa se o negro frequenta o candomblé ou se é protestante o que interessa é que se identifique racialmente e que os negros deverão ter um objetivo em comum que devem lutar juntos sem medo, devendo aceitar e

trabalhar as diferenças, pois segundo a autora, ainda chegará o momento em que o negro poderá falar por si próprio, mas que isso acontecerá naturalmente.

O texto de João Batista Borges Pereira, *A criança negra: identidade étnica e socialização* discute o importante papel que a escola tem na construção e formação da identidade de uma criança negra para que essa se reconheça racialmente valorizando a sua classe e para que se sinta incluído em uma sociedade pluriétnica como o Brasil.

A criança negra é podada para o seu crescimento intelectual devido à falta de estudo científico para o desenvolvimento dela, aos quais aborda dois fatores: o primeiro é que a maioria das crianças abandonadas nas grandes cidades são crianças negras o que leva esta a ficar longe da escola e muitas vezes fazem parte de famílias que têm uma situação financeira precária. E por último que a criança negra de rua é sempre vista como um marginal, eliminando desse qualquer tipo de esperança para um futuro melhor e com isso dentre o índice de escolaridade a criança negra é que apresenta o menor grau de escolaridade o qual é público. Principalmente quando se trata de educação infantil onde o estado se ausenta das responsabilidades de arcar com esta parte da educação básica e as crianças negras não têm condições de frequentar escola particular que oferece esse curso, que segundo os/as pedagogos/as é a mais importante fase da educação.

Neste contexto, a escola é que deverá ser “amiga” da criança negra para aumentar sua autoestima, porém é a primeira a discriminá-la usando uma metodologia com estereótipos negativos sobre o negro, fechando a porta para uma correção a esse erro histórico sobre a vida do negro. É preciso que a escola se alie com a sociedade para rever a forma de se passar o conteúdo histórico de uma maneira mais crítica e que desnude o sistema social brasileiro, ou seja, a autora critica o ensino brasileiro propondo uma revisão dos livros didáticos na apresentação da figura do negro e que se coloque em igualdade com autores que tenham conhecimento de causa levando o/a professor/a conhecer, denunciar e sensibilizar. Com isso será capaz de aplicar uma prática pedagógica transformadora que amenize o mito da democracia racial.

Identidade cultural e educação, de Maria de Lourdes Teodoro da Universidade de Brasília, também discute sobre a preocupação do negro se

identificar racialmente e de como a escola é uma peça fundamental nesse processo. Ela cita o sentimento de rejeição do sistema educacional que leva ao número de evasão escolar muito grande pelos negros, devido aos/os professores/os estar lecionando para um grupo dominante e que faz vista grossa para diferença racial que existe em sala de aula, oprimindo as classes minoritárias e empurrando a estas uma cultura que não é a sua.

Então a criança não se encontra, não vê a sua realidade na escola e cada vez mais se evade. Segundo o crítico literário Antônio Cândido as reformas na educação não estão gerando mudanças porque o saber continua sendo privilégio e diz mais que é preciso que se faça uma verdadeira reforma no ensino brasileiro, pois é através deste que poderá está a solução da desigualdade social, para isso é preciso que ela respeite a riqueza e contribuição de cada cultura dos grupos étnicos existentes no Brasil.

O texto também aborda a questão dos grupos étnicos (negros, índios e asiáticos) não pelo o reconhecimento enquanto identidade racial, mas ainda assim, por se sentirem oprimidos e ameaçados pelo grupo dominante. A autora afirma que a escola em vez de formar cidadãos plenos conscientes de seus direitos e deveres, ela promove justamente a evasão escolar, onde a criança negra não se encontra inserida no processo educacional, com isso a escola contribui para o lado negativo da sua cultura, favorecendo para construção de uma identidade desequilibrada e revoltada com o sistema da sociedade dominante.

Diante disso, faz-se necessário que a escola trabalhe com as diferenças, pois a partir do momento que um país como o Brasil, que tem várias misturas de raças possa se conhecer dentro da própria escola. Que cada raça possa perceber a sua cultura e não a cultura do grupo dominante.

Outra metodologia indicada pela a autora é o estudo da origem histórica, resgatando os valores de cada cultura com seus heróis, para que a criança possa se identificar, pois a origem da formação do povo brasileiro não está na desigualdade racial, mas sim, na diferença racial e essa deve ser reconhecida e respeitada.

Atualmente muito se discute sobre a igualdade de direitos e respeito á diferenças, principalmente no que diz respeito a discriminação racial. Mas o que acontece é que na prática pouca coisa foi mudada em relação estas

questões. Segundo Anete Abramowicz e Fabiana de Oliveira (1999), “a escola é vista como espaço de construção da identidade na diversidade”, porém, é notório seu papel de operadora de desigualdade, quando recorremos a alguns dados estatísticos e averiguamos que o índice de reprovação dos negros é maior que as dos brancos, como afirma Rosenberg (1987), com base nos dados do censo de 1980 e da Pnad 82 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), constatou que todas as séries do 1º grau o alunado negro apresenta índices superiores de repetência e exclusão em relação ao alunado branco.

Esta pesquisa nos aponta claramente o preconceito imperando nas escolas. Muitas vezes de maneira tão sutil e camuflada que até os próprios professores não se dão conta de suas atitudes racistas. Segundo Anete Ambrowicz e Fabiana Oliveira (1999) abordam a questão do silêncio das escolas a respeito das questões raciais. Este silêncio é a negação da existência das questões raciais e não um simples e inocente silêncio. Este silêncio que já é um preconceito está implicitamente no currículo das escolas.

A postura docente tem reforçado a discriminação racial de várias maneiras, como por exemplo, quando o mesmo não se posiciona frente as brincadeiras pejorativas com relação a questão racial dos alunos, ao fato de não dar ao aluno negro pequenas tarefas que são destinadas aos melhores da sala e desmistificando o continente africano dentre outros continentes. Desta forma as crianças negras não se vêem em modelos de estética que assegure de forma positiva a cor de sua pele. Na verdade os/as professores/as encontram poucos subsídios para trabalhar com os problemas de ordem racial, tanto os professores brancos como os professores negros estão alheios as questões raciais no cotidiano escolar. Neste sentido, Silva e Monteiro escrevem:

Os professores desconhecem a história e a cultura do povo negro e silenciam diante das situações de discriminação que as crianças vivem. Na sala de aula não se discute a questão do racismo nem como é difícil ser negro no Brasil, e não é raro as crianças negras ficarem apontando o dedo na expectativa de dar uma resposta à pergunta do professor sem serem chamadas; poucas vezes lhes é dado assumir papéis que as crianças consideram importantes, percebendo o pouco apreço, o descrédito na sua capacidade, por parte dos professores. (2000, apud Abramowicz e Oliveira, 2006, p48).

Isto faz com que as crianças negras não assimilem a sua cor, a sua raça e a sua origem, levando-as a assimilação da cultura do branco, daí surge a ideologia do branqueamento, pois as crianças entendem que para ter sucesso no âmbito escolar precisam “branquear-se”, como cita Silva e Monteiro (2000 apud Abramowicz e Oliveira, 1999 p.49), “a escola ensina a criança negra a não aceitar a cor de sua pele, os seus traços físicos, a história de seu povo, a não querer ser negra. A cor negra para vencer na escola, tem de fazer-se a imagem do branco adaptar-se aos valores brancos”.

Deste modo, a escola inculca nas crianças o desejo de aproximar-se o máximo do modelo “ideal” que é ser branco. E paulatinamente a ideologia do branqueamento vai se efetivando com a rejeição do indivíduo estigmatizado que, é o negro e a assimilação do sujeito ideologizado como perfeito que é o branco.

A escola deve ser um espaço de construção da identidade em suas duas dimensões; a pessoal e a social, estabelecidas por meio da família, amigos e a própria escola, o que vai tornar o indivíduo consciente de sua singularidade. Sabe-se que isto não é tarefa nada fácil, pois além da escola e da família o meio televisivo não só tem influenciado como também tem moldado a consciência da sociedade. De maneira quase imperceptível a televisão impõe modelos de homens, mulheres, crianças e raças ideais a serem seguidos.

Portanto, é preciso mudar, ou melhor, disseminar o discurso de igualdade apregoado pelas escolas, porque as crianças percebem o que fazemos e não só aquilo que a gente diz que faz. Prova disso, é o alto índice de reprovação e exclusão dos negros na escola, também a baixa autoestima que leva-os ao embranquecimento. E para superar esta situação, precisa-se repensar de maneira crítica a preponderância desse modelo de vida que nos é imposto para sabermos a quem corresponde e com que interesse. E a partir daí escaparmos da homogeneização da qual fomos produzidos e com a qual estamos habituados.

Neuza Maria Mendes de Gusmão em seu texto “Linguagem, Cultura e Alteridade: Imagens do outro” (1999), aborda a questão do universo da cultura ocidental a que pertencemos aonde uma única cultura vem empregando historicamente um modelo cultural e universal para toda humanidade. A

antropologia vem preocupando-se em avaliar as diferenças e colocar a educação como prática pedagógica ao desafiar o reconhecimento as diferenças e transforma-las em objeto da compreensão e da solidariedade humana. Segundo a autora a escola por ser uma instituição máxima do processo educativo, ainda enfrenta o impasse que emerge da diversidade sociocultural de seus alunos.

Educar, antes de mais nada, envolve interesses, dominação, exploração, revelando a existência do poder e seu exercício sobre indivíduos, grupos ou sociedades tidos como diferentes. Educar tem sido o meio pelo qual o diferente deve ser transformado em igual para que se possa submeter, dominar, explorar em nome de um modelo cultural que se acredita natural, universal e humano (GUSMÃO, 1999. p. 43).

É por esta razão que se vivencia hoje uma dicotomia “do que a escola ensina” e “do que a escola deveria ensinar”. Percebe-se que a escola tem servido fielmente ao longo do tempo histórico a uma única cultura, a cultura do branco, dificultando assim, o reconhecimento das crianças como seres únicos, peculiares e diversos. Negando-lhe ao reconhecimento de sua etnia e sobre tudo o direito de expressar-se culturalmente.

2.2 A Lei 9394/96 E os PCNS (Pluralidade Cultural)

A educação tem passado por discussões e reformas a fim de contemplar alguns requisitos que estão defasados nesse setor. Nos anos 90, o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para todos, em Jomtien, organizada pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial. Dessa conferência, assim como da declaração de Nova Deli assinada pelos nove países em desenvolvimento de maior contingente populacional do mundo. Efetivaram posições consensuais na luta pela satisfação das prioridades básicas de aprendizagem para todos, a fim de tornar universal a educação fundamental e de graduar oportunidades para crianças, jovens e adultas.

Analisado o quadro atual da educação no Brasil e os compromissos assumidos internacionalmente o Ministério da Educação e do Desporto, coordenou a elaboração do Plano Decenal de educação para todos (1993-2003). Este plano se firma na Constituição de 1988 a necessidade e obrigação de o Estado elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de

orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de maneira a adequá-los aos preceitos democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9394/96), na qual consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral e em particular para o ensino fundamental.

Assim “a educação básica da qual o ensino fundamental é parte integrante é assegurada no artigo 22 da referida lei. “A educação tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” Fato que confere ao ensino fundamental, ao mesmo tempo, um caráter de terminalidade e de continuidade.

A nova LDB reforça a necessidade de se propiciar a todos formação básica comum, o que pressupõe a formação de um conjunto de diretrizes capazes de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos. Para dar conta desse amplo objetivo, a LDB consolida a organização curricular de modo a conferir uma maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares, reafirmando desse modo o princípio da base nacional comum (Parâmetros Curriculares Nacionais), a ser contemplada por uma parte diversificada em cada sistema de ensino e escola na prática.

Assim, o processo de elaboração dos parâmetros curriculares nacionais iniciou-se a partir do estudo de propostas curriculares de Estados e Municípios brasileiros, dá análise realizada pela Fundação Carlos Chagas sobre os currículos oficiais e do contato com informações relativas a experiências de outros países. Foram analisados os subsídios oriundos do plano Decenal de Educação de pesquisas nacionais e internacionais, dados estatísticos sobre desempenho de alunos do ensino fundamental, bem como as experiências de sala de aula difundidas em encontros, seminários e publicações.

A organização dos PCNs caracteriza muito bem a LDB 9694/96 no qual confere:

Art. 26 Os currículos do ensino fundamental e médio deve ter uma base fundamental comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino estabelecimento escolar, por uma parte

diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

A coleção dos PCNs compõe-se de dez volumes, sendo um documento de introdução, seis documentos referentes a área do conhecimento língua portuguesa, matemática, ciências naturais, história, geografia, arte e educação física e três documentos referentes aos temas transversais: O documento ética, pluralidade cultural e orientação sexual e o de meio ambiente e saúde, que afirma o artigo da LDB acima.

O PCN Pluralidade Cultural aborda a questão racial nos advertindo que o Brasil é um país rico em diversidade étnica e cultural, plural em sua identidade: é índio, afrodescendente imigrante, é urbano, sertanejo, caçara, caipira etc., mas, no decorrer de nossa história, têm existido preconceitos, relações de discriminação e exclusão social que impedem muitos brasileiros de ter uma vivência plena de sua cidadania.

Neste enfoque o documento de pluralidade cultural trata destas questões enfatizando as diversas heranças culturais que convivem na população brasileira oferecendo informações que contribuam para formação de novas mentalidades, voltadas para superação de todas as formas de discriminação e exclusão.

A primeira parte deste documento contempla os aspectos que envolvem e justificam o tema, indica a necessidade de vivenciar a pluralidade de nossa cultura e especifica os objetivos a serem alcançados no decorrer de ensino fundamental. Entende-se que este recurso didático PCN Pluralidade Cultural está baseada na LDB que afirma no seu artigo 26, parágrafo 4º “o ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia”.

Percebe-se que essa lei associada ao PCN resgata uma problemática de suma importância para educação no sentido de autorizar e possibilitar discussões e reflexões sobre a formação da sociedade brasileira, uma vez que a cultura hegemônica européia sempre foi destaque na história oficial e a cultura afro-brasileira alvo de situações pejorativas, que corroborava cada vez mais com a discriminação racial.

Neste sentido, a temática da pluralidade cultural propõe uma concepção da sociedade brasileira que busca explicitar a diversidade étnica e cultural que a compõe, compreender suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas e apontar transformações necessárias. Vale ressaltar que pluralidade cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente e o fato de que a humanidade de todos se manifesta de formas concretas e diversas de ser humano.

Nota-se que para trabalhar com a diversidade humana não é tarefa fácil, no entanto comporta uma ampliação de horizontes para o professor e para o aluno, uma abertura para consciência de que a realidade de que vivem é apenas parte de um mundo complexo, fascinante e desafiador na qual elemento universal subjacente e definidor das relações intersociais e interpessoais deve ser a ética. Pois respeitar e valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas sim respeitá-los como expressão da diversidade.

É importante fazer-se a distinção entre diversidade cultural e desigualdade social porque as culturas são produzidas pelos grupos sociais ao longo das suas histórias, na construção de suas formas de subsistência, na organização da vida social e política, nas suas relações com o meio e com outros grupos, na produção de conhecimentos, etc. A diferença entre culturas é fruto da singularidade desses processos em cada grupo social e não significa que há cultura superior ou inferior, mas sim diferente o que não dar o direito de ser discriminada como vem acontecendo ao longo do processo histórico.

A desigualdade social é produzida na relação de dominação e exploração social e política. Quando a temática propõe trabalhar o conhecimento e a valorização da pluralidade cultural brasileira não se pretende deixar de lado essa questão. Ao contrário, principalmente no que se refere a discriminação é impossível compreendê-la sem recorrer ao contexto social em que acontece a estrutura autoritária que marca a nossa sociedade. As produções culturais não ocorrem “fora” de relações de poder: são construídas e marcadas por ele, envolvendo um permanente processo de reformulação e resistência.

Desigualdade social e discriminação racial segundo o PCN pluralidade cultural, ambas se articulam no que se convencionou “exclusão social”: impossibilidade de acesso aos bens materiais produzidos pela sociedade, e de participação na gestão coletiva do espaço público, pressuposto da democracia.

O PCN Pluralidade Cultural aborda uma questão importante na perspectiva ensino- aprendizagem que é o caráter interdisciplinar no qual constitui os estudos teóricos do tema. Tal estudo pressupõe uma base sobre a qual se opera na reflexão, principalmente docente que, ao voltar-se para prática escolar, deve ser contextualizada e trabalhada de acordo com a realidade local. Assim, a escola abre-se a possibilidade de empreender em seu cotidiano, uma reflexão que integra a práxis, uma vez que, ao tratar da formação do povo brasileiro, seus desafios e conquistas do cotidiano e no processo histórico, exige estudo e planejamento ao contrário do senso comum.

A segunda parte do documento pluralidade cultural enfatiza os critérios utilizados na seleção dos conteúdos a serem trabalhados no primeiro ciclo que corresponde do (1º ao 3º ano das séries iniciais do ensino fundamental) e segundo ciclo (4º e 5º ano do ensino fundamental). Os conteúdos propostos recebem tratamentos por blocos que se apresentam na vida social de modo integrado, vinculado no contexto amplo da cultura. Propõem-se neles núcleos temáticos que se articulam e se ampliam reciprocamente.

No recurso didático PCN Pluralidade Cultural, os critérios de avaliação orientam o/a professor/a na sua tarefa didática no sentido de priorizar o processo de aprendizagem e desenvolvimento do/a aluno/a. Essa expectativa de aprendizagem será observada principalmente no final do segundo ciclo.

Em suma o PCN, Pluralidade Cultural, instituído pelo MEC e consoante com a LDB 9394/96, busca caminhos apropriados e eficazes para lutar contra os diversos tipos de preconceitos e de comportamentos discriminatórios que prejudicam a construção de uma sociedade plural, democrática e igualitária. Mas deixa a liberdade aos educadores/as de incrementar o conteúdo da temática, baseando-se na sua experiência profissional e realidade do seu meio.

2.3 Lei 10.639/03 como fruto da Luta Antirracista do Movimento Negro

Como já sabemos a abolição da escravatura não garantiu de forma alguma a libertação de oportunidade de direito e de igualdade tão almejada, batalhada e esperada pela população negra. Após a abolição o cenário se complicou, intensificando o processo de discriminação e o grau de inferioridade foi constantemente se alargando em relação a esta etnia, que se viram num caminho sem saída, sem perspectiva de uma vida digna, situados à margem da sociedade, vítimas da exclusão social e da miséria, impedidos, portanto por certa minoria, de exercerem sua cidadania.

Mas como reverter essa situação tão drástica e precária? Segundo Santos, imediatamente os ex-escravo entenderam que os movimentos em busca da libertação foi um dos primeiros passos para a conquista da igualdade, mesmo num período em que o racismo se mantinha camuflado ideologicamente, mas que, direcionava de forma substancial a sociedade brasileira no pós-abolição. Portanto esse fator não foi empecilho para impedir a luta pelos seus ideais.

Então, esse grupo menos favorecido socialmente, sentiu grande necessidade de batalhar por uma "segunda abolição" que tinham como metas primordiais elaborar mecanismos sociais que propiciassem melhores condições nos aspectos sociais, econômicos, culturais, educacionais e políticos, ou mobilidade social suficiente que os levassem a superar a condição de excluídos e miseráveis.

De acordo com Santos em consonância com o pensamento de outros autores, um dos caminhos encontrados pelos negros, na esperança de ascenderem de status, foi a valorização da educação institucionalizada (formal). "A escola passou a ser defendida socialmente pelos negros como um veículo de ascensão social" (Santos...)

Até mesmo o Jornal Quilombo, dirigido pelo intelectual e militante negro, Abadias do Nascimento afirmava que o negro se apropriando dos saberes sistematizado do branco, este seria um forte indicativo para a equalização sócio racial. Nascimento editou na primeira edição do jornal o seguinte comentário.

A necessidade de lutar para que, enquanto não for gratuito ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros como pensionistas do Estado, e em todos estabelecimentos

particulares oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares. (Quilombo, 2003 apud Santos).

Mediante essa situação, que embora a procura pela posse do conhecimento sistematizado, como meio de integração socioeconômica, representou uma atitude coerente logo após a abolição da escravatura, pois qualquer indivíduo independente de classe social ou grupo étnico precisa instituir-se de saberes que o possibilite interagir e sobressair-se na sociedade. Contudo, infelizmente esse passo não surtiu efeito para elevação do seu nível social, mas, contribuiu de certa forma, para que os militantes e intelectuais negros, travassem uma luta em prol da desmistificação da desigualdade social a que eram submetidos e que tinham como redentora na perpetuação desse fator, a escola.

Santos afirma que historicamente o sistema educacional brasileiro sempre esforçou no sentido de prevalecer uma educação voltada para o embranquecimento cultural e esse ideário permanece até os dias atuais. Nesta perspectiva Abadia Nascimento escreve,

O sistema educacional [brasileiro] é usado com aparelhamento de controle dessa estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro - elementar, secundário, universitário- o elenco das matérias ensinadas...constitui um ritual das formalidades e da ostentação da Europa, e, mais recentemente dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características, de seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. Tampouco na universidade brasileira o mundo negro-africano tem acesso. O modelo europeu ou norte-americano se repete, e as populações afro-brasileiras são tangidas para longe do chão universitário como gado leproso. Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros (Nascimento, 1968 apud Santos, p.23).

Ao perceberem que a discriminação em relação aos negros no sistema educacional se consolidava ainda mais, os movimentos negros, começaram agir mediante tantas dificuldades, reivindicando junto ao Estado mudança de

postura no que diz respeito à educação brasileira, e que incluísse na grade curricular, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade brasileira.

Algumas dessas reivindicações já constava na declaração final do 1ª Congresso do Negro realizado nos dias 26 de agosto a 4 de setembro de 1950, no Rio de Janeiro, organizado pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), podemos verificar segundo Santos que há mais de meio século os militantes negros lutam pela emancipação do negro e o combate as práticas racistas.

Estabeleceu-se no primeiro momento das reivindicações o estímulo ao estudo das reminiscências africanas no país, bem como dos meios de remoção das dificuldades dos brasileiros de cor e a formação de institutos de pesquisas, públicos e particulares.

As reivindicações no âmbito educacional tomam força com o ressurgimento dos movimentos sociais negros em 1978, elas abrangiam as seguintes áreas: racismo, cultura negra, educação, trabalho, mulher negra e política internacional. Indicaremos apenas os aspectos ligados à educação.

Mais reivindicações foram feitas na Convenção Nacional do Negro Pela Constituição, realizada em Brasília nos dias 26 e 27 de agosto de 1986, onde recebeu 73 Entidades do Movimento Negro, que constava os seguintes pontos:

- O processo educacional respeitará todos os aspectos da cultura brasileira. É obrigatória a inclusão nos currículos escolares de I, II, III graus, do ensino da História da África e da História do Negro no Brasil.
- Que seja alterada a redação do § 8º do artigo 153 da Constituição Federal, ficando com seguinte redação: A publicação de livros, jornais e periódicos não dependem de licença da autoridade. Fica proibida a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de cor ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes (CONVENÇÃO, 1988 apud Santos).

Reivindicações como estas, foram muitas vezes requeridas ao Estado brasileiro, desde a 1ª metade da década de 90 séculos XX, em um dos eventos mais importantes para entidades negras, a Marcha Zumbi dos palmares contra

o racismo, pela cidadania e Vida, realizado no dia 20 de novembro de 1995, em Brasília. Recebidos pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, no palácio do planalto, as lideranças negras denunciaram novamente a discriminação racial e condenaram o racismo contra o negro no Brasil, e ainda entregaram propostas ao chefe do estado brasileiro, no qual também continham algumas reivindicações na área da educação, tais como:

- Implementação da convenção sobre eliminação da Discriminação Racial no Ensino, através, dentre outras coisas, do monitoramento dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos controlados pela União.
- Desenvolvimentos de programas permanentes de treinamento de professores e educadores que os habilite adequadamente com a diversidade racial, as práticas discriminatórias presentes na escola e o impacto destas na evasão e repetência das crianças negras.

Mediante tantas reivindicações a favor da eliminação das práticas racista e discriminatória, apenas alguns aspectos foram atendidos pelo governo brasileiro na segunda metade da década de 90, como por exemplo, a revisão dos livros dos livros didáticos ou mesmo a destruição de vários livros didáticos em que os negros apresentavam de forma estereotipadas

A partir das pressões antirracistas dos movimentos negros, vários estados e municípios sentiram a necessidade de reformular normas estaduais e municipais que regem o sistema de ensino. Alguns municípios chegaram até impedir a adoção de livros que disseminavam preconceito e discriminação racial e até mesmo algumas leis orgânicas de certos municípios foram revisadas e estabelecidos um espaço que garante uma educação igualitária, eliminando estereótipos sexistas, racistas e sociais, das aulas, cursos, livros didáticos ou de leitura complementares e manuais escolares.

Em 13 de setembro de 1996, o então governador Cristovam Buarque, sancionou em Brasília a lei nº. 1.187 que introduzia o estudo da raça negra, nos currículos do sistema educacional do Distrito Federal, continha os seguintes artigos:

Art.1º_ O estudo da raça negra é conteúdo programático dos currículos das escolas de 1º e 2º graus do distrito federal.

§ 1º_ No estudo da raça negra, serão valorizados os aspectos sociais, culturais, e políticas da participação do negro na formação do país.

Podemos comprovar mais uma vez o descaso com os afro-brasileiros, pois a lei 1.187 foi aprovada, mas, no entanto os órgãos governamentais do Distrito Federal não importaram com sua implantação até o presente momento. Nada foi feito para efetivá-la, como por exemplo, formação de professores para atuarem na área do estudo da raça negra” e com disciplina que valorizam os aspectos sociais, culturais e políticas da participação do negro na formação do nosso país. Contudo, percebendo a importância das lutas antirracistas dos movimentos sociais negros, reconhecendo as injustiças e discriminações raciais contra os negros no Brasil, o atual presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, alterou a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional) sancionando a lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

A lei nº. 9.394/96 passou a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º-O conteúdo programático a que se refere a que se refere o caput desse artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômicas e políticas pertencentes a História do Brasil.

§ Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia da Consciência Negra”.

Santos assevera que a aprovação da lei foi um grande avanço, nos aspectos da democratização do ensino e luta contra o racismo e nos alerta no sentido de que o governo federal considerou apenas a necessidade de incluí-la

no currículo. Portanto, não se preocupa com a implementação adequada, não institui metas para sua execução, nem menciona a necessidade de qualificação dos professores, que deveriam compreender como ocorre o processo da lei e melhor entendimento sobre a cultura negra. Enfatiza ainda, que o mais preocupante, é que, indiretamente o governo jogue a responsabilidade de formação de professores para atuarem nessa área, nas mãos das universidades e não estenderia a toda rede de ensino. Ficaria a critério do ensino superior, especialmente os de graduação, que a disciplina História e cultura Afro-Brasileira, sejam ministradas em sala de aula.

A lei também não determina qual é o órgão responsável pela implementação da mesma e limita o ensino da História e Cultura Afro-brasileira às áreas de Educação artística, Literatura e História Brasileira. E detecta falha na lei 10.639/03 relacionado a área de atuação que está designada especialmente no campo das ciências sociais e educação, pois, são estas áreas que estão à frente da discussão das relações raciais brasileiras.

Verifica-se claramente, que a lei 10.639/03 não foi bondade do governo federal, muito menos, porque são caridosos e se compadeceram com a situação dos afro-brasileiros, mas anos de luta dos movimentos antirracistas. Nota-se conforme Santos que para o Movimento Social Negro, conseguir a obrigatoriedade do estudo do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira, levaram-se mais de cinquenta anos. No entanto, como sempre as portas da sociedade se fecham para o negro, ter conseguido obrigatoriedade da lei para a inserção da disciplina História e cultura Afro-Brasileira, mesmo sendo condição necessária, pois a nossa sociedade precisa conhecer a verdadeira história da cultura negra, no prisma daqueles que sempre foram vítimas do descaso e da rejeição, não é suficiente para a sua real implementação e cumprimento...

(...) A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, apresentam falhas que podem inviabilizar o seu real objetivo, qual seja a valorização dos negros e o fim do embranquecimento cultural do sistema brasileiro. A lei federal, simultaneamente, indica uma certa sensibilidade às reivindicações e pressões históricas dos movimentos negro e antirracista brasileiros, como também indica uma certa falta de compromisso vigoroso com a sua execução e, principalmente, com a sua eficácia, de

vez que não estendeu aquela obrigatoriedade aos programas de ensino e/ou curso de graduação, especialmente os de licenciatura, das universidades públicas e privadas, conforme uma das reivindicações ou pela Convenção Nacional do Negro Constituinte, realizada em Brasília –DF, em agosto de 1986.(Santos.).

É notório quando Santos (2003) afirma que faz necessário não apenas fazer algumas modificações na lei, mas precisamente reforçar as pressões dos movimentos sociais negro e dos intelectuais envolvidos na luta antirracismo junto ao Estado Brasileiro para que a lei não se transforme em algo inerte. Isso significa que, só pressionando o governo estadual, federal e o municipal a lei possa ser executada em seu verdadeiro sentido. E espera-se que os educadores brasileiros compreendam esse processo e engaje na luta por uma educação antirracista, pois em suas mãos está esse grande desafio e a possibilidade de realizá-lo.

2.4 RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS, O DIREITO A DIFERENÇA E O COMBATE AO RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR

Na visão de Lopes (2003), faz-se necessário insistir na afirmação de que a sociedade brasileira é estritamente preconceituosa e discriminadora em relação à população que a compõem. Corroborando com esse pensamento, Gomes cita:

No Brasil, o racismo é ainda é instantaneamente negado no discurso do brasileiro, mas se mantém presente nos sistemas de valores que regem o comportamento da nossa sociedade, expressando-se através das mais diversas práticas sociais de repressão.

Ratificando com o fato de que o racismo existe na sociedade brasileira, e mais ainda afirmando que está presente na escola brasileira, é o ponto chave para romper com a hipocrisia da nossa sociedade frente a situação da população negra e mestiça desses pais; e contribui para desmascarar a ambiguidade do racismo brasileiro que se manifesta através do histórico movimento de afirmação/negação.

E a escola manifesta essa ambiguidade que pode ser vista no discurso e na prática do (as) professores (as)... Nesse sentido, temos um modelo de educação excludente, mesmo quando permite que todos tenham o acesso a

escola pública. Na verdade a maioria entra, mas a escola não oferece condições necessárias para a permanência dessa parcela considerável e os poucos que ficam, recebem uma formação tão precária que os impossibilitam a enfrentar o mundo real do capitalismo com toda sua problemática:

A escola como instituição surge e funciona como agência de assimilação à cultura dominante estabelecida. “E as práticas organizativas e metodológicas nos sistemas escolares compõem uma herança que impõem uma tendência a homogeneização de tratamento pedagógicos” (Sacristan apud Silva, 2003, p. 35).

A escola tem como papel essencial, elaborar programas que reconhecem as diferenças, e que estas sejam vistas como algo bom e normal, necessário para o desenvolvimento das relações humanas, pois, diferença não é deficiência, e devem ser respeitadas. Só assim, possamos promover a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

Considero um desafio desenvolver na escola, novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das múltiplas identidades que integram a identidade do povo brasileiro, por meio de um currículo que leve o aluno a conhecer suas origens e a se conhecer e a se reconhecer como brasileiro. (Moura apud Munanga, 1996. p.60).

Pode-se verificar em consonância com pensamento de Moura, o desinteresse da escola pelo reconhecimento das diversas identidades e pelas diferentes culturas dos diversos segmentos que historicamente integraram a formação do nosso povo. Essa multiplicidade de raízes da nossa formação cultural não pode ser desconsiderada, sob pena de priorizar apenas a visão de mundo de um segmento e excluir os demais. A escola não prepara para a vida, na medida em que não proporciona uma formação profissional diversificada e respeitando as particularidades de cada indivíduo, mas, faz com que todos sejam doutores, herança do Brasil colônia.

Para que a educação se comprometa com a prática de desconstrução do racismo, preconceito e discriminação devem-se buscar meios que viabilizem a construção de projetos coletivos de mudanças sociais, independente da diversidade cultural ou grupo étnico. Favorecendo assim, o trabalho com a realidade, conforme afirma Moura (2003), embasado num diálogo permanente, em situações de convívio, onde aprendizagem ocorrerá de forma

contextualizada a vivência dos alunos. Utilizando ações estratégicas necessárias, para que o aluno se descubra como sujeito ativo e autônomo na sociedade, com capacidade que o possibilitem a interferir e promover transformações no campo das relações etnicorraciais, que o levam a um clima favorável onde se possa exercer eficazmente o verdadeiro sentido da palavra democracia.

Segundo Moura (2003), como a democracia é, ao mesmo tempo, fundamento e finalidade do exercício, a educação deve proporcionar a formação de cidadãos que respeitem a diferença e que, sem perder de vista o caráter universal do saber e a dimensão nacional de sua identidade, tenham garantido o direito a memória e ao conhecimento de sua história. Mas, para que, a escola atinja esse nível de conscientização, Gomes afirma:

(...) Pensar na inserção política e pedagógica da questão social nas escolas significa muito mais que ler livros e maneiras informativas. Representa alterar valores, a dinâmica, a lógica, o tempo e o espaço, o ritmo e a estruturas das escolas. Significa dar subsídios aos professores, coloca-los em contatos com as discussões, mas recentes sobre os processos educativos, culturais e políticos. Mas para que isso aconteça a escola e os educadores tem que se mobilizar.

Percebe-se que a nossa educação é totalmente opressora e excludente, embora ela omita isso, em seus discursos de democratização do ensino, que é estabelecido só no mundo das ideias, pois, na prática dificilmente você presencia essa democratização. Um exemplo claro nesse aspecto, faz referência a população negra e indígenas que no percurso da construção da história brasileira, foram os que mais sofreram com o descaso da educação brasileira e o pesado fardo da discriminação e do preconceito. Essas atitudes preconceituosas circulam livremente na escola, favorecendo situações de dominação. Elas são percebidas nas falas, nas atitudes em geral de professores e outros profissionais nela presente, e até mesmo entre os alunos. E acarreta aos indivíduos negros a auto rejeição, a timidez.

Sente-se urgentemente, que essa problemática precisa ser encarada, ser trabalhada, e não mais omitida por uma pedagogia de avestruz, que enterra a cabeça e faz de conta que nada está acontecendo. Não podemos mais viver de faz de conta, nem achar que as práticas racistas é algo normal. É

importante objetivar essas situações no currículo escolar e buscar soluções para combatê-los e resolvê-los, possibilitando que todos cidadãos se identifiquem tal como é, que não precise esconder atrás de máscaras ocultando suas verdadeiras origens, sua identidade, mesmos com as diferenças e especificidade que possa existir.

Como membro integrante desta sociedade excludente, a escola precisa reconhecer que é chegada à hora de mudar e se comprometer com essa necessidade de mudança e transforma-la num espaço de ensino-aprendizagem onde as transformações devem ocorrer de forma planejada e executada coletivamente por todos os envolvidos de modo consciente. Afirmamos, portanto que de nada adiantam as maquiagens. São necessárias mudanças radicais.

O combate ao racismo, à discriminação, em nível escolar, deve tomar as mais diferentes formas de valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas mesmas com suas dessemelhanças, ainda são iguais entre si e iguais a nós. Com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe, de usufruí-los, criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefícios próprios e dos demais. (Lopes apud Munanga, 1996. p.186).

Percebe-se que essa proposta de combate ao racismo, só se efetivará, se extrapolar os limites da sala de aula e ampliar por toda escola e contaminar toda a comunidade e abranger até a sociedade. Dessa forma poderão propiciar os todos envolvidos no processo, novas posturas consoantes com a conquista da cidadania numa sociedade com valores realmente democráticos.

Um dos objetivos essenciais a serem atingidos é a construção de uma nação livre, soberana e solidária, onde o exercício da cidadania não se constitua privilégios de poucos, mas, de todos. Chamando a atenção para a importância da diversidade e a necessidade do respeito as diferentes vertentes sócio históricas e culturais que contemplem na construção desse nosso país, como base para uma revisão das práticas pedagógicas escolares, onde política, educação e cultura não podem ser separadas, pois nesse aspecto cita Bittencourt:

(...) A cultura é o conteúdo substancial da educação, sua fonte e sua justificação última: a educação não é nada fora da cultura e sem ela; dir-se-á que é pela e na educação, através do

trabalho paciente e continuamente recomeçado de uma tradição docente, que a cultura se transmite e perpetua: a educação realiza a cultura como memória viva, reativação incessante e sempre ameaçadora, fio precário e promessa necessária da continuidade humana.

Observa-se que educação e cultura devem caminhar juntas, pela equalização das desigualdades etnicorraciais. Não há, portanto cultura e povo melhor ou pior que a outra superior ou inferior, mas sim diferentes por isso não precisamos discriminar o nosso semelhante. No ponto de vista biológico ninguém nasce, nem herda sentimentos racistas e preconceituosos e maneiras de discriminar, desenvolvem no convívio familiar, com seus pais, na escola, ou seja, no meio em que está inserido. Desta maneira, segundo Lopes (2003) aprendem a amar ou odiar o seu semelhante, povos ou nações, transformando-se em um indivíduo preconceituoso e discriminador.

A discriminação enaltece determinadas culturas, e oferece ao dominador a concepção de que é melhor em relação a tudo que faz e desenvolve no discriminado o sentimento de menos-valia, permitindo assim, que a sociedade vigente seja representada por duas visões opostas. A do dominador que julga o mais capaz, que impõem as regras do jogo que lhe interessa que sustenta a sua autoestima nas custas dos outros. E do dominado, que fica condicionado as decisões do dominador, e esta procura organizar a vida de seu grupo social com base em benefícios próprios e regalias. O dominado tem que guerrear bravamente para elevar a sua autoestima, tendo que construir a sua identidade a duras penas. Esse reflexo é notado nitidamente no âmbito educacional, quando o alto índice de reprovação e evasão atinge as classes menos favorecida e a população negra.

Lopes (2003), afirma que as práticas discriminatórias são facilmente detectáveis na escola, pois, quem tem ideias preconceituosas e discrimina, menospreza ou despreza outras pessoas, grupos sociais, povos ou nações; despreza aquele ou aquilo que considera diferente e por isso, inferioriza, domina, subjuga, pensa deter o poder, gera conflitos, é intolerante, tem mania de superioridade, mesmo quando não é melhor; pensa que os demais são inferiores e devem ser seus subalternos, escraviza induzindo o outros a ter baixa auto-estima. E leva-nos a estabelecer um ensino voltado para a construção de um indivíduo que aprenda a não prejudicar e não discriminar,

que busca o equilíbrio nos grupos a que pertence que reconheça que a vida só é possível devido a interação entre povos, pessoas, nações, e que estes, são interdependentes.

A escola, segundo Bianchetti (1998), aceita o discurso de igualdade apenas em seu plano abstrato, isso constitui um viés para eximir-se do seu papel de socializar a todos os seres humanos, independentes de cor, religião, gênero, etnia. E o momento que ela aceita a desigualdade existente como algo “normal” irreversível e imutável, como produto das limitações individuais, a escola alimenta uma relação de verticalidade entre pessoas”.

Na visão, de Saviani (2002) a educação está longe de ser um instrumento de superação da marginalidade, converte-se, entretanto num fator de marginalização, já que sua forma específica de reproduzir a marginalidade social é a produção da marginalidade cultural e, especificamente escolar. Portanto, a educação é um instrumento de discriminação social, racial, cultural e econômico, logo um fator de marginalização.

Estamos cientes, de que a escola representa realmente os ideários da ideologia dominante em todos os aspectos discutidos anteriormente, se bem que sua música seja silenciosa.

Como membro integrante desta sociedade excludente, a escola precisa reconhecer que é chegada a hora de mudar e se comprometer com essa necessidade de mudança e transformá-la num espaço de ensino-aprendizagem onde as transformações devem ocorrer de forma planejada e executadas coletivamente por todos os envolvidos de modo consciente.

Neste cenário, espera-se que a educação contribua para que professores e alunos internalizem que as diferenças entre culturas e etnias é normal e enriquecedora; que é necessário valorizá-las para garantir a democracia que outras significa respeito pelas pessoas a todos seres humanos, independentes de cor, religião, gênero, etnia.

Experiências

Glória Moura (2003) relata uma experiência muito interessante vivida por ela, onde aborda como as comunidades quilombolas de Santa Rosa dos Pretos, no Maranhão e Mato do Tição, em Jaboticatubas de Agupé, Rio Grande do Sul, vem reconstruindo e ressignificando sua história a partir da

criação e recriação da cultura afro-brasileira, refletindo sobre o papel das festas e comemorações religiosas dessas comunidades negras rurais, como formadora da identidade.

O presente trabalho leva-nos a analisar e refletir a luz dessas comemorações, um fator importante para reconstrução da identidade desse povo tão massacrado e inferiorizado, mas de uma cultura tão rica e exuberante, infelizmente desconhecida por muitos, que à vinculação de transmissão e internalização de valores que possibilitem a afirmação e a expressão da diferença e ao mesmo tempo, a negociação dos termos de inserção das comunidades rurais negras na sociedade como um todo.

Nessas festas, os valores que a comunidade considera fundamentais e que condensam esse saber são constantemente renegociados, constituindo assim, um currículo invisível por meio do qual são transmitidas as normas de convívio comunitário.

Sem uma intenção explícita esse currículo invisível vai sendo desenvolvido, dando as crianças, jovens e até mesmos os adultos os necessários conhecimentos de suas origens e do valor de seus antepassados, mostrando quem é quem no presente e apontando para as perspectivas futuras.

Percebe-se, a seriedade dos quilombos na realização de suas festas. Eles lutam para viver o momento presente, sem esquecer o passado e com alegria. Não uma alegria descompromissada, descontextualizada, mas uma alegria definitiva, duramente conquistada, buscada no mais recôndito do ser. Porque as dificuldades estão presentes, não há que ir procurá-las em outro lugar, mas as formas de ultrapassá-las é o que perseguido, (Moura, apud Munanga, 2003. p.63).

A constatação de que o desenvolvimento do currículo durante as festas, realizados de uma maneira informal, marca indelevelmente a formação da identidade dos moradores dos quilombos contemporâneos, ensejou a reflexão sobre o aproveitamento dessa experiência na escola formal. Verificamos que a diferença entre o saber transmitido e o construído nas comunidades negras rurais e nas escolas, e que no primeiro caso, o processo e fruto da socialização, desenvolve-se de forma natural e informal e no segundo, o saber não está relacionado com as experiências de mundo vividas pelos alunos. Isso

acontece acima de tudo, pelo fato de que a comunidade considera os valores da sua própria história, enquanto a escola focaliza os valores de uma única cultura, sem referências as historicidades vividas e aprendidas pelos alunos em seu contexto de origem.

O currículo escolar geralmente não valoriza as experiências dos alunos, e ao impor-se como única forma de saber no interior do processo formal da educação, acaba por esconder sob sua aparência de universalidade, um outro tipo de currículo, o currículo oculto, que na verdade é todas as normas de controle que regem o sistema de ensino, como a própria grade curricular, que é imposta de cima para baixo, o sistema de recompensa e castigos, embora isso não seja considerado como componentes do currículo, mas permeia todo processo educacional.

Um importante passo para tentar mudar o panorama da nossa educação, seria entre outros, instigar e informar os professores quanto a sua história e a sua identidade. Partindo desse princípio, o professor precisaria se reconhecer no que ensina, conscientizando-se da formação pluriétnica do povo brasileiro e aceitando suas próprias origens, para que pudessem estabelecer um processo educativo na escola mais adaptado a realidade nacional, levando os alunos a também desenvolverem uma atitude afirmativa com relação a sua própria identidade.

Sabe-se que não é tarefa fácil abraçar novos paradigmas, mas necessita-se romper com os velhos, especialmente no que tange a questão das relações étnica-raciais, para então, finalmente desmistificar os estereótipos, dar um novo rumo para o ensino em nossas escolas, e o direito a todo cidadão brasileiro de ser diferente, mostrando suas mentes brilhantes que ficam ocultadas devido a tantas repressões e assim poder usufruir da cidadania tão sonhada por tantos e apalpável por poucos.

2.5 Descortinando o Livro Didático

Na década de 1980, Flávia Rosenberg realizou uma pesquisa de fundo sobre a imagem estereotipada dos negros em livros didáticos e paradidáticos escritos entre as décadas de 30 e 50, usando uma mostra de 157 textos. Na análise de conteúdo, a pesquisa considerou não apenas o texto, mas

igualmente, a ilustração. O resultado da análise apontou aspectos específicos atribuídos a personagens negras: a ignorância, a subordinação, a desumanização, associação a figuras de animais e principalmente, diferenciação.

No final da década de 80, Ana Célia Silva, realizou uma pesquisa intitulada Estereótipos e Preconceitos em relação ao negro no livro de comunicação e expressão de 1ª grau, nível 1, identificando estereótipos nos textos e ilustrações de 82 livros de Língua portuguesa.” Dentre “os estereótipos se destacam: a) negros rejeitados explicitamente: apareciam como “criança negra barrada”, castigada”, “faminta”, “isolada”, “ em último lugar”; b) exercendo atividades subalternas: doméstica, trabalhador braçal, escravo; c) considerado minoria d) incapaz: burro, ingênuo, desatento, desastrado, inibido; e) sem identidade, sem nome, sem origem e pobre: maltrapilho, favelado, esmoler; f) estigmatizado em papéis sociais específicos: cantor, jogador de futebol; g) desumanização do negro: associada a objeto, formiga, a burro, macaco.

Muitas denúncias foram feitas para desmistificação dos estereótipos nos livros didáticos, mas no início da década de 90, Negrão notou poucos sinais de avanço na simbolização gráfica de personagens negros, incluindo uma vez mais, a desumanização.

Ao ler histórias de quadrinhos ou qualquer outro gênero, na infância a criança se depara com personagens fascinantes que passam algum tipo de imagem e conteúdo. A pergunta é: Quantos deles são negros? E mais: Quantos negros são protagonistas? A ausência de representações positivas da identidade de grande parte da população brasileira formada por cerca de 55% negros e pardos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o responsável pela perpetuação do preconceito enraizado na nossa sociedade.

Vimos claramente a partir de pesquisas e estudos realizados por vários estudiosos, que os participantes da cultura negra são simbolizados na maioria das vezes, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos de maneira estereotipada e caricatural despossuído de humanidade cidadania. Geralmente, boa parte dos personagens negros retratados para criança obedece a estereótipos marcantes: *Mussum*, *Negrinho do pastoreio*, *tia Nastácia*, *Saci- Pererê*, entre outros exemplos.

Sendo assim, a nossa sociedade e o cotidiano das pessoas que nela convivem é descrita em boa parte dos livros didáticos pelo homem branco e de bons status, figura mais assídua e ilustre das estórias, que tem nome próprio e se reveste de condições normais. O negro, os povos indígenas e até mesmos as mulheres, entre outros são representados pela cor da pele ou pelo gênero, para certificar sua existência.

A invisibilidade e o recalque dos valores culturais de um povo, tem como inferiorização dos seus atributos descritos, através de estereótipos, conduz esse povo na maioria das vezes a desenvolver comportamento de auto rejeição e negação de seus valores culturais, dos grupos sociais valorizados nas representações (Silva apud Munanga, 2001. p.14).

Infelizmente, a imagem construída do negro está sempre atrelada ao processo de escravidão, vivido pelo mesmo e conseqüentemente não é visto fora deste contexto. O seu passado é reportado com algo insignificante e sem referências. Imbuída num cenário de discriminação, a criança negra internaliza esses estereótipos, e então, começa a se auto rejeitar, ignorar e desenvolver sentimentos preconceituosos em relação ao grau de intelectualidade de seu povo, e, além disso, sente-se desmotivada para concluir os estudos, chega muita das vezes a evadir ou a repetência. Nesse sentido, ela passa a estimar e valorizar tudo que considerado pelos estereótipos como belo, positivo, melhor superior, símbolo de progresso e odiar qualquer coisa relacionada ao povo negro. Dentro desta ótica escreve Silva:

Ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimentadas teorias e estereótipos de inferioridade e superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígenas e africanos entre outros, constituintes da identidade cultural da nação. (Silva apud Munanga, 2001. p. 16).

Vimos que o livro didático está recheado de ideologias que reforçam os status da classe dominante, quer social, racial, cultural, econômico e político. A ideologia do branqueamento surge no instante em que o indivíduo interioriza uma imagem negativa de si mesmo e uma positiva do outro, mas que é considerado pela sociedade como “racismo do negro”. Nessa situação, “a

vítima do racismo torna-se réu, o autor da trama sai isento e acusador (Silva apud MUNANGA, 200, p.24)

Pode-se concluir que a sistemática negação de uma justa imagem “do outro”, a negação e a visão estereotipada dos negros, são um dos mecanismos mais violentos vividos na escola, portanto um dos fatores que mais concorrem para eliminação da criança negra.

Percebe-se que a presença dessas ideologias e estereótipos nos materiais pedagógicos pode promover a exclusão, a consolidação do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a auto rejeição e baixa autoestima, que dificultam a organização dos grupos estigmatizados.

As designações negativas e associações de personagens maus ligados à cor preta, podem levar as crianças negras, sentirem horror a sua pele, procurando inúmeras maneiras para se verem livres delas, procurando sempre a “salvação” no branqueamento. Reconhecemos que o livro didático e desde a antiguidade e permanece até os dias atuais, o guia, a mola mestra, o recurso pedagógico mais manuseado pelos professores, especificamente os das escolas públicas, devido ser também a única forma de leituras dos alunos provenientes das classes populares.

Os professores, para quem é atribuída a ação de contemplar as diferenças culturais na sua prática pedagógica, internalizam o senso comum das desigualdades das diferenças culturais e não trabalha essas questões em sala de aula. Nesse contexto, como afirma Silva, o professor pode vir a ser um agente mediador inconsciente de estereótipos, se formado numa visão acrítica e tecnicista das instituições. Por isso, torna-se importante, a formação específica para os professores de Ensino Fundamental, com o objetivo de embasá-lo para uma prática pedagógica, com as competências necessárias para reconhecer e corrigir os estereótipos e a universalidade nas matérias pedagógicas, de preferência nos textos e ilustrações dos livros didáticos. E o professor, como lida com a questão racial em sua prática pedagógica? É o que passamos a abordar no próximo capítulo do presente trabalho.

CAPÍTULO III - MARCO METODOLÓGICO

Diante dos desafios a que essa pesquisa remete, tomou-se como unidade de reflexão, significação e análise as falas dos sujeitos entrevistados, na intenção de serem compreendidos a visão do professor, aluno, família e escola no quesito racial. Assim, será demonstrado neste capítulo que a entrevista compreensiva, por ser uma metodologia sistemática e organizada a partir da palavra, dá voz e credibilidade aos sujeitos sociais em questão. Em decorrência disso, faz-se necessário entender que a implicação não se reflete em um conhecimento da totalidade do assunto ou tampouco deve transformar a atividade acadêmica de pesquisa em um mero saber, prática ou discurso de militância ideológica e/ou religiosa pragmática.

Nesse cenário, ao ser lançando um olhar crítico sobre a manifestação da realidade, será permitido problematizar e contextualizar os fenômenos da vida social, tentando compreender os diferentes sentidos apreendidos nos discursos dos entrevistados, e procurando apoio nas mais diversas abordagens teórico-metodológica que visasse na construção do objeto, favorecendo, ao mesmo tempo, a percepção de suas diversas práticas. Nas reflexões pedagógicas e sociais, tendo em vista este debate político, retomou-se alguns dos sentidos observados a respeito das experiências raciais no projeto de uma escola diferenciada e de formação dos professores éticos e cidadãos. As imagens da escola e do professor, construídas a partir de diferentes olhares e lugares, ocupam uma posição estratégica nos processos de afirmação das identidades étnicas dos alunos negros, mostrando, sob a bandeira da diversidade étnico-racial, a unidade de luta do movimento negro.

3.1 Enfoque Epistemológico

Buscou-se apontar para possíveis desdobramentos dessas reflexões em investigações futuras sobre diferentes trajetórias formativas no âmbito da educação escolar e a postura docente no que concerne à postura do mesmo frente a questão racial, orientando-se por autores que já fizeram estudos sobre o tema. Na trajetória assinalada, percebeu-se inicialmente o silêncio, o medo e o preconceito enraizados numa cultura de classe, caracterizando uma fase de

negação e recusa de suas identidades, em um contexto educacional de integração e assimilação das populações negras com a sociedade envolvente. Pois, concordando com Bourdieu (2004) p.26), acreditamos que “a pesquisa é coisa demasiadamente séria e demasiadamente difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor”. Dessa forma, foi encontrado na proposta metodológica da entrevista compreensiva, um dos principais fios condutores a partir do qual teve-se a condição da construção do objeto de pesquisa.

A igualdade formal que permeia a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou, melhor dizendo, exigida. (Bourdieu, 1999: 53).

Assim, buscou-se uma posição metodológica e social, analisando tais depoimentos, não apenas na perspectiva do que é enunciado (as falas), mas naquela enunciação (do ato da fala), tentando apreender como, na prática, são construídos ou reconstruídos os significados, as representações ou até mesmo os símbolos de identidade do negro. Desse modo, evidenciou-se a possibilidade de formular e reformular questões, hipóteses e categorias ao longo do trabalho em questão.

A escola precisa ministrar um ensino onde o educando através da mediação pedagógica do professor tenha uma conduta de respeito, de tolerância, e de compreensão a diversidade e identidade dos sujeitos. Onde o ser humano seja visto como alguém em constante construção. A formação continuada para os professores, se faz necessário não apenas para os docentes que atuam dentro da Educação Regular, mas para todos, pois é através deste processo que o professor poderá adquirir conhecimentos até então estranhos, porém que podem ser úteis ao seu dia a dia na escola, tendo este uma melhor visão e postura frente a questão racial, fazendo assim em que a família e a escola, andem juntas no processo sócio educacional.

No que concerne, à temática do negro, consta-se que o conhecimento ou reconhecimento da diversidade étnica e cultural entre os mesmos permanece restrito aos círculos acadêmicos especializados, o que representa uma barreira àqueles que desejam obter informações precisas a respeito dos povos negros e quilombolas ainda presentes no Brasil (Ricardo, 1998:30).

3.2 O Conceito de Discriminação Racial

A abordagem da discriminação racial é algo ainda problemático entre nós educadores, mesmo com vários estudos e documentos oficiais que favorecem as discussões e dão abertura à busca de alternativas para minimizar a discriminação racial e o preconceito nas nossas escolas. Mas as práticas discriminatórias continuam enraizadas no cotidiano escolar e social. Em nossa pesquisa percebemos visões distorcidas dos/as professores/as a respeito desse conceito. A maioria concebe discriminação racial como preconceito racial ou social. Além disso, eles não sabem diferenciar discriminação racial de preconceito. Observe o relato abaixo:

... A discriminação racial pra mim é todo tipo de preconceito, desde de cor, é...é... sexo, religião, é... situação econômica... enfim todos os tipos de preconceitos. (Monaliza)

Bem! Esse conceito é bem antigo né? Vem desde a idade média, principalmente, com aquele conceito do europeu e tudo isso até mesmo como exemplo o próprio Jesus Cristo que é pintado loiro, mas na verdade a gente sabe que naquela região da... de onde Jesus veio, as pessoas não são... não têm esse estilo é... não tem essa estética. Então, hoje em dia assim... a discriminação racial é muito complicada, porque na verdade cientificamente não existe raças, existe a raça humana e sim essa discriminação racial é mais um problema da sociedade, tem preconceito não só racial, mas também, com deficiente com a Síndrome de Down e tantas outras... e tantos outros preconceitos que a gente tem na sociedade hoje. (Joana)

A visão destas professoras está baseada no que Sant'Ana (2001) conceitua como discriminação, que se refere a toda ação praticada em relação ao outro que é julgado como inferior aos critérios estabelecidos a partir de um estereótipo construído por parte de quem discrimina. Porém, a discriminação racial é ação de negar ou omitir os direitos legais do/a cidadão/ã, ou até mesmo excluí-los com base na raça (cor da pele). Portanto toda pessoa preconceituosa discrimina, desvalorizando o outro como pessoa; considerado indigno de convivência no mesmo espaço.

Notamos na fala da professora (Joana) certo conhecimento no que se refere ao conceito de raça, quando afirma que não existem diversas raças e sim uma única, a raça humana. Na verdade o que podemos observar é que existem diferentes etnias conforme mostra estudos científicos e que o processo

de discriminação foi algo construído historicamente por uma pequena parcela que detinha o poder, e esta se valeu de algumas teorias que justificassem as atitudes preconceituosas, racistas e discriminatórias, por isso se viam no direito de dominar.

Os professores carecem instituir de conhecimento sobre as questões raciais para combater as práticas discriminatórias. O silêncio sobre o racismo o preconceito e a discriminação raciais nas diversas instituições educacionais contribuem para que as diferenças de fenótipos entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais. Isso reproduz ou constroem negros como sinônimos de seres inferiores. O silêncio escolar nas práticas discriminatórias no cotidiano impede o florescimento do potencial de milhares de mentes brilhantes.

A discriminação e o preconceito deixaram marcas tão profundas que acarretam no indivíduo negro pouca ou nenhuma participação em sala de aula, ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial, recusa em ir à escola, timidez e conseqüentemente a evasão escolar. Para o aluno branco gera um sentimento irreal de superioridade propiciando a criação de um círculo vicioso que reforça a discriminação racial e também em outras esferas públicas.

É inegável que o preconceito e a discriminação racial constituem um grande problema na vida da criança negra vista que essa sofre direta e cotidianamente maus-tratos e injustiças os quais afetam a sua infância e o seu desenvolvimento intelectual. Analisamos a partir da fala dos entrevistados/as que a escola e seus agentes profissionais da educação em geral omitem-se quanto ao dever de respeitar a diversidade racial e reconhecer com dignidade as crianças e juventude negra.

Quando perguntamos à professora Eduarda, sobre o conceito de discriminação racial ela responde:

R:Quando

A professora Eduarda está totalmente alheia no que se refere ao conceito de discriminação racial, não sabendo como pronunciar sobre o assunto. Esta cena se repete com centenas de professores que desconhecem ou ignoram tal abordagem. A entrevistada não responde a questão. Algo nos incomoda. Como esta professora propiciará uma educação anti-racista pra

com seus alunos? A situação dessa docente configura o cenário da educacional brasileiro, no que tange a falta de informação que leva estes profissionais a oferecer uma educação acrítica acerca do problema, portanto uma educação antirracista não apenas proporciona o bem-estar do ser humano como também promove a construção saudável da cidadania e da democracia brasileira.

Sabemos que o professor é a mola propulsora para desenvolver ações pedagógicas que instiguem os educandos a refletirem sobre as questões raciais e o respeito à diversidade étnica.

Ao ouvirmos os depoimentos dos professores entrevistados, verificamos que esses detêm pouca informação sobre o verdadeiro significado de discriminação racial. Boa parte conceituou a discriminação como preconceito e notamos que ambos têm conceitos distintos. A partir de estudos observamos que preconceito racial, é a ideia preconcebida suspeita de intolerância e aversão de uma raça em relação à outra sem razão objetiva ou refletida. Normalmente o preconceito vem acompanhado de uma atitude discriminatória. Já a discriminação é atitude ou a ação de distinguir, ou separar as raças tendo por base ideias preconceituosas.

3.3 A Discriminação Racial no Cotidiano

A discriminação racial se manifesta nas escolas não apenas nas práticas de repreensão e no relacionamento interpessoal, mas na postura do professor, nos materiais pedagógicos, nos veículos de comunicação e no próprio currículo escolar. Segundo os professores entrevistados a discriminação é uma constante no âmbito escolar e em sala de aula. Não só a discriminação racial, mas também a discriminação social. Porém, os docentes não demonstram tomar nenhuma iniciativa em relação a esse tipo de situação. A preocupação destes professores centra-se na discriminação social, algo preocupante para relações educacionais. Isso coloca em risco o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do educando negro, comprometendo assim, a aceitação deste em relação ao seu grupo étnico.

Muito, também, as crianças que se consideram brancas, mesmo que não sejam brancas têm preconceito com as outras crianças ...que são negras... em época de quadrilha não querem dançar, não querem nem sentar perto, não querem emprestar seus materiais, porque acham melhores do que as negras se consideram melhores, iiiii...por ... outros motivos mais, não só esses os tipos de discriminação né...? Mas, em relação a beleza também, que não são bonitas e muito, muito tipo de discriminação, não só de cor mas de todos os tipos de preconceito. (Monalisa).

Nenhuma criança nasce racista e preconceituosa, essas atitudes são derivadas do ambiente familiar e social no qual essa criança está inserida. A ideologia da superioridade do branco conserva em nossa sociedade e conseqüentemente em nossas crianças padrões de beleza que favorecem mecanismo de exclusão e preconceito racial. Esse aspecto se destaca no campo da educação escolar por meio do vínculo entre conhecimento, identidade e poder.

No relato abaixo se percebe uma forte rejeição da criança negra em aceitação a si própria, rejeitando até a sua identidade étnico-familiar. Mediante tal situação, Cavaleiro (2003) discute que "... Crianças negras já apresentam uma identidade negativa em relação ao seu grupo étnico ao qual pertencem". Essa auto rejeição é derivada de um processo de inculcação de inferioridade do negro em relação às outras etnias, construído ao longo da história. Este pensamento tem refletido fortemente na personalidade negra, levando a redução da autoestima e até mesmo o fracasso escolar. Por conta da discriminação racial, uma outra constante é a violência que é vivenciada em sala de aula, quando essa criança é vítima de palavras agressivas e às vezes chega a se defender com agressões físicas, enquanto a professora fica inerte sem tomar nenhuma atitude para interferir nesse processo discriminatório que só tende a crescer com o desenvolvimento intelectual da criança.

... E na minha série tinha, uma. Uma aluna que ela era negra, então... Na maioria das vezes, ela tem... assim... Racismo com ela mesma, na maioria das vezes eram os alunos que tinha... Outras vezes era ela mesma, porque ela achava assim, se os meninos olhassem pra ela e falasse alguma coisa, era porque era negra... ela já pensava sim...começava a bater nos coleguinhas, toda coisa que eles falavam, ela já saia descontando no tapa... Ela achava assim.." eu vou vencer, esse racismo no tapa". (Tainara).

A realidade vivida pela professora (Joana) é diferente das demais entrevistadas no que diz respeito a nunca ter presenciado uma situação de discriminação racial em sua sala de aula. Há ainda professores que não percebem o ato de discriminação racial no cotidiano escolar. Durante décadas os professores foram formados dentro de uma concepção homogeneizadora e linear. Essa neutralidade imposta através de sua formação fez com que valores básicos da composição pluriétnica da sociedade brasileira fossem ignorados. A prática da discriminação racial é tão sutil e camuflada que chega a passar despercebida pelos profissionais da educação. Ao contrário àqueles que apresentam uma postura crítica-reflexiva diante dessa problemática. Essa problemática é algo vivenciado especialmente nas escolas públicas, pois esta instituição recebe uma gama de crianças e jovens provindas das camadas populares que sofreram com processo escravista.

Sim, infelizmente percebo isso, é... Inclusive aqui numa escola ao lado crianças de quatro anos tendo preconceito com outras que era negra entendeu? Não queria brincar porque a criança era negra, também até... É... filhos com vergonha dos próprios pais porque são negros, então isso a gente vê que é uma constante. Bem... Eu como professora, em minhas aulas, graças a Deus não presenciei nenhuma atitude de discriminação racial nos meus alunos. (Joana).

Há fatores que favorecem a internalização, e a permanência de ideias preconceituosas e atitudes discriminatórias contra alunos e alunas negros a exemplo: apelidos, xingamentos e caricaturas também se houve muito ditos populares como: pau de fumo, macaco, cabelo de Bombril, quando o negro não suja na entrada vai sujar na saída, que reforçam e propagam o preconceito e discriminações raciais. Situações nas quais alunos/as negros/as são vistos por outros colegas e até mesmos pelos professores com indiferença chegando a sofrer atos preconceituosos e discriminatórios, que concretiza uma prática de investida contra os negros chegando a associá-los como animais irracionais ou objetos.

R: Eu percebo sim, eu percebo é... infelizmente a discriminação racial, ela é uma coisa que...é uma construção histórica, e como tal ela não pode ser desfeita de um dia pro outro. É um processo talvez bastante lento, é... eu percebo entre meus colegas comentários as vezes assim... um pouco implícito, um pouco tácitos, comentários raciais, percebo entre minha própria

família também há esse preconceito essa discriminação mesmo que de forma sutil, a gente percebe, né? E em sala de aula enquanto professor agente percebe isso de forma bastante clara, né? Quando os colegas se refere a outro como o negrinho, como a negrinha, com certos apelidos, né? Que assim é... de forma pejorativa acaba... vamos dizer assim constrangido o outro coleguinha . E o coleguinha que geralmente é tachado, é rotulado dessa forma preconceituosa, né? Ele se sente, vamos dizer assim... ele se sente... humilhado mesmo, o termo é esse, ele se sente humilhado e... muitas vezes sem argumentos pra contestar, né? aquela ofensa. Então é como se a criança, ela acaba é... absorvendo, né? esses comentários preconceituosos isso sem dúvida nenhuma afeta bastante é... a autoestima da criança e sem dúvida isso é uma coisa presente tanto em sala de aula como em toda a sociedade, ou melhor, a sala de aula nada mais é do que do que vamos dizer uma extensão do que é apregoado, do que é disseminado na sociedade .

O professor João Paulo se coloca muito bem, quando afirma que o processo discriminatório não vai acabar de um momento para outro, pois esse foi construído ao longo de um regime escravista e continua arraigado em nosso país nos deixando internacionalmente envergonhados diante de países europeus, pois as pessoas tendem a negar e a disfarçar esse preconceito. Ser negro ou ser mestiço na sociedade brasileira tem uma estrutura social desigual significa ter maior probabilidade de ser solicitado para ocupar posições de cargos inferiores.

A escola ao estar desatenta aos aspectos culturais e relações sociais, não favorecerem discussões sobre esses temas, portanto adota práticas e discursos que corroboram determinada ordem social incentivando os alunos e alunas adaptarem a ela e aceitar como naturais que desigualdades social e cultural sejam consideradas déficits individuais. Sendo que ao trabalhar certos padrões culturais e privilegiar determinados tipos de atitudes e comportamentos contribuem para a supervalorização hegemônica, cujos valores passam a ser encarados como regra social legítima a ser reproduzida por grupos de todas as classes sociais.

Paradoxo a isso a escola necessita adotar em seu currículo propostas pedagógicas de mudanças que desmascaram o mito da democracia racial, que criou uma cortina de fumaça e camuflou o preconceito por muitos anos. É importante que essa instituição educativa crie alternativas que haja uma

interação entre aluno/aluna aluno/professor ambos em um relacionamento interpessoal respeitando as diferenças.

Agindo assim a escola leva os negros a desejarem libertar-se do estado de inferioridade a que foram relegados e desembaraçar-se da imagem depreciativas de si mesmo. Particularmente, leva os a lutar contra o racismo que representa, acima de tudo, uma negação de identidade configurada pela negação radical do valor das heranças históricas e culturais de onde advém a discriminação e a segregação.

A discriminação não se manifesta na escola apenas nas práticas de repreensão no relacionamento interpessoal, mas na postura do professor, nos materiais pedagógicos nos veículos de comunicação e no próprio currículo escolar que veicula dentro da escola, favorecendo-lhes a desconstrução de paradigmas, mitos e preconceitos historicamente consumados na cultura escolar, porém esse processo não desfaz de maneira simples desde que a orientação da atitude humana, feitas a partir de experiências do dia a dia das ações culturais dos povos submissos.

R: Sim. Quando o professor coloca o aluno... em grupo e determinados alunos é... exclui o coleguinha, só por causa da cor ou por causa da situações financeiras ou problema mental (Eduarda).

A professora Eduarda em sua fala caracteriza muito bem a realidade vivida pelas crianças negras dentro das escolas públicas brasileiras, que além de ser excluída pela cor da pele é também excluído pelo seu potencial financeiro. Como vimos anteriormente no primeiro capítulo. O negro é o que tem menos condições financeiras e tem menos possibilidades de ascensão social. Para cada negro com a condição de patrão, existem 13 pardos e 65 brancos. Existe a mesma realidade na escola em relação ao índice de analfabetismo, o negro está sempre em condições subalternas, sempre inferior aos pardos ou brancos, visto que a realidade é a seguinte: no sul existem 21% de negros analfabetos enquanto 8,4% para os brancos, na região nordeste a realidade ainda é pior existem 49% de negros e 8,4% de brancos analfabetos*

Em todos os depoimentos dos professores entrevistados, afirmam ter presenciado situações de discriminação racial em seu convívio escolar e social. O que nos preocupa é que crianças negras com idade de quatro anos

apresentam uma identidade negativa diante de sua cor. Será que essa criança adquiriu esse conceito negativo no âmbito escolar? Provavelmente não, pois o seu ingresso na escola é bem recente isso nos leva a um único e exclusivo o foco que é a família, porque é com essa que a criança conviveu antes de frequentar a escola. Cavalheiro (2003) comenta que nesse início de vida que a criança se encontra a família e a escola serão os mediadores primordiais, apresentando/significando o mundo social. Nessa etapa da vida a criança tende a copiar os que os adultos fazem e se ela estiver convivendo com pessoas preconceituosas com certeza essa criança reproduzirá um sentimento negativo em relação a si própria ou a qualquer outro indivíduo de cor negra.

3.4 O Trabalho com a Questão Racial no Espaço Escolar

A omissão de questionamentos sobre a convivência multiétnica é visível diante das respostas dos professores entrevistados, que de uma forma implícita demonstra a falta de propostas pedagógicas por parte da coordenação e direção, em momento algum os entrevistados citam essas propostas provindas de um trabalho realizado pela equipe escolar. O trabalho com a discriminação racial em sala de aula é realizado de forma descomprometida, sem nenhuma importância, percebemos que esses profissionais só debatem o tema quando ocorre alguma situação de discriminação racial sem em sala de aula, ou ainda mantiveram-se omissos frente a algumas situações de discriminação. Notamos que todos os membros da escola compartilham com esse descaso para um tema que é tão importante e polêmico e pela presença de um número tão grande de afrodescendentes em nossas escolas das camadas populares com pais problemáticos e de origem subalterna.

É imprescindível que todos componentes da escola se comprometam ao desencadear em todos os sujeitos sensibilidade e capacidade de aceitar e entender que todos têm não só os mesmos direitos perante a lei como também a mesmas possibilidades de oportunidades. Nunca se ouviu falar tanto em igualdade e respeito à diferença, isso se deve ao Movimento Negro, que tanto lutou e debateu para conseguir a criação da lei 10639/03, estamos todos em uma mesma luta para resgatar a autoestima e a valorização da raça negra que foi perdida ao longo do processo histórico.

*Fonte: Pesquisa nacional por amostragem de domicílio, 1990 em Paul Singer, um mapa da exclusão social do Brasil, 1995.

Vejamos a citação de Monaliza:

Eu procuro colocar a pessoa que está discriminando no lugar do discriminado e o discriminado no lugar do discriminador e... e, observo a reação, de ambas as partes. (Monaliza).

Agora leiam a da professora Eduarda:

R: EU ajo aconselhando... é... falando pra eles que isso não é maneira de agir, que nós temos que amar os coleguinhas... respeitando as diferenças. (Eduarda).

As falas acima citadas confirmam o que foi dito anteriormente em que professora não se posiciona e simplesmente permanece imparcial diante do fato. É como se ela estivesse assistindo a uma situação de pouca importância, rotineira chegando aparentar ser natural. Nesse contexto é visível a ausência de um questionamento crítico por parte dos professores da escola sobre a presença de crianças e jovens negras no espaço escolar. Essa prática além de afirmar o despreparo dos docentes para interagirem com educandos negros fica claro, também seu desinteresse em incluí-los na vida escolar. Convivem com eles corriqueiramente, porém não se dão conta em conhecer suas peculiaridades.

Pesquisas acadêmicas comprovam que no recinto escolar as relações interpessoais estão cheias de preconceitos e discriminação quanto aos alunos negros. O mais triste em tudo isso é perceber que a escola oculta fatos reais como esse, vivenciados diariamente pelos alunos negros. E o mais gritante é que uma boa parcela de professores nega com a existência de instrumentos discriminatórios contra educandos negros. Nos relacionamentos professor/aluno, aluno/aluno a escola tende a privilegiar um currículo positivista reproduzindo um modelo padrão, ou seja, hegemônico que favorece apenas uma classe, onde a relação é de dominação e submissão entre classe, que vem a ser negros (dominado) X brancos (dominadores) na sociedade. Por que as escolas omitem tanto em seu discurso a questão racial? Acreditamos que ao trabalhar a questão racial gera certo desconforto na estrutura escola. Porque não é prazeroso nem para os negros nem para os brancos tratarem da questão

racial. Os negros na história oficial não têm nenhuma referência positiva dos seus antepassados ao que se diz respeito a sua etnia e os brancos já se vêem em uma posição de destaque com uma grande situação de vantagem.

A confirmação da despreparação do docente frente às questões raciais é visível nas falas da professora Tainara, pois a mesma afirma existir uma criança racista consigo própria não se aceitando como negra e tomando atitudes de agressividade, mostrando a recusa de inclusão social. Em um outro momento a professora trata o fato com indiferença como se nada tivesse acontecido colocando a criança para realizar tarefas em grupo. Como é que a professora usa a estratégia de trabalho em grupo, se a criança se auto rejeita? Será que a criança realmente é racista? E a professora conhece realmente o significado do que é racismo? Por certo essa criança já sofreu grave discriminação racial em outros ambientes demonstrando isso no convívio escolar. E a professora não pode conceber essa atitude da criança como racista, com base em estudos e reflexões podemos afirmar que racismo é a hierarquia entre as raças dando à ideia de uma raça ser superior ou inferior a outra.

Acreditamos que esse conceito é complexo para o nível de abstração da criança. Nesse momento é importante que a escola faça a reconstrução da criança negra, pois é neste momento em que a interferência do professor vai ajudar a criança a superar esse sentimento de auto rejeição. Através de uma metodologia que visa trabalhar de forma reflexiva e crítica, tentando mudar o ambiente escolar para esse se torne menos opressor e excludente, tentando resgatar a cultura africana e toda a sua história, porém uma história de guerreiros de forma positiva para que venha levantar a autoestima.

Os profissionais que possibilita consciente ou inconsciente a permanência, a instigação ou a disseminação da discriminação racial, do preconceito e do racismo no contexto escolar devem se autoquestionar e ser questionado quanto a sua responsabilidade do seu papel como educador. Procurar meios que viabilizem um trabalho direcionado não apenas em favor dos alunos negros, mas valorizando todas as etnias. Trabalhando nesta perspectiva favorece a toda sociedade brasileira, negros, brancos, indígenas, amarelos e pardos.

Compreender a complexidade da questão racial é uma tarefa de educação. Essa compreensão ajudará a superar o medo/desprezo das diferenças racial presentes na escola. A escola tem como papel fundamental incluir a questão racial no seu currículo e na sua prática, reformulando o currículo e fazendo uma análise crítica dos livros didáticos para o reconhecimento de ideologias racistas contidas nesse material.

... E na minha série tinha, uma. Uma aluna que ela era negra, então... Na maioria das vezes, ela tem... assim... Racismo com ela mesma, na maioria das vezes eram os alunos que tinha... Outras vezes era ela mesma, porque ela achava assim, se os meninos olhassem pra ela e falasse alguma coisa, era porque era negra... ela já pensava sim...começava a bater nos coleguinhas, toda coisa que eles falavam, ela já saia descontando no tapa... Ela achava assim..." eu vou vencer, esse racismo no tapa". (Tainara).

R: Eu procuro trabalhar muito em grupo, quando eu percebi... que ...essa aluna minha, ela tinha... esse racismo com ela mesma, eu comecei a trabalhar ela com os coleguinhas, trabalhar muito nisso e mostrar que... ela era igual aos outros.(Tainara).

O mito da democracia racial contribuiu para a naturalização do preconceito e da discriminação racial e esse funciona como um véu impossibilitando a visibilidade da existência da questão racial. Mesmo com estudos que comprovam o fim mito da democracia racial, ele continua operando como fator de desigualdade em nossa sociedade. Muitos concebem a ideia de uma sociedade de igual oportunidade sem distinção de etnia. Não precisamos ser psicólogos para entender que o mito da democracia racial está arraigado no subconsciente do professor brasileiro. Isso comprova a incapacidade do docente para lidar com população multiétnica.

R: É... como eu disse na outra pergunta, como eu respondi. Eu ainda não passei por essa experiência, mas se caso eu, viesse acontecer, eu tentaria dialogar com as pessoas envolvidas nesse processo entendeu? É... tentaria conversar, explicar o porquê dessa discriminação pra tentar sanar o problema.(Joana)

R: Muito, Porque, porque, eu acho que hoje em dia é ummm...é..... a discriminação racial é um problema que já chega ser normal, que já consideramos normais, pode-se dizer né ? Então pra se trabalhar é fácil ... todo mundo já aceita de

uma certa forma... mesmo que há discriminação, mas todos já entendem o que é e o que não é, alguns não... não... ainda não como que se fala ...é? Ainda não, ainda não entendem como discriminação que é errado, que a lei... que a lei até... puni por isso ele tem consciência que tá errado, mas continua fazendo né? (Monaliza)

A professora acima tem um pensamento sobre discriminação racial que não é diferente de uma boa parte dos professores brasileiros, que encaram a discriminação racial como um fato normal. A mesma diz que todos já aceitam e que a lei pune, Será que a parte afetada, que são os negros, aceitam como normal a discriminação racial? Se formos consoante com a ideia da professora não precisaremos realizar mais discussões e reflexões sobre a temática.

Percebemos que a professora pensa que é obrigação da lei resolver o problema da discriminação racial, que ela enquanto professora tendo como um papel importantíssimo na sociedade, enquanto formadora de opinião, não toma nenhuma atitude de reflexão com seus educandos. Ela isenta-se da sua responsabilidade, pois não debate e nem discute questões relacionadas à discriminação racial no espaço escolar, de forma crítica. Isso é preocupante talvez a educadora não se sente segura para fazer essa discussão ou omite essa realidade que ela considera insignificante.

Esta professora ao se pronunciar afirma que, trabalhar a discriminação racial é fácil, quando sabemos que não é tão fácil assim, exige do profissional certo conhecimento científico, uma postura crítica reflexiva, uma metodologia comprometida com a questão racial, possibilitando uma articulação entre a teoria e a prática, mostrando a importância da valorização de todos os grupos étnicos para a formação da sociedade brasileira.

Outros professores agem com a questão racial de forma maternal, não se dando conta que esta problemática não deve ser encarada com ingenuidade e nem será combatida através de conselhos. É o caso da professora Eduarda que se vale de conhecimentos teológicos para amenizar a questão, demonstrando, não tendo uma preparação com base no tema para discutir com seus educandos a questão racial por meios de conhecimentos teóricos e filosóficos. Ressaltamos neste momento a necessidade de professores com uma formação crítica para romper com o silêncio discriminatório presente nas escolas.

R: EU ajo aconselhando... é... falando pra eles que isso não é maneira de agir, que nós temos que amar os coleguinhas... respeitando as diferenças.(Eduarda).

Foi observado que todos os educadores já presenciaram o ato discriminatório em sala de aula e se sentem à vontade para discutir a temática sobre discriminação racial. Uns porque se identificam como negros, porque acham que aconselhando os alunos eles podem se conscientizar e outros entendem que é um assunto que deve ser abordado na escola, pois é um tema social. Apenas o professor João Paulo ressalta, que é preciso ter muito cuidado quando for trabalhar essa temática na escola.

R: Eu não procuro assim é... coibir de forma direta, de forma é...assim... intempestiva. Eu costumo trabalhar em sala de aula logo justamente quando eu percebo isso em todas as séries que eu passei de 1ª a 4ª série, eu pude perceber que a questão do preconceito racial, mas eu procuro assim... ir um pouco a gênese da questão, vamos dizer assim... eu costumo fazer aquela abordagem que nós somos diferentes, nós temos traços diferentes, cor de pele, formato de nariz, isso aí, né? Justamente porque é... uma questão de adaptação ao meio ambiente né? Aí eu vou é... sigo aquela historinha de que... historinha não, porque é comprovado no ponto de vista científica né? Que os seres humanos, os primeiros seres humanos surgiu a cem mil anos lá na África, eles foram se espalhando por outros lugares no mundo e... e em razão das questões climáticas né? da questão ambiental, que eles foram mudando a coloração da pele, esse tipo de coisa quer dizer, com isso eu tento mostrar pra criança que todos nós somos seres humanos, não importa a cor da pele, que a questão da minha pele ser branca ou negra ou que cor for o formato do meu nariz foi só uma questão de adaptação ao meio ambiente, que alguns cretinos usam isso... usam essa capacidade do ser humano de adaptação, como forma de discriminação, pra escravizar né? Pra segregar, pra excluir. Então, eu procuro levar por essa visão. A pessoa que discrimina eu não vou castigar ou coisa desse tipo, porque isso vai gerar mais complicações ainda em sala de aula, então a gente tem que ir um pouco a gênese da questão, mostrar que a nossa diferença e cor de pele é... foi apenas uma questão de adaptação de nós seres humanos ao meio ambiente. (João Paulo).

O professor João Paulo ao se deparar com as situações de discriminação racial age, não repreendendo imediatamente o aluno discriminador, mas procura trabalhar essa questão a partir da sua origem, fazendo uma discussão mais a nível científico. Esse educador demonstra uma

preocupação constante em discutir o tema, para isso o professor deverá ter conhecimento específico, um planejamento coerente para não aumentar a discriminação entre os alunos.

A fala do profissional João Paulo retrata o quanto à formação do professor é de suma importância para tentar romper com as ideias racistas. Assim, as questões relacionadas à pluralidade cultural e étnica podem desencadear nesse educador um exercício crítico que veicula dentro da escola, favorecendo-lhes a desconstrução de paradigmas, mitos e preconceitos historicamente consumados na cultura escolar. No entanto esse processo não desfaz de maneira simples é necessário que a orientação da atitude humana, feitas a partir de experiência do dia-a-dia das ações culturais dos povos submissos seja contemplado no currículo escolar.

Partindo deste princípio, possibilita ao educando negro a resistência as ideologias de rebaixamento das diferenças etnicorraciais. A compreensão do processo cultural para o educador constitui-se num elemento primordial para a readequação e reinvenção do conhecimento, através de análise crítica dos textos de questionamentos, das ilustrações, da comparação do que se lê nos textos oficiais com seu cotidiano, suas experiências e sua cultura. Pode-se desconstruir estereótipos relacionados a questões raciais e étnicas. A metodologia dos professores de uma certa forma está coerente, notando que fica explícito no discurso, Mas o desenvolvimento na prática não condiz, porque em momento nenhum percebe-se um planejamento prévio que contempla a temática em discussão.

A metodologia de trabalho em grupo é uma forma de fortalecer os relacionamentos entre os indivíduos para viver em sociedade, mas não é uma receita pronta e acabada para resolver o problema da discriminação racial como fala a professora Tainara que acredita vencer o preconceito através desta metodologia.

R: Esse trabalho é feito em grupo porque a partir dela conviver com outras crianças ela vai se sentir, se sentir igual a outra... e não vai ter mais aquela discriminação.. porque ela é negra fica separada. Então eu procuro, trabalhar ela junta com as outras coleguinhas pra ela se sentir igual. (Tainara).

A finalidade do discurso dos movimentos negros não é a igualdade de cor e sim a de oportunidades, que este grupo vem sendo relegado durante todo o processo histórico. O trabalho realizado pela professora tem o objetivo somente de fazer com que a criança negra se sinta bem ao lado de crianças brancas tentando harmonizar as culturas reforçando ainda mais a ideologia do mito da democracia racial. Outra professora apresenta uma metodologia voltada para o trabalho com a questão racial, mas de forma suspeita.

R: Sim. Através de debates, pesquisas, é... mine gincanas. (Eduarda)

Na fala de Eduarda notamos uma contradição, no momento em que presencia um ato discriminatório sua ação é passiva e explicita uma metodologia viável para trabalhar a questão racial, mas nos deixa uma interrogação. Como será encaminhada essa metodologia? Certamente se os professores estivessem realizando um trabalho que envolvam pesquisas, seminários e mine-gincanas de maneira reflexivas o cenário educacional brasileiro apresentaria outros dados estatísticos e não presenciáramos tantos atos discriminatórios com tanta frequência na sociedade

Mais uma professora trabalha a questão da discriminação racial em sala. Ela trabalha em grupo aproveitando situações de bule e corrigindo quando surge a problemática da discriminação racial, tentando conscientizar de forma paralela, porém não faz nenhuma reflexão deixando evidente em sua fala que a discriminação pode ser boa ou ruim ficando clara a sua falta de conhecimento científico acerca da problemática partindo somente do senso comum.

R: Trabalho. Coloco Trabalhos em grupo, cito situações de apelidos que eles colocam um no outro é... quando estão colocando apelido nos coleguinhas e aproveito a oportunidade para trabalhar né? iii... fazer até certo tipo de reclamação ou então de corrigir, e tentar conscientizar, de bom e de ruim, quais são os requisitos né? Que conscientização com eles o que é certo e o que é errado, o que a discriminação traz ela pode influenciar na vida de uma pessoa tanto pro lado bom quanto pro lado ruim, mas pro lado ruim e a pessoa que se sente discriminado né? E faço que...da maneira que eles não se sintam que eles não se sintam que estão sendo reclamado, que tão sendo chamado a atenção, e sim de uma forma que eles procurem trabalhar e entender que preconceito é uma coisa, que tem que acabar de forma que todo mundo tem consciência que não é bom pra ninguém que é ninguém é melhor que ninguém -Monaliza

Podemos perceber que todos os professores só trabalham com a temática a partir do momento que surge a problemática racial, mas em momento algum ele expõe a criança negra em situações de destaque nas atividades pedagógicas. Segundo Abramowicz e Oliveira A postura docente tem reforçado a discriminação racial de várias maneiras, como por exemplo, quando se posiciona frente as brincadeiras pejorativas com relação a questão racial dos alunos, ao fato de dar negro pequenas tarefas que são destinadas aos melhores da sala.

A professora Joana apresenta uma prática pedagógica significativa para desenvolver a questão racial. Detectamos que a formação crítica que é o diferencial para corroborar no processo de desconstrução dos conceitos pejorativos acerca do negro. Percebemos também como ela utiliza de vários artifícios metodológicos para desenvolver a sua prática voltando-se à história dos negros e suas contribuições para formação de nossa sociedade.

R: Sim, trabalho é... pra você trabalhar a questão racial eu no meu caso, eu faço pesquisa, trabalho a cultura africana, a cultura afro-brasileira, toda contribuição que o negro trouxe... é... para a cultura brasileira, então tudo isso a gente tenta trazer e fazendo muitas pesquisas porque os material didático infelizmente é muito escasso, a gente tem que tá correndo atrás de artigos , revistas, filmes, pra está trabalhando com nossos alunos. (Joana).

É intrigante que esta professora se aproprie de uma prática tão rica no aspecto metodológico para contribuir com a desmistificação do preconceito, no entanto na questão 3.2 ela firma nunca ter presenciado um ato discriminatório em sala de aula. A professora aqui citada é graduada em história e demonstra a multiplicidade de recursos didáticos, porém ela não percebe que no relacionamento escolar acontece inúmeros fatos de discriminação racial, ou seja uma violência simbólica dos produtivistas Bourdieu e Passeron. Para trabalhar a questão racial não depende somente da formação, mas sim da postura crítica do educador para perceber nas entrelinhas do discurso o teor de ideologias presente no currículo, nos livros didáticos e nos demais materiais pedagógicos veiculados pela escola.

Não queremos negar a importância do livro didático na ação ensino-aprendizagem. O que notamos é que esse deverá ser usado de forma crítica e reflexiva para descortinar as ideologias contidas neste recurso.

Portanto essas questões relacionadas com as diferenças e seu tratamento no convívio escolar são de fundamental importância para a formação profissional do educador que deverá enfatizar no seu desempenho profissional tratando o conflito entre o direito a diferença e combatendo a desigualdade social. Entendemos também que fenômenos como a globalização, multiculturalismo, questões de gêneros, diversas formas de violência e exclusão social devem fazer parte do contexto escolar e o educador deverá incluí-los em suas práticas pedagógicas.

Devemos ressaltar que a inclusão dos negros nas atividades escolares, tem sido excludente pois vem de um período de escravidão maciça que tem refletido em atitudes que estão fixadas nas práticas cotidianas. Há educadores que favorecem a construção de estereótipos e atuam de maneira preconceituosa, faltando informação e conhecimento sobre a história dos menos favorecidos na escala social, que necessita de subsídios para enriquecer as metodologias, que privilegiem conteúdo que levam ao questionamento das relações de poder.

A cultura negra vive ainda um processo de desvalorização e preconceito em relação a sua história, No ambiente escolar destacamos poucas ações que favorecem o regaste dos valores que elevam a autoestima dos educandos negros. É necessária a atuação de educadores preparados para articular a diversidade cultural em sala de aula, mas acima de tudo, discutir e criticar o currículo e seus componentes pedagógicos.

3.5 O Negro na Sociedade Brasileira

Sabemos que o Brasil não é um país estatisticamente africano, mas a maior parte da sua população é negra. Os negros representam 44,2%* da nossa população, a segunda maior população negra do mundo, perdendo somente para o país da Nigéria. Porém sendo a maioria negra, vivem em condições subalternas em relação às outras etnias dificultando assim sua ascensão nas diversas escalas sociais como educação, moradia, trabalho, saúde entre outros.

Um dos mecanismos utilizados pelo grupo dominante é empregar rótulo de valor humano inferior a outro grupo para manter-se no status quo. Nessa

condição a imposição do estigma pelo grupo em ascensão ao menos favorecido, refletem no grupo afetado deixando-o enfraquecido e desanimado. Na sociedade Brasileira contemplamos essa relação onde o branco se em contra em uma posição superior e o negro infelizmente, integra ao grupo inferior, devido principalmente as teorias racistas que vem povoando o imaginário da população brasileira, mesmo sabendo que biologicamente e cientificamente raças não existem, portanto o que diferencia um ser do outro é justamente a grande concentração de melanina que temos na camada epitelial.

R: É...apesar das mudanças eles ainda continua, ainda, é como se fala? Crescendo aos pouquinhos mais que ainda não conseguimos vê hoje o negro já alcançou, alcançou bastante...como se fala? Conquistas né? Como advogado, como médico, como... é... os grupos dos pagodeiros que fazem bastante sucesso, mas existe ainda, mas são muito pouco pra quantidade de negros que existem em nosso país né? Mas eu acho que aos poucos aos poucos eles tão conseguindo o seu espaço também né? Devagar, e eu acho que a gente tem possibilidade, os negros têm possibilidade de crescer em muito mais se eles mesmos respeitar também a sua própria raça, né?
-Monaliza.

A professora Monaliza ao relatar sobre a ascensão do negro enfatiza a área artística como se os negros só se sobressaíssem nessa área. Quando cita sobre advogados e médicos negros. Em que espaço está atuando esses médicos e advogados negros?

*Fonte: Cavaleiro, Eliane dos Santos. Do silêncio do Lar ao silêncio escolar: racismo preconceito e discriminação na educação infantil. Ed. -São Paulo: Contexto, 2003, p. 27.

Podemos analisar que a professora é leiga nesse sentido, pois é raro se vê um advogado ou médico negros. Porque será que o negro não consegue chegar ao topo da pirâmide social se já foi constatado cientificamente que somos iguais em grau de inteligência e somos dotados do mesmo potencial. É visível que os negros estão numa escala social das menos favorecidas, pois são negadas as oportunidades para competir de igual para igual.

Um outro ponto que é importante relatar é o nível de escolaridade, porque os negros não têm as mesmas condições que os não negros, e as escolas que frequentam são as públicas mesmo frequentando essas ainda sofrem de preconceito e discriminação. As melhores escolas são frequentadas

pelos brancos, isso interfere no crescimento intelectual dos negros levando-os as margens da sociedade. Porém ela narra um fato interessante que é quando diz que o negro tem que respeitar e aceitar o outro, a percepção da professora do racismo de negro contra negro é derivada da ideologia do branqueamento, que foi visto no capítulo 1, foi inculcado ao longo do processo histórico, estando presente na sociedade até os dias de hoje. O negro ao longo dessa caminhada não viu nada que se orgulhasse em sua história passada, para o negro se ascender na sociedade ele teve que negar a sua própria cultura e assimilar a cultura do branco.

R: Eu vejo que... ainda hoje o negro... o negro ainda é... ainda é... discriminado pelo emprego, por questão do emprego...-
Eduarda

A questão de ascensão social é tão importante quanto a inclusão do negro na sociedade, a professora Eduarda em sua fala, narra a questão de discriminação social a níveis de classes. Vemos que os negros em sua maioria ocupam cargos subalternos e raramente o vemos em lugar de destaque. Os dados que apresentamos no primeiro capítulo, são relevantes em que a sociedade tem preferência por pessoas brancas para cargos elevados, a exemplo: engenheiros branco 85,4% e engenheiro negro 14,5%, já para cargos de menor prestígio são de preferência negros: faxineiro branco 15,5% e faxineiro negros 84,4%.

O quadro de desigualdade entre negros e brancos se deve a fatores estruturais e discriminatórios. Entre os fatores estruturais o mais elevado é o componente educacional, situando os negros com menor acesso a educação formal. O mais agravante é que o negro tendo o mesmo grau de instrução do branco, este ainda continua tendo maiores oportunidades na estrutura social, tal fato pode ser decorrente da discriminação racial.

É terrível pensar que logo após a abolição os negros foram praticamente excluídos da sociedade, foram lançados a seu próprio destino. Pois na condição de escravos a alimentação e a moradia, mesmo que de forma estupidamente desumana era garantida. Logo depois, fecharam-se todas as portas para os negros, porque os mesmos tiveram que se valer da própria sorte. Os ex-escravo foram marginalizados, porque nenhuma política pública foi feita para inclusão social dos negros na sociedade vigente, ao contrário disso

estimulou a imigração, para clarear a população, mostrando para a Europa que o Brasil era a colônia portuguesa e não poderia ter o maior número de negros.

Inúmeros fatores de discriminação racial brasileira relacionado a formas dissimuladas de manifestação da discriminação racial incapacitam o desenvolvimento das potencialidades e o sucesso dos grupos negros na sociedade. Ao investigar a fala da professora Tainara afirmando que o negro está ocupando o seu espaço. Nos perguntamos: Mas que espaço é esse? Será que é o espaço da agricultura? Do desemprego? Do analfabetismo? Como apontamos anteriormente pesquisas mostram que os negros estão sempre em desvantagens em relação aos grupos brancos.

Outra coisa marcante que ela cita é que os negros foram excluídos no passado como se atualmente essa exclusão não se existisse mais. Notamos que sim. No momento que eles não têm a mesma escolaridade, as mesmas formas de lazer e as mesmas possibilidades de oportunidade dos brancos. é comprovado que o negro apresenta aspectos de inferioridades em relação aos padrões de vida dos brancos. As desigualdades são tão graves que afetam a capacidade inserção dos grupos negros na sociedade brasileira.

R: Com mais capacidade de se desenvolver profissionalmente, ocupando o seu espaço... tem muito espaço na sociedade... que eles eram excluídos...agora... os negros estão, é... é conseguindo o seu espaço. (Tainara).

Podemos perceber o poder de influência que o professor tem sobre os seus educandos, quando o professor João Paulo relata que um dos seus professores proferiu a seguinte frase: “ *A pobreza e a miséria do Brasil tem cor e ela é negra* “ isso se dar a construção de um estereótipo que tudo de ruim, pejorativo e maléfico a sociedade atribui ao negro. Em outro momento verificamos que o professor está imbuído na questão racial, no sentido de reconhecer que o negro é um sinônimo de luta, que sofreu várias injustiças, encontrando-se como forma de resistência a construção dos quilombos.

Este profissional apresenta certo conhecimento quanto a luta dos negros, sua organização, e reconhece que a discussão sobre a questão racial se insere no meio acadêmico, chegando até as escolas através da lei 10639/03, favorecendo a inclusão da cultura afro-brasileira. Observamos que o

professor foi feliz em sua colocação, pois em todo momento da história de nossa sociedade a educação foi e será um fio condutor para a ascensão de qualquer indivíduo na sociedade.

Notamos que é de suma importância posturas como a deste profissional que possibilitará a afirmação da cultura negra e posteriormente o lugar destinado aos negros na escala social. É imprescindível que a disseminação dessa ideia seja implantada nas escolas brasileiras. Valorizando não só a cultura afro-brasileira, mas relacionando todas as culturas existentes em nosso país, pois este tem uma sociedade pluriétnica.

R: Eu tive um professor, que ele costumava dizer que a pobreza e a miséria do Brasil tem cor e ela é negra. Eu vejo no atual contexto o eu vejo negro, eu vejo o negro como sinônimo de luta, como um sinônimo de... de... uma busca de liberdade de uma busca de espaço e o movimento negro que é um movimento organizado, é... quilombolas, então eu vejo o negro hoje no Brasil, assim... numa perspectiva não superficial, mas otimista, não otimismo superficial porque é... um povo que há muito, é... vamos dizer não se resignou ... não baixou a cabeça né? diante das injustiças que ocorreram com eles é... um povo que lentamente vai se organizando vai se articulando e buscando o seu espaço, obviamente que isso não é uma coisa pra dois ou três anos isso é um processo. Eu tenho certeza é Antônia que daqui a cinquenta anos o negro em nossa sociedade ele vai tá assim ... muito mais ... muito mais... firme né? Ele vai conseguir com bastante intensidade afirmar a sua cultura né? Afirmar os seus costumes até porque isso é uma coisa que a gente vem tratando bastante você sabe disso, no meio acadêmico... no meio acadêmico a questão da afirmação da cultura negra, nós temos agora a obrigatoriedade de trabalhar essas questões dentro de sala de aula né? Por lei né? Isso já está legalizado, então eu vejo nessa perspectiva otimista né? Não é coisa pros dois dias, é um processo mas eu vejo que o negro sim... ele tem que conquistar o espaço merecido dele, enquanto gente, enquanto ser humano né? enquanto o oriental, enquanto o branco enquanto seja lá a pessoa dependente de qualquer etnia, tem né... esse direito de ter o seu espaço na sociedade, nem mais nem menos privilegiado dos que as outras etnias. (João Paulo).

Não temos dúvida que a cultura africana tem uma contribuição muito grande na formação do povo brasileiro. Herdamos dos negros vários costumes: a comida, a dança, crenças, artesanatos etc. mesmo assim com tanta influência africana, não podemos afirmar que a sociedade brasileira possui um compromisso com a diminuição das desigualdades sociais.

A professora Joana também dá uma grande contribuição na preocupação com ascensão social dos negros quando ela diz que os negros têm sofrido bastante para resgatar a sua cultura. É verídico pois sabemos que o movimento negro há muitos anos vem lutando contra todo o tipo de discriminação racial e exigindo dos governantes medidas cabíveis para que se resgate e seja de uma certa forma ressarcidos das injustiças sofridas.

R: Com certeza a influência da raça negra na formação do povo brasileiro foi muito grande e ainda hoje é. Infelizmente é... a cultura negra afro-brasileira tem que é ... por causa do preconceito tem sofrido bastante, mas isso não deixa que é mesmo nesse contexto social, tem que resgatar sua cultura que é o que está acontecendo hoje, através de ONGs de estudos de várias escolas que... é... dão grande importância e valor a cultura negra, então isso é um resgate dessa cultura para que essa mentalidade de discriminação racial seja quebrada. E hoje esse contexto social, infelizmente vai ser um processo assim: lento, ta sendo lento, mas... tem muita força, muita gente envolvida e com certeza esse trabalho vai fluir é... satisfatoriamente.

Comentam os educadores que o negro já está subindo na escala social, mas que devem respeitar a própria raça, que o negro é sinônimo de luta, não deixou se abater com as injustiças historicamente construídas e que existem os movimentos negros que estão cada vez mais se destacando e conseguindo o seu espaço. O professor sabe que deve ser discutido as questões raciais em sala de aula dando abertura a construção de um espaço na sociedade. Não vêem o negro com pessoas excluídas, porém, não é o que percebemos os negros não têm se destacado nas conquistas profissional de maior prestígio social tanto na vida profissional, como o trabalho autônomo e nas posições políticas ocupadas no Brasil.

Os negros destacam-se apenas nas atividades manuais que não exigem qualificação profissional e dependem de pouca ou nenhuma escolaridade. As desvantagens acumuladas através do processo histórico brasileiro tornaram difícil o sucesso da população negra. É lamentável observar na história oficial que não se encontra registros de negros em posições de destaque, que historiadores omitiram do processo, toda uma história de lutas, de coragem ao longo do tempo.

3.6 A Lei 10639/03 e A Educação

A partir da década de 90 surge um aparato jurídico normativo que contempla a abordagem da cultura afro-brasileira como variável nuclear, propondo mudanças na proposta curricular a LDB (Lei Diretrizes e Base) 9394/96, apesar de várias lacunas, contribuir para colocar na pauta discussões sobre essa temática racial, no sentido da valorização das culturas que fizeram parte da construção da história brasileira. Baseada nessa legislação, favoreceu-se a elaboração dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). Embora não seja um instrumento normativo, ele é encarado pelas escolas com esse sentido, e muitos professores e gestores o assumem como documento legal.

Nesse contexto o PCN de Pluralidade Cultural, trata a questão racial partindo de conhecimentos teóricos, para então discutir a temática mostrando aos educadores várias possibilidades para se trabalhar com essa diversidade étnica, porém se os professores não tiverem abertos para discuti-lo e transpor em sua prática de nada adiantará, e será mais um documento engavetado. A elaboração da lei 10639/03, que inclui na grade curricular a história e cultura afro-brasileira, não se deve a boa vontade do poder elitista, porém é fruto provenientes de ações reivindicatórias do movimento negro que tem como meta resgatar a memória da cultura afro-brasileira que foi alvo do esquecimento e da negação a sua contribuição sociocultural.

Ao questionarmos a professora Eduarda verificamos o seu total descaso para a questão de se trabalhar a cultura afro-brasileira, pois afirma nunca ter sido informada sobre a lei 10639/03. Será que para trabalhar com a questão racial em sala de aula precisamos ser informados? Ou somente podemos trabalhar a partir dos conflitos existentes em sala de aula? Nós enquanto professores temos a autonomia de trabalharmos questões pertinentes a cultura africana e afro-brasileira independente de se ter, ou não uma proposta pedagógica provinda da escola, isso se o educador for comprometido com a transformação dos educandos e conseqüentemente a nossa sociedade.

Sentimos que a professora supra citada está totalmente desinformada. Com um período de quatro anos de existência essa lei ainda não chegou até essa profissional? Isso nos deixa cada vez mais preocupados. Que cidadãos

queremos formar? São cidadãos críticos ou simplesmente pessoas formadas para um padrão totalmente tecnicista, prontos para mecanicamente ingressarem no mundo fabril. Postura como desta professora não transforma a realidade dos negros vivenciada no processo escolar. A todo momento ela deixa evidente que é dependente de um poder hierárquico e que só segue ordens, se a educação contar com profissionais desse nível estará formando indivíduos totalmente alienados e produtivista.

R: Não. Porque eu ainda não fui informada sobre a lei... informada sobre a lei para fazer essa discussão(Eduarda).

Abaixo percebemos a falta de informação de mais uma professora, que afirma não ter nenhum ou pouco conhecimento da lei 10639/03. É dúbio o depoimento desta profissional, pois ela entra em contradição dizendo que não conhece a lei e logo a diante cita trabalhar mais ou menos. O mais chocante é que na questão 3.3 ela diz se sentir a vontade para trabalhar a questão da discriminação racial, mas afinal em que documentos ela se embasa? Se ela relata não conhecer a lei 10639/03 e nem o seu processo de construção, parece que essa educadora nunca teve acesso, nem mesmo aos PCNs, documentos esses que foram distribuídos em todo o país pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura), em vigor desde 1997 para auxiliar os professores em vários sentidos metodológicos, especialmente no que tange das questões raciais, que é a Pluralidade Cultural

R: Mais ou menos, porque eu não tenho conhecimento... eu não tenho conhecimento total das... de como surgiu, de como são feitos os movimentos... não conheço...é... como se fala? o fundo mesmo, o eixo né? de como funciona, com que que é... é visto os tipos de preconceito, então eu... trabalho mais ou menos né? (Monaliza).

A falta de conhecimento dos profissionais da educação citados acima em relação à lei 10639/03 é evidente. Sinaliza o comodismo dos educadores frente às mudanças ocorridas no currículo escolar. Podemos perceber na fala da professora Tainara que mostra um conhecimento superficial a respeito da lei 10639/03. Acomodação aqui também é visível, pois a mesma relata ter informação, e vai mais longe quando afirma ter participado de um curso de formação continuada, onde abordou a questão da lei, instrução metodológica.

Porém a mesma não toma nenhuma uma atitude de ação, no sentido de praticar o objetivo destinado pela lei. É flagrante essa situação, pois a mesma possui certo conhecimento, mas tem dificuldade em transpor para prática. Nota-se a necessidade no setor educacional de professores ativos que não fiquem esperando ordens superiores, a exemplo de coordenadores, orientadores, diretores e até mesmo das secretarias de educação. Para mecanicamente nortear o seu trabalho pedagógico.

R: Não, porque, porque... é... a existindo muita falta de divulgação só, até agora tivemos uma capacitação, a professora veio... explicou como seria essa lei, quais os métodos, mas... é... dentro da escola mesmo nunca mostrou como se trabalhar na escola. (Tainara).

Paradoxo aos comentários dos professores acima, os professores que virão a seguir mostram-se inteirados com a lei 10639/03, porém o professor João Paulo diante de sua afirmação mostra sensibilizar pela causa da temática em vigor, no entanto no que se refere ao trabalhar a cultura afro-brasileira assegurada pela lei 10639/03, ele considera um tabu. Talvez pensa ser “tabu” devido a maioria dos professores ter recibo uma educação eurocêntrica, que possibilitou internalizar e assimilar essa cultura. Assim dificulta a discussão e propagação da cultura afrodescendente no ambiente escolar.

Ele faz uma crítica e a alerta no momento em que diz que a lei deveria ser implantada há mais tempo. Reconhecendo a existência de profissionais sensibilizados com a ideia. A creditar em um trabalho sistematizado voltado para essa questão da afirmação da cultura negra é dar prioridade aos agentes desse processo construir uma identidade positiva para atuar como cidadão crítico e participativo no meio em que está inserido.

R: Eu retorno um pouco as respostas que dei antes né? Assim.. é... esse é um tema bastante um... é.. meio “drástico” porque mexer até de certa forma... até um tema tabu trabalhar essa questão da cultura negra, da afirmação da cultura negra. Só que em contrapartida é... não só eu, mas eu acho que todo professor tem a obrigação de trabalhar isso em sala de aula é ótimo, é ótimo não, isso aqui já demorou... isso aqui... já deveria ter inserido... inserido é... é...já deveria ter ganhado um... um respaldo legal essa questão de se trabalhar em sala de aula há muito tempo, já demorou então... se professores conscientes já trabalhavam isso né... antes mesmo de ser legalizado né... agora sim a pessoa já tem o respaldo legal,

então eu não vejo isso a questão de si sentir à vontade ou não, eu vejo isso como uma questão de ... obrigatoriedade de um professor que faz uma educação cidadã.(João Paulo).

A professora Joana apresenta uma proposta imediatista para trabalhar a lei no espaço escolar, colocando-se à disposição no momento em que surgirem os conflitos e questionamentos provindos do preconceito. Não acreditamos que a construção e desvalorização da cultura negra serão corrigidas em curto prazo, pois tivemos mais de 400 anos de escravidão onde o povo negro herdou uma imagem desvalorizativa / inferiorizante em relação aos indivíduos brancos. Mesmo assim, a professora se posiciona muito bem, advertindo que o professor tem que se encontrar disponível, acessível e flexível para desenvolver esta proposta. Portanto, sentir-se à vontade para discutir os conteúdos pertinentes na lei, não vem o caso, é de responsabilidade do profissional comprometido com a transformação social, tratar de temas tão relevantes no tocante a cultura afrodescendentes.

R: Sim, a lei está aí tem que ser implantada, as escolas têm que tá trabalhando com a cultura, com essa disciplina de cultura afro-brasileira e a gente tem que tá sentido à vontade mesmo porque, como o preconceito tá aí, vai surgir vários conflitos, perguntas que a gente tem que estar preparados para responder então, a questão aí é ir atrás, estudar pesquisar pra quando o aluno vier com alguns questionamentos, a gente tá sabendo trabalhar com ele então, o professor tem que tá... o professor principalmente tem que está disponível e acessível e flexível pra está tratando desse tema na sala de aula. (Joana).

Percebemos com as entrevistas que em nossas escolas não estão aderindo a lei 10639/03, pois o mesmo se encontram desatento das questões raciais e falam delas de maneira bem distante. Precisamos reconhecer urgentemente a importância dos reais objetivos da lei, que são: os de trabalhar com estudos da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. Resgatando a contribuição desta etnia nas áreas sociais, política e econômica contida na História do Brasil, de forma contextualizada, para então desconstruirmos do pensamento dos educandos estereótipos sobre a História da África, que foi construído de forma selvagem e excludente.

Sabemos que o único profissional que tem propriedade para trabalhar em cima de temas tão abrangente e importante quanto esse, é o pedagogo, porque sua formação perpassa por discussões, análises e reflexões de ordens sociais. É de sua responsabilidade sensibilizar os educadores para importância de implantar e trabalhar a lei 10639/03, em sala de aula, para que todos busquem mudanças e reparações, superando as barreiras do dia-a-dia. Certificando essa ideia a professora abaixo faz uma crítica aos pedagogos, no que tange a sua responsabilidade de oferecer subsídios para efetivação de práticas antirracistas. Pois já existe um número considerado desses profissionais atuando nas escolas. É gritante o não compromisso desses profissionais frente a essas questões. Que outro profissional poderia trabalhar com temas tão relevantes? Só mesmo o profissional da educação, pois se esse trabalho não for realizado serão os nossos alunos afrodescendentes a serem vítimas de uma prática mal planejada.

R: Um movimento levado mais a sério, de conscientização bem forte mesmo, levado a sério entre todos os pedagogos. A primeira sugestão seria trabalhar os pedagogos, acho que muitos não entendem direito da lei, e nem conhecem realmente é... os problemas de preconceitos que os negros sofrem né... em nosso país e depois uma conscientização geral, um trabalho feito mesmo a sério, levado a sério, escola com todos, escola comunidade e todo mundo em geral. (Monaliza).

A preocupação com a metodologia para trabalhar a cultura afro-brasileira, está presente todo o momento, mas a professora Eduarda está sempre entrando em contradição, quando diz não ter sido informada sobre a lei, na questão 3.5 como pode sugerir métodos para trabalhar esta temática? A professora entrevistada nos faz lembrar de milhares de profissionais que atuam nas escolas brasileiras, onde tem um discurso muito bonito, mas a sua prática é totalmente virtual.

R:Trabalhar a diversidade em sala de aula... é...através , é através de debate, seminários. (Eduarda).

Os ACS, são de fundamental importância para abrir debates e reflexões sobre a disciplina cultura afro-brasileira, no entanto percebemos no relato da professora, que isso não está acontecendo, pois deixa subentendido em sua citação. As demais sugestões apresentadas são apropriadas para trabalhar o

tema. Desde que todas as pessoas que estão envolvidas no processo-aprendizagem tenham um olhar crítico voltado para estas metodologias.

R: Através de jogos, de músicas, procurar nos ACS discutir, fazer discussão entre os professores, que... é para procurar outras formas de trabalhar. (Tainara).

A menina dos nos nossos olhos se alegram ao se deparar com educadores como profissionais referidos abaixo, preocupados em se aceitar enquanto negro. De entender que tem um papel árduo pela frente, mas que é de suma importância para a construção de um país mais justo. O professor abaixo é cauteloso ao relatar que o docente precisa estar atento para forma como irá abordar a questão racial com seus educandos, pois não pode se valer somente do senso comum. É interessante a forma metodológica que o mesmo cita a exemplo dos relatos de experiências vividas por afrodescendentes.

Outra prática que enriquece o seu trabalho é o gráfico, que possibilita o educando se identificar racialmente e também favorece o trabalho interdisciplinar, que é uma metodologia mais indicada no momento. O gráfico construído pelo professor mostra a dificuldade que a criança negra em se assumir enquanto etnia, isso nos mostra a necessidade de trabalhar a cultura afro-brasileira, que é pertinente aos negros. Pois ao negar sua cor, percebemos que estes desconhecem a sua história. Essas metodologias usadas por este professor apontam que ele se posiciona de maneira crítica. Ao contrário dos demais, pois o mesmo relata na prática e deixa transparente o desenvolvimento de suas atividades, buscando sempre evidenciar aos seus educandos a valorização das diferenças entre os indivíduos.

A prática do professor ajuda-nos a entender os processos de identidade e autoestima positiva do alunado afrodescendente, que tem sofrido pela desvalorização de sua cultura tendo como efeito colateral o medo em se assumir enquanto etnia, ou angústia em sê-lo e declarar-se. Os resultados psicológicos são inúmeros, afetando o seu pessoal e posteriormente levando-os ao insucesso social e escolar.

R: Olha... eu acho que a gente não pode separar é... vamos dizer assim que... não pode abordar um assunto desses pautados apenas em formações do senso comum .Eu acho que o educador, ele tem que buscar dentro da ciência,

informações científicas e passar pra seus alunos. É claro que de uma que eles entendam né de uma forma simplificada... que eles possam apreender aquilo ali. É o que eu tento fazer. E também, é... trazer questões derrepente de... de... sei lá, da experiência pessoal que... que... enalteça a questão como eu falei antes, a questão de você é... vê algo de positivo no diferente. Vou até mencionar uma atividadezinha que eu fiz com os alunos é... em sala de aula: eu fiz um gráfico...fiz um gráfico e em sala de aula é... eu pedir pra cada um identificar a cor de sua pele certo? Ou melhor é...dizer se era negro ou se era branco. E aí eu fui elaborando o gráfico de acordo com o que os alunos respondiam. Quando chegou a minha vez né? É... os alunos tiveram é... primeiro alguns alunos afirmaram né? Sou negro nè e outros que eram negros, uma coisa incontestável, a gente via na cor da pele né? Eles negavam né? Eles disseram eu sou moreno, afirmaram ser branco né? De uma forma bastante tímida né? Mas disseram. Quando chegou a minha vez criou-se uma expectativa né?! Então acho que todo mundo naquele momento, todos os meus alunos imaginavam que eu ia dizer “sou branco” né... e por exemplo eu me sinto na liberdade... Junior... Junior, me sinto na liberdade de dizer sou branco ou sou negro, como eu já te falei, eu é... eu... sou multiétnico, eu sou uma mistura né? de índio, negro e branco. Então como esse termo eu acho que esse termo eles não iriam entender e eu tava ali querendo mesmo de alguma forma é... é afirmar a questão da negritude mesmo e eu também sei que tenho muito sangue negro.. talvez até mais do que branco ou índio, então eu falei “sou negro” né? causou um impacto, alguns começaram a ri, tal aí veio aquele discurso né? A questão de você é... de você achar algo de positivo, na diferença, que a gente tem que se reconhecer como é, porque , é... não é porque eu negro ou sou branco, eu sou mais ou menos inteligente que nós temos a mesma capacidade a mesma é? então isso sim... é uma forma de você ta trabalhando e afirmando a... a cultura negra né, a força, do povo negro em sala de aula, você que é negro se afirmar “ eu sou negro”. (João Paulo).

Quando a professora relata sua forma de trabalhar com a disciplina cultura afro-brasileira, ela narra um número considerável de recursos bem inovados, apropriados para o desenrolar da temática. Deixando transparecer um trabalho de forma crítica e reflexiva, principalmente quando mesma faz referências sobre os filmes da Disney e o de Kiricú, pois o primeiro mostra o negro de forma caricatural, sempre retratando os mesmos como se fossem povos aborígenes e aparentando sempre de forma pejorativa porém entra em contradição no início de sua fala quando afirma que o material é escasso.

A falta de recurso não é desculpa para professor não executar uma boa aula. Pois vivemos em sociedade do conhecimento e da informação, faz-se

necessário que o sujeito esteja conectado com o mundo do conhecimento e utilize de todo o material que estiver ao seu alcance fazendo uma releitura lendo nas entrelinhas. Uma fonte riquíssima é o livro didático que está atrasado e demonstra sempre a imagem do negro sempre de forma pejorativa. Então o professor pode partir deste para trabalhar analisando juntamente com os educandos de forma crítica.

R: Bem, como eu tinha dito antes o material é escasso a gente tem que tá pesquisando, tem muita coisa filme, artigo você pode tá trabalhando a geografia da África, principalmente você pode tá fazendo um trabalho interdisciplinar com seus alunos. Tem um filme Kiricú que é lindo bem interessante, mostra todo o contexto da África, foge um pouco daquele... dos desenhos da Disney, aquela coisa, mostra outra realidade para as crianças e é um filme bem interessante é... vários artigos de revistas, trabalho de pinturas, se for possível fazer, montar uma exposição a partir de criação de textos, músicas didáticas, a questão é pesquisar e correr atrás do material é... tá fazendo esse pedagógico acontecer (Joana).

Quando nos referimos a lei 10639/03 analisamos que alguns professores desconhecem totalmente a lei e, outros alegam à falta de divulgação, algo mais específico. No entanto eles criticam, afirmando que a lei foi implantada na grade curricular de forma vertical não chegando essa discussão aos educadores. Notamos que alguns professores não abordaram sua prática pedagógica devido a forma de não saber como trabalhar com a lei 10639/03.

Entendemos que o maior recurso pedagógico veiculado nas escolas é o livro didático, no entanto contempla a questão africana com inferioridade, porém o educador deve utilizá-lo estando atento, verificando os conteúdos dos textos com a realidade social e ressignificá-los de forma a que atitudes discriminatórias sejam condenadas e repudiadas, que todas etnias sejam igualmente contempladas. Uma outra postura é que o professor reavalie seus critérios na escolha de todo material didático

Faz-se necessário que a escola e seus profissionais se preparem para trabalhar com a questão relacionada a lei, propiciando momento de debates, palestras envolvendo comunidade, dialogando com seus educandos, envolvimento dos mesmos com as tradições dos povos africanos a troca de experiência entre escola e comunidade, para que os educandos sintam-se agentes no processo de construção de sua história.

3.7 O Relacionamento Multirracial na Escola

O ambiente escolar é determinado notavelmente pelo comparecimento de pessoas. Cada sujeito traz consigo a sua subjetividade, com diferentes etnias, modo de ser, visões de mundo e sonhar. Escola é um lugar onde convivemos a todos instante com a diferença, a diversidade, também de encontros e possibilidades, portanto um lugar do múltiplo. Neste sentido o professor deve estar preparado a si aventurarem em experiências criativas e que promovem uma educação não-racista e não elitista, discutindo a presença da diferença e da diversidade na escola, numa perspectiva pluriétnica e multicultural, tendo como desafio novas possibilidades mais democráticas de lidar com a diferença e o outro no cotidiano de nossas escolas. Partindo da sala de aula percebemos que o próprio professor é uma fonte discriminatória contra a criança negra quando demonstra no seu silêncio, não se posicionando frente às questões de discriminação surgidas no momento pedagógico.

Haja vista que de acordo a professora Eduarda a criança se sente desmotivada para continuar sua permanência em sala de aula não percebendo o sentido dos seus estudos. Um ambiente escolar que não dá significância para a criança negra, como elevará a sua autoestima? E essa professora o que está fazendo para motivar essas crianças? Torna-se complicado a solução desse problema, pois a realidade que a criança vivencia no ambiente escolar e até mesmo no material didático não contribui para desmistificar a ideia de inferioridade de sua etnia. A professora enquanto profissional parece conformada com o tratamento diferenciado da criança, pautada na origem étnica, confirmando essa atuação na questão 3.3 onde afirma presenciar situação de discriminação racial em sala e a mesma utiliza de argumentos teológicos para minimizar a situação. Na sala dessa professora podemos perceber a realidade das escolas públicas brasileiras, as agressões diretas sofridas pelas crianças negras, no sentido de rebaixar a autoestima.

Entendemos na fala da professora que ela transmite um teor ideológico muito forte, destacando e privilegiando a cultura erudita. Isso fica claro quando associa a criança negra às mazelas sociais e o branco como sinônimo de superioridade. A maneira como a professora se posicionar revela a

despreocupação com o relacionamento da questão multiétnica no espaço escolar, isso pode influenciar na formação de sujeitos preconceituosos e discriminadores. A falta de instigação pode acarretar em várias crianças e jovens a inculcarem conceitos baseados muitas vezes na postura acrítica dos professores.

R: Elas discriminam... é.... discriminam é... falando porque elas têm a cor negra, é diferente delas , pois o branco... o branco é mais bonito, é mais inteligente é...é... é rico e o preto não, o preto é sempre mais sujo, não é inteligente , é...é pobre pois isso... isso faz com que essas crianças se sintam muito tristes e desmotivadas na sala de aula. Sim. (Eduarda).

As imagens estereotipadas do negro no cotidiano interferem na constituição da autoimagem. Além disso, os processos educativos e culturais brasileiros produzem uma ausência de caminhos para formação da construção de identidade negra positiva, pois a divulgação da cultura negra é insignificante, restringindo-se simplesmente a produções folclóricas e musicais.

R: Infelizmente há uma certa diferença entre elas, assim... algumas... infelizmente desde pequeninas já têm essa questão do preconceito enraizada, mas, na escola que tou é minoria assim... elas se tratam bem, a maioria entendeu? Não tem.. que na verdade as crianças são inocentes o que cria é a mentalidade que o adulto vai... vai... tá formando, a mentalidade dessa criança, então eu vejo assim. Essas que são, que tem esse preconceito, acho que elas nem sabem o que é, não sabem o que significa o preconceito racial, mas tem aquela questão a... não vou brincar com fulano porque é negra, porque essa criança é negra não chega perto, então graças a Deus é minoria, mas existe e ...é preciso ser podada pela raiz esse mal para que ele não venha não passe não vire uma epidemia e atinja outras crianças. (Joana).

A professora não considera o relacionamento entre as crianças negras e não negras como um problema generalizado, que é minoria. Ela reconhece que essa realidade de sua sala não condiz com a realidade de outras escolas, no momento que ela afirma que o preconceito tem que ser combatido pela raiz. Devemos preparar as nossas crianças para que posteriormente não venha surgir esse sentimento de preconceito, pois podemos verificar casos isolados como a realidade da professora Joana.

Ao notarmos essa realidade percebemos a influência adulta nesse cenário, recaindo sobre esse uma parcela da culpa na construção de uma mentalidade racista na criança. A discussão da professora Joana é coerente com os nossos estudos ao dizer que as crianças não nascem preconceituosas, mas adquirem a partir da convivência com o meio familiar e social.

R: Os negros, são mais esquecidos, ficam sempre de fora, ficam excluídos, sem amigos. A diferença é... é... até na hora da aula mesmo, na hora das brincadeiras, na hora dos jogos eles não querem ficar juntos, se faz um grupinho de cinco, eles procuram sair daquele grupinho que tem a criança negra, eles querem ficar no grupo que só tem crianças brancas, onde tem as negras eles procuram sempre não ficar. (Tainara).

Com a observação ao relato acima foi possível notar como é difícil o relacionamento multirracial dentro de um mesmo espaço. Como o estereótipo está presente na cultura afro-brasileira excluindo os alunos negros de todo o processo escolar. Apesar de essa professora usar metodologia inclusiva ela não consegue reverter esse quadro. O que está faltando? A riqueza cultural étnica do nosso país, ou não é levada em consideração no cotidiano das escolas ou é mal trabalhada, levando ao estereótipo e a disseminação do preconceito. A não inclusão das crianças afrodescendentes pode afetar o seu emocional diminuindo o ciclo de amizade consequentemente reduzindo a autoestima, é fundamental que essa criança encontre confiança no professor para se libertar de todo estigma que a persegue na sua vida social, mostrando a esta sempre a suas potencialidades, principalmente no campo intelectual.

A não percepção do racismo por parte das crianças também se deve a estratégia da democracia racial brasileira, que vem negando a todo o momento a existência desse problema. Devido esse tema não ser constantemente discutido no seio da sociedade impede uma visão crítica por parte de alunos e professores sobre a permanência da prática do preconceito. Isso não vem ao caso desse professor abaixo citado, ele reconhece que o preconceito impera na convivência multiétnica, porém em duas fases da vida do indivíduo.

Na primeira se manifesta de forma sutil devido a sua imaturidade cronológica não permitir diferenciar a existência, ou não, da ideia de discriminação racial. A segunda fase essa percepção é mais aguçada e praticada nos relacionamentos interpessoais na escola. Entretanto entendemos

que nesta fase eles já construíram um conceito sobre o preconceito, adquirido na sua trajetória primária e externam na sua convivência pluricultural

R: Há diferença né? Na escola em que eu trabalho é... que é até... até... 2ª série né? A gente trabalha com a... até 2ª série a gente percebe diferença, só que, é mais sutil, essa diferença do que acontece numa 4ª série e numa 5ª série. Eu vou dizer porque: A criança em quanto mais tenra, quanto mais tenra, a idade né? Mais menos...ela tem essa noção de preconceito porque quanto mais jovem ela tem menos discernimento pra absorver é... em sociedade e na família essa questão do preconceito, que acaba se estendendo para sala de aula. Então quanto mais idade tem a criança né.. mais ela tem essa capacidade de absorção né... dá...da... do que a circunda né... essa experiência que a circunda de trazer pra sala de aula... Há diferença? Há né ... só que e mais sutil numa 2ª série do que numa 4ª série numa 5ª série. Mas há diferença sem dúvida! (João Paulo).

Devemos centralizar os conflitos étnicos culturais como uma questão chave das nossas discussões, pois se constitui em nosso tempo uma grande problemática, sobretudo porque nos coloca em posição de desafiadores, envolvendo a percepção da diversidade humana, a desconstrução de verdades, a integração-interação de saberes, a desestabilização das diferenças e visões de mundo dentre outros fatores imbuídos na questão. Notamos que existe um pensamento único quando se diz que o Brasil é um país multicultural e pluriétnico, pois esta realidade através de contos e músicas que vem encantando a muitos. Porém, quando se refere à educação infelizmente percebemos o quanto essa diversidade não é incorporada a contento a organizações educacionais.

A entrevistada abaixo percebe situação de preconceitos gritantes, tanto entre aluno/aluno, professor/aluno como também professor/professor. Essa realidade constatada pela professora na escola confirma a permanência da discriminação exacerbada no pensamento de todos os indivíduos, possibilitando práticas discriminatórias na sociedade.

R: Eu acho que o preconceito é forte muito... eles têm preconceito mais do que a gente imagina do que eles possam ter é um preconceito muito... não só com as crianças negras mas... mas outros tipos de preconceito. Percebo... muito, muito diferença têm preconceito dele, ele procura mais o aluno branco, trabalha mais ...a criança negra ele é... pelo que eu vejo às vezes ele é... ele é... como que diz ele é...até os

próprios pedagogos, até os próprios professores o branco, a negra fica esquecida, fica de lado, porque ela é negra, porque ela é pobre, porque ela não vem pra escola bonitinha, cheirosinha, é... às vezes vem com o chininho havaiana, então ...e o branquinho não, só porque a cor é mais clarinha, às vezes o professor o próprio coleguinha tem preferência mais pelo outro coleguinha e o negro fica sempre esquecido no cantinho, às vezes ele acha um colega da mesma cor que ele pra compartilhar o seu momento de aula, mas isso não é nem sempre né? mas eles não têm consciência, os brancos não têm consciência nem um pouco, do que eles fazem com o coleguinha negro. (Monaliza).

Notamos que o currículo escolar está contaminado de tantas ideologias que dificultam o relacionamento pluriétnico. Através desta citação percebemos que a escola possui um currículo fechado, propiciando somente uma formação tecnicista. Como a professora presencia tanto ato de discriminação racial e ainda considera o preconceito como uma coisa natural? Ou a professora não sabe o que diz. Ou ela está contribuindo para inculcação dessa ideologia, pois a mesma faz parte dessa instituição. O que ela tem feito para tentar diminuir esse preconceito? É complicado desfazer esse processo de discriminação racial entre alunos, se o professor não superou o seu próprio racismo. O aluno vê o professor como referência. Então esse profissional tem que estar sempre se policiando quanto as suas atitudes e revendo sua prática e em sala de aula.

Para GONÇALVES (1987) “O professor tem que saber dosar e mediar a transmissão de conhecimento pela particularidade cultural, para que não continue punindo as crianças negras e excluindo-as da sociedade”.

Outra realidade encontrada nas pesquisas feitas com os professores do ensino fundamental e ensino infantil é que as crianças negras são totalmente excluídas pelas crianças não-negras, pois essas crianças não-negras elas têm um preconceito já enraizado que às vezes parte da família, onde esta molda o estereótipo de raça inferior ou superior, inculcando na cabeça da criança desde pequena.

E a escola reforça esse preconceito não só nas das atividades de sala de aula, mas também nos momentos de brincadeiras quando elas não são aceitas pelas crianças não-negras. Essa postura de mantenedora de preconceito é que tem reforçado a auto rejeição da criança negra, criando um

pensamento de que só a cultura do branco é que é a correta. Como diz Ambrowiez (1999).

A escola ensina a criança negra a não aceitar a cor da sua pele, os seus traços físicos, a história do seu povo a não querer ser negra. A cor negra para vencer na escola, tem de fazer a imagem do branco, adaptar-se aos valores do branco.

Mediante estudos e reflexões constatamos que o nosso setor educacional vem produzindo e reproduzindo as desigualdades sociais e étnicas, formando indivíduos alienados para servir ao sistema capitalista de forma mecanizada. É necessário refletir sobre a questão racial brasileira que não é algo particular, interessado somente as pessoas que pertencem ao grupo étnico-racial negro. Ela é uma problemática social, política e cultural de todos os brasileiros. Mas não basta apenas falar é conveniente saber como se fala, ter compreensão do que se fala e mais: partir para ação e construção de práticas e estratégias de superação do racismo e da desigualdade social.

Nesse contexto é uma tarefa cidadã de toda sociedade e não só dos negros ou do movimento negro. A nossa ação como educadores do ensino fundamental a universidade é de suma importância para construção de uma sociedade mais justa e democrática que repudie qualquer tipo de discriminação.

3.8 Os Sujeitos da Pesquisa

Os professores investigados atuam nas séries iniciais do ensino fundamental, estão em diferentes momentos do seu ciclo de vida profissional e também de formação. O quadro a seguir apresenta informações do perfil de cada profissional entrevistado.

NOME	FORMAÇÃO	IDADE	COR/ETNIA	SÉRIE EM QUE ATUA
Monaliza	Licenciada em Pedagogia	50	Parda	3º e 4º ano multisseriada
João Paulo	Licenciado em Pedagogia	39	Multiétnico	3º ano
Tainara	Licenciado em Pedagogia	40	Negra	Pré-escolar
Eduarda	Licenciada em Pedagogia	45	Branca	4º e 5º ano Multisseriada
Joana	Licenciada em História	40	Mulata	4º ano

Tendo em vista a diversidade de respostas obtidas nas entrevistas, foi necessário proceder à elaboração de categorias para a análise dos dados da presente investigação. Assim, os dados apresentados anteriormente, foram agrupados levando-se em consideração a similitude entre as respostas às questões da entrevista e o perfil identitário de cada um dos entrevistados.

3.9 Triangulação Metodológica

O presente trabalho de pesquisa parte da realidade da escola pesquisada em questão. O trajeto utilizado é o estudo de campo. O modelo de investigação é a triangulação metodológica. Técnica que cruza os pontos de vista, a realização de pesquisas qualitativas e quantitativas com a coleta de dados investigados. Com o objetivo de construir coerência e coesão na pesquisa empírica e conseqüentemente produzir o conhecimento científico de um determinado caso. Os elementos buscam responder o problema de investigação, discutindo e analisando os questionários de forma que responda as nossas indagações. Foi escolhido como enfoque metodológico o qualitativo de pesquisa, tendo como desenho a pesquisa-ação de caráter experimental e seu alcance de natureza descritiva exploratória.

O estudo de campo da pesquisa foi a Escola Municipal São Francisco, localizada na Agrovila 02 no município de Serra do Ramalho - BA com amostra de 14 professores que atuam nos primeiros e segundo ciclo do Ensino Fundamental I. Esta ação se deu a fim de ser confirmada a veracidade das informações desta pesquisa no intuito de também ser sanada tal problemática sócio educacional.

3.10 O CONTEXTO DO CAMPO DE PESQUISA: O Município de Serra do Ramalho - BA

O município de Serra do Ramalho localiza-se a Oeste do estado da Bahia, na região econômica denominada Médio São Francisco, tendo como municípios limítrofes: Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, São Félix, Malhada e Santana. O referido município resultou de um projeto de colonização, o Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho, criado pelo INCRA em 13 de maio de 1975 com o objetivo de reassentar cerca de 4.000 famílias da zona rural dos

municípios atingidos pela construção da barragem de Sobradinho em 1970. São eles: Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso, todos pertencentes à região econômica do Baixo Médio São Francisco.

Com base em dados do relatório do INCRA, depois de concluírem os trabalhos de pesquisa e de seleção da área para o reassentamento das famílias expropriadas de Sobradinho, ficou decidido que a região próxima ao Rio São Francisco, situada à margem esquerda do rio, era condizente com os planos da criação do Projeto de Colonização. Vale ainda lembrar que, nesse período, este ficou conhecido como Projeto Especial de Colonização de Bom Jesus da Lapa, devido a pertencer a esse município a área escolhida pelo INCRA, cidade situada a 42 km da sede. Para uma melhor compreensão acerca da criação desse Projeto de Colonização no estado da Bahia, não podemos analisá-lo apenas em âmbito local, mas numa abordagem mais ampla que dê conta do contexto social no qual o Brasil se encontrava, e que acabou propiciando o surgimento de grandes projetos econômicos em várias regiões do país, o que resultou em expropriações de trabalhadores rurais, em muitos estados brasileiros, das áreas destinadas a essas construções.

Inicialmente pertencia ao município de Bom Jesus da Lapa. Sua população era, sobretudo ribeirinhos e remanescentes quilombolas. No início dos anos 70, a Represa de Sobradinho começa a ser construída, sendo concluída em 1978. No ano seguinte, entrou em funcionamento a usina geradora de energia. Com a construção da barragem, o lago cobriu uma área de 4.214 km², com a desapropriação de 26 mil propriedades e conseqüentemente mais 72 mil pessoas deixaram seus bens, sendo alocados num projeto intitulado Projeto Especial de Colonização de Bom Jesus da Lapa, posteriormente Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho. Foram submergidos 26 povoados e quatro sedes municipais, como Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso. Para alocar os habitantes dos municípios submersos, a CHESF - Companhia Hidrelétrica do Vale São Francisco em convenio com o INCRA – Instituto Especial de Colonização e Reforma Agrária implantou o projeto supracitado, o PEC. A partir de março de 1976 as famílias de sobradinho chegaram no PEC de Serra do Ramalho. Ao final de 1977, um pouco mais de 1.000 das 4.000 famílias oriundas de Sobradinho já estavam alojadas.

O projeto originou-se dos gabinetes da empresa paulista Hidroservice. A área antiga de Serra do Ramalho compreendia 257 mil hectares. O projeto possui a forma de um trapézio e está dividido em quatro eixos latitudinais. A cada 6 ou 7 km construiu-se uma agrovila, enumeradas de 1 a 23, sendo que a 15, 16 e 23 pertencem ao município de Carinhanha. No entanto, muitos moradores não se adaptaram com a região e emigraram. Oportunizando a vinda de famílias de diversos estados brasileiros: Paraná, Mato Grosso, Pernambuco, Paraíba entre outros.

Politicamente emancipado em 1989, Serra do Ramalho tornou-se município autônomo, sendo agrovila 9 a sede. A organização espacial foi criada obedecendo a articulação entre rural e urbano, sendo considerada a agrovila 9 o centro (área urbana) e as demais, área rural.

Serra do Ramalho possui ainda 20 povoados, localizado as margens do Rio São Francisco e próximo a serra. Vale ressaltar que tem uma aldeia indígena denominada Pankarus e dois quilombos, Água Fria e Barreiro Grande.

Com uma terra fértil, foi grande produtora de algodão. Hoje basicamente sua principal economia é a agropecuária. Embora em sua maioria, pela escassez das chuvas, sobrevivem do Seguro Defeso e programa assistencialista do governo.

Terra de grandes artistas cordelistas tem representantes como Marco Aurélio, Tio Tone, Zé Ornelas, Luciano Vieira e Anatólio são os mais conhecidos pela população. Além do cordel, tem outras representações, pois é um caldeirão de mistura cultural. A vaquejada, Festa de São Sebastião, Festa de São José Operário, Festa de São Gonçalo são festas consagradas no município. Além de um grupo teatral e cantores da terra como Tobias Alves e Velma Oliveira. Tobias Alves é compositor da melodia e letra do hino municipal.

Atualmente, além das vinte agrovilas, o município é constituído também por comunidades e povoados, são eles: “Água Fria, Fechadinha, Barreiro Grande, Boa Vista, Caldeirão, Palmas, Curral Novo, Mariópolis e Beira Rio, Mata Verde, Mineira, Nova Posse, Pambu, Passos, Pituba, Serra Solta e Barnabé, Tabuleiro, Tamburi, Taquari, Campinhos - Reserva Extrativista São Francisco, Vargem Alegre - Pankaru”.

Na área educacional, os 6.958 alunos matriculados no município estão distribuídos em 49 escolas municipais e 1 estadual. Dessas, 1.695 alunos

estão matriculados em 5 escolas municipais situadas no centro do município: 3 escolas municipais de Ensino Fundamental I, 1 escola municipal de Ensino Fundamental II, 2 creches municipais. Conta ainda com 1 escola privada Infantil (IEE) Instituto Educacional Esperança e 1 Faculdade de Ensino a Distância Universidade do Norte Paraná (UNOPAR).

3.11 Procedimentos para a Recolha de Dados Qualitativos

A pesquisa teve como propósito investigar a Escola São Francisco, a postura docente frente a questão racial especialmente aos alunos do segundo ciclo do ensino fundamental I e a visão que os alunos tem sobre a postura do professor bem como a discussão que esse problemática traz para a sociedade família-escola. Os participantes da pesquisa foram esclarecidos quanto ao método que seria utilizado assim como a sua finalidade. Em seguida foi aplicado o questionário aos alunos e professores. Nessas entrevistas e aplicação de questionários, buscou todas as informações inerentes ao perfil sócio econômico dos envolvidos, as expectativas em relação e ao conhecimento sobre a questão racial e as possibilidades de inserção ao mercado de trabalho desses alunos negros dentro de um mundo globalizado, tendo em vista que a vida desses alunos afrodescendentes é um desafio constante. Dados sobre a escola foram fornecidos pela equipe gestora, pela Secretaria Municipal de Educação, os quais asseguram a confidencialidade dos dados desse trabalho. Os questionários foram respondidos durante as aulas, com permissão dos professores, mas sem atrapalhar o andamento pedagógico da escola. Foram entregues envelopes juntamente com cópia da carta de apresentação, sem identificação nominal do entrevistado e recolhido alguns dias após essa entrega.

O questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões submetidas a pessoas com o propósito de obter informações. (GILL, 2011, p. 121). As perguntas do questionário podem ser abertas, onde o entrevistado responde com suas próprias palavras ou fechadas - conjunto de respostas alternativas, múltipla escolha. Também foi realizado como opção visitas em campo que buscam dados reais e que não constam em estatísticas do corrente ano. Essa pesquisa foi desenvolvida em três fases:

Fase 1- Fase Exploratória;

Fase 2- Pesquisa de Campo;

Fase 3- Procedimentos e Análises da Informação Documental.

3.11.1 A 1ª Fase: Exploratória

Fase onde acontecem as leituras sobre o tema em questão, relacionando-o a luz de muitos autores onde discutem a temática nos dias atuais. Levando em consideração o nível nacional, internacional, entrevistas e documentos da escola pesquisada, sites disponibilizados, secretaria de educação do município, Ministério da Educação, bem como dissertações, teses e artigos que já foram discutidos e estão sendo suscitados no momento. Tudo em busca de ser respondida os questionamentos e indagações sobre a temática.

3.11.2 A 2ª Fase: Pesquisa de Campo

Fase de culminância de dados da pesquisa. Momento ímpar para conhecer o objeto de estudo, onde foi possível quantificar dados, e analisar a realidade da escola pesquisada. Foram desenvolvidos os questionários e entrevistas aos alunos da escola pesquisada, bem como aos professores também, buscando assim dados nas esferas municipais e sites do Ministério da Educação. Os apontamentos foram aplicados a uma amostra de alunos, sugeridos a partir da visão de doutores na área de educação. A partir dos resultados dessa amostra, foi percebida a necessidade de formular e adequar as perguntas que fossem mais precisas a fim de responder as nossas indagações. Foram descritas e analisadas as perspectivas educativas, conhecer o perfil dos sujeitos que compõem a Educação Regular em Serra do Ramalho e ainda a visão dos professores em relação ao problema levantado na investigação no tocante a postura docente quanto à questão racial. As investigações estão relacionadas aos objetivos específicos e estes articulados ao referencial bibliográfico.

3.11.3 A 3ª Fase: Procedimentos e Análises da Informação Documental

Nesta etapa foram levantadas informações a fim de se buscar os dados que confirmariam a pesquisa e o problema da mesma. Também nessa fase houve a aplicação de questionários, entrevistas e análise dos documentos com os alunos e professor da referida escola pesquisada. Após a análise dos documentos, da coleta de dados e dos documentos cedidos pela secretaria de Educação e de sites do governo, começou-se a análise sistemática que possibilitou a tabulação dos dados estabelecendo relação com os autores utilizados no marco teórico. Posteriormente a pesquisa mostrará a análise de dados coletados e as relações que estabelecem com as expectativas e as aspirações dos envolvidos: alunos e professores da Escola Municipal São Francisco.

CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo pretende-se demonstrar os resultados alcançados na pesquisa de campo, sobre as expectativas em relação à postura docente frente a questão racial, como o aluno negro se vê nesse processo e o que pensam escola e família sobre essa questão norteadora da pesquisa. Para viver democraticamente em uma sociedade plural, é preciso respeitar e valorizar a diversidade étnica e cultural onde esta está inserida. Para tanto, torna-se necessário apropriar-se dos saberes, dos conhecimentos científicos e das práticas pedagógicas das outras sociedades a fim de se fazer o melhor uso de todos esses conhecimentos, na escola e conseqüentemente na sociedade a qual está inserida. Por natureza histórica, a sociedade brasileira está marcada pela presença de diferentes etnias, grupos culturais, descendentes de imigrantes de diversas nacionalidades, religiões, línguas e raças. No que se referem à composição populacional as regiões brasileiras apresentam muitas diferenças entre si, onde cada região é marcada por características culturais distintas, assim como pela convivência interna, de grupos em seus diferentes níveis sociais.

Essa diversidade de cultura e raça, frequentemente se vê alvo de preconceitos e discriminações infundadas, atingindo a escola e a família reproduzindo assim em seu meio. A desigualdade, que não pode ser

confundida com a diversidade, também está presente em nosso país como resultado da injúria social. Tais posturas exigem ações de superação que deve ser efetivada pelo bom senso. Ademais, a escola deve ser local de aprendizagem onde as regras ali impostas do espaço público democrático, possam garantir a igualdade, do ponto de vista da cidadania e ao mesmo tempo a diversidade como direito de todos sem exceção.

Sendo o processo educacional o maior ativo transformador em uma sociedade, as propostas da Educação Regular deve ser um instrumento de reflexão crítica, contribuindo para um entendimento das novas relações políticas, econômicas e sociais, que se desenvolva a capacidade de análise das crianças negras sobre a realidade ao seu redor. Neste processo, a escola tem favorecido a superação do preconceito e da identidade, promovendo o reconhecimento à diversidade cultural como um direito desses grupos étnicos.

4.1 A Postura Docente Frente a Questão Racial Hoje

A discriminação racial na escola é manifestada por meio de diversas relações que nela podem ocorrer. Através dos materiais didáticos por exemplo, no convívio entre professores e alunos e os mais diversos atores sociais que a compõem. Essa questão vem aos poucos ganhando corpo e rosto nas instituições educacionais. É um tema, destarte que suscita muitas indagações e provocações ao mesmo tempo que chama a atenção para uma análise mais aprofundada retirando os estereótipos que são comuns em se fazer.

Deve-se atentar ao fato de que após a promulgação da Lei 10.639/03, onde a mesma obrigou as instituições a incluírem a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos dos estabelecimentos de ensino, aconteceu a legitimação da importância de se trazer para discussões pedagógicas as relações raciais na escola.

Ressalta-se que não é em hipótese alguma intenção dessa Dissertação em fomentar de quem é a culpa sobre a questão racial, se do docente, do aluno, da escola e/ou da família, mas sim perceber os diferentes atores desse processo e o papel de cada um desses distintamente no que concerne à questão racial dentro de uma abordagem e visão sócio democrática, sócio pedagógica entre outros aspectos. Enfatiza-se que foram exatamente as lutas dos movimentos sociais que resultaram no reconhecimento legal (ainda que

não totalmente), onde a lei descortinou a homogeneidade cultural, política, social e econômica dentro da história institucionalizada através dos currículos escolares, anunciando como pressuposto em uma mudança no tocante às perspectivas epistemológicas da educação.

Em tese, não deve ser apresentada ou entendida que a escola é a única redentora dos conflitos sociais e educacionais vigentes, pois a mesma não resolve sozinha (nem tampouco a família), as mazelas do cotidiano racial, sendo estes enraizados em uma construção histórica, contudo, considerar a escola como lugar de destaque para a intervenção nesse cenário social de abrangência fundamental. Mas nota-se que há ainda uma resistência muito grande sobre a visão do professor frente a questão racial, pois estes ou por falta de conhecimento não querem falar sobre a problemática ou se eximem de tal compromisso social e educacional para com o seu aluno, respingando assim na família. Neste contexto, Nilma Lino Gomes (2008) suscita que:

A escola cumpre a sua função social e política não somente na escolha da metodologia eficaz para a transmissão dos conhecimentos historicamente acumulados ou no preparo das novas gerações para serem inseridas no mercado de trabalho e/ou serem aprovadas no vestibular. Quando a escola conseguir superar essa visão, ela compreenderá que a racionalidade científica é importante para os processos formativos e informativos, porém, ela não modifica por si só o imaginário e as representações coletivas e negativas que se construíram sobre os ditos “diferentes” em nossa sociedade.

Visto que esta escola citada por Nilma Lino Gomes é composta por diversos atores sociais que são direta ou indiretamente responsáveis pela formação dos alunos e, no cotidiano escolar considerável parcela de profissionais da educação diz não perceber os conflitos e as discriminações raciais entre os alunos e entre professores e alunos, há com isso uma necessidade real de se perceberem entre si e de como mediar esses conflitos, uma vez que a família acaba tendo uma visão diferenciada da escola por não resolver tais problemas de ordem sócio educacional. O fato é que levantar essas questões a nível de sociedade família-escola traz sim um melhor entendimento do assunto por parte dos mesmos, o que não é matéria fácil, mas pode colaborar de forma significativa na aprendizagem e vivência do aluno, aceitar-se como são, com diálogo, e sem conflitos de qualquer natureza.

4.2 A Família na Visão da Escola

Sob a perspectiva de ser elucidada a visão que a escola tem sobre a família, propõem-se nesse momento buscar entender a postura da família no contexto sócio educacional, visto que é de suma importância agregar valores a essa esfera tão importante da sociedade. Sabe-se contudo que, a família é o primeiro lugar onde se inicia as aprendizagens e é nela que começa a adquirir tudo o que se conhece de capital cultural, um conceito criado por Pierre Bourdieu. Durante muito tempo a família também foi o único local designado à aprendizagem e que por sua vez posteriormente com a escola isso foi sendo modificado.

O que vislumbra-se como norma e esperado seria uma parceria entre a família e a escola, cada instância atuando em suas devidas obrigações, contudo unidas em um único objetivo: a formação de um ser humano observando e considerando suas particularidades e especificidades distintas e indissociáveis dentro do processo étnico e cultural, abarcando assim uma postura racial diferente da realidade que se há no mundo.

Muitas vezes a visão que se têm da família do ponto de vista da escola é que a mesma vem abandonando suas funções sociais distintas, atribuindo muitas vezes somente à escola a função de educar e mediar os filhos no patamar que a sociedade quer, dessa forma ela (a família) exime-se de suas reais tarefas. Um ponto de vista talvez em relação a família é o fato das crianças contemporâneas ingressarem cada vez mais cedo na escola, promovendo em tese um desalinhamento nas suas reais funções/atribuições da escola e também da família, gerando assim prejuízos aos alunos principalmente os afrodescendentes.

As posturas e os encaminhamentos de pais e professores podem ser decisivos na vida das crianças, constituindo os modelos que serão produzidos, reproduzidos, incorporados, aceitos ou não. Diante de tão complexa conjuntura social, fecha-se as possibilidades de mudanças, de superação das expectativas frente a questão racial, pelo contrário, essas situações acontecem para comprovar que somos seres em constante mudança e evolução de pensamento e visão, dotados de uma inteligência tal podendo ser adaptado e modificando cenários que já se apresentam muitas vezes enraizados na

ignorância e desprezo da sociedade. Alguns ainda afirmam que uma origem humilde significa um futuro humilde, o que na visão e entendimento de Boaventura de Sousa Santos pode ser modificado, principalmente através da educação.

A modernidade trouxe benefícios e facilidades, entretanto, também expôs a fragilidade da existência humana, uma vez que as relações têm se baseado em rótulos, os seres humanos avaliam os outros pelo que possuem e não pelo que são, vivenciando assim constantes e permanentes dicotomias, um verdadeiro vislumbres de falsos pensamentos a respeito da raça negra. Assim, deve-se pensar ou repensar a sociedade que por muitas vezes é rotulada nos últimos tempos como a sociedade dos descartáveis, não apenas referindo-se aos bens de consumo, mas também as relações humanas. Dessa forma os alunos negros não são seres descartáveis, os sentimentos dos mesmos também não são descartáveis, devendo a escola ter uma visão melhor no que tange a postura do docente frente a questão racial, devendo esta posicionar-se de forma crítica e reflexiva.

Por conseguinte, algumas atitudes são imprescindíveis para uma postura diferente da escola sobre a família, tais como: valorizar a família e tudo o que ela cultiva e propaga nos seus sentimentos, valores e atitudes, a família por sua vez, reconhecer a escola como espaço não só de aprendizagem, mas também de relações humanas, às vezes conflituosas, isso é fato, mas um cenário presente na vida e na lembrança das pessoas, sendo desejada e imaginada por aqueles que não tiveram seu acesso assegurado por diversos motivos. Perceber o aluno negro como autor de sua história com necessidades e aspectos específicos que necessitam de atenção especial, uma vez que é de fato na escola no seu espaço de interação social que se alicerça a estruturação emocional e sócio educacional do ser humano.

4.3 A Escola na Visão da Família

A escola é a instituição que tem como função a socialização do saber sistematizado, ou seja, do conhecimento elaborado e da cultura erudita. De acordo com Saviani (2005), a escola se relaciona com a ciência e não com o senso comum, e existe para proporcionar a aquisição de instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência) e aos rudimentos (bases) desse saber. A contribuição da escola para o desenvolvimento do sujeito é específica à aquisição do saber culturalmente organizado e às áreas distintas de conhecimento. No que diz respeito à família, "um dos seus papéis principais é a socialização da criança, isto é, sua inclusão no mundo cultural mediante o ensino da língua materna, dos símbolos e regras de convivência em grupo, englobando a educação geral e parte da formal, em colaboração com a escola" (Polonia & Dessen, 2005, p.304).

Escola e família têm suas especificidades e suas complementariedades. Embora não se possa supô-las como instituições completamente independentes, não se pode perder de vista suas fronteiras institucionais, ou seja, o domínio do objeto que as sustenta como instituições. Por outro lado, essas duas instituições precisam se entender, cada uma com suas particularidades e especificidades sociais bem distintas e definidas, visto que muitas vezes a família põe na escola a responsabilidade que é só dela, a de educar seus filhos para a sociedade, já a escola por sua vez, cobra da família o fazer pedagógico. Dentro de uma complexidade que é a questão racial a ser suscitada por ambas instituições sociais, nota-se contudo, que cada uma delas precisa entender seu papel distinto e ajudar-se mutuamente diante de tal situação.

Esses dois sistemas têm objetivos distintos, mas que se interpenetram, uma vez que "compartilham a tarefa de preparar as crianças e os jovens para a inserção crítica, participativa e produtiva na sociedade" (Reali & Tancredi, 2005, p.240). A divergência entre escola e família está na tarefa de ensinar, sendo que a primeira tem a função de favorecer a aprendizagem dos conhecimentos construídos socialmente em determinado momento histórico, de ampliar as possibilidades de convivência social e, ainda, de legitimar uma ordem social, enquanto a segunda tem a tarefa de promover a socialização das

crianças, incluindo o aprendizado de padrões comportamentais, atitudes e valores aceitos pela sociedade. No enfoque sociológico a relação família-escola é vista em função de determinantes ambientais e culturais. A relação entre educação e classe social mostra um certo conflito entre as finalidades socializadoras da escola (valores coletivos) e a educação doméstica (valores individuais), ou seja, entre a organização da família e os objetivos da escola. As famílias que não se enquadram no suposto modelo desejado pela escola são consideradas as grandes responsáveis pelas disparidades escolares. Seguindo este enfoque, faz-se necessário, para o bom funcionamento da escola, que as famílias adotem as mesmas estratégias de socialização por elas utilizadas.

Assim, a representação de modelo familiar certo/correto ganha projeção e se naturaliza, tendo a própria escola como disseminadora da ideia de que algumas famílias operam de modo diverso do seu objetivo. Em função dessa divergência, as estratégias de socialização das famílias passam a ser a preocupação da escola, de forma que esta amplia seus âmbitos de ação, tentando assumir ou tentando substituir a família em sua ampla missão socializadora. Para Oliveira (2002), há uma intenção que passa muitas vezes despercebida nessa tentativa de aproximação e colaboração, que é a de promover uma educação para as famílias tidas como "desestruturadas". O ambiente escolar exerce um poder de orientação sobre os pais para que estes possam educar melhor os filhos e estes, por sua vez, possam frequentar a escola.

A partir destas colocações, vê-se que a relação família-escola está permeada por um movimento de culpabilização e não de responsabilização compartilhada, além de estar marcada pela existência de uma forte atenção da escola dirigida à instrumentalização dos pais para a ação educacional, por se acreditar que a participação da família é condição necessária para o sucesso escolar (Oliveira, 2002).

Ao contrário dos professores que acreditam que os pais é que devem ir à escola mostrando-se interessados pelo desenvolvimento de seus filhos e pela relação entre família e escola, Tancredi e Reali (2001), Reali e Tancredi (2002), Caetano (2004) acreditam que a construção da parceria entre escola e família é função inicial dos professores, pois eles são elementos-chave no processo de

aprendizagem. Dada a formação profissional específica que têm, as tentativas de aproximação e de melhoria das relações estabelecidas com as famílias devem partir, preferencialmente, da escola, pois "transferir essa função à família somente reforça sentimentos de ansiedade, vergonha e incapacidade aos pais, uma vez que não são eles os especialistas em educação" (Caetano, 2004, p. 58).

CAPÍTULO V - CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de examinar com olhar crítico a produção mais significativa da educação brasileira, considerando como foco de reflexão, as ideologias permeadas nas práticas docentes escolares, vem favorecendo o desmascaramento de várias práticas construídas e reconstruídas ao longo dos anos e uma abordagem evidente e que tem se constituído em preocupação generalizada é a que diz respeito à qualidade da educação. A crise do sistema educacional tem sido alvo de muitas reflexões e há um número considerável de estudiosos que contribui no sentido de desvelar seus implicadores.

Analisando um acervo bibliográfico existente, e relacionando com um contingente crescente de professores em exercício, nota-se que estes desconhecem problemas inerentes a questão racial e nem os diferem dos problemas sociais. Concebendo às práticas discriminatórias como normais.

Através desse levantamento bibliográfico percebemos que os autores fomentam a necessidade de um direcionamento crítico para mudança de postura do profissional da educação em exercício, pois muitos professores trabalham de forma aleatória sem nenhuma contextualização com os problemas sociais.

5.1 Conclusões Gerais

A formação inicial dos professores, numa discussão mais ampla, imbuí-se também no contexto dessa crise, assumindo, portanto um lugar de destaque, ou seja, sendo um dos seus provocadores. Não pretendemos nos ater somente a essa questão, porém no que diz respeito à complexidade no mundo atual a educação ordena aos seus sujeitos uma prática comprometida com uma educação cidadã.

Quanto aos professores espera-se uma busca permanente de um preparo específico provocado por desafios atuais a serem encarados. Nesse sentido o empenho em pesquisar questões em torno da postura docente vem aumentando no meio acadêmico.

Verificou-se nessa pesquisa como as humilhações e rejeições no ambiente escolar impactam negativamente a capacidade cognitiva das crianças negras. Nesse sentido, comprovam que há urgência de investimento na formação-postura de professores para lidar com situações onde imperam o racismo e preconceito possibilitando assim, uma educação antirracista, que se efetivar desde os primeiros anos de vida escolar da criança, ela aprenderá a se reconhecer e aceitar-se enquanto grupo étnico, construindo assim, uma imagem positiva de si mesma e de seus semelhantes, valorizando também as demais etnias. Para tanto é preciso que o professor propicie momentos onde a criança negra contemple referência positiva de seu grupo étnico, como famílias negras bem sucedidas, exemplos de heróis e heroínas negras, mostrando também as riquezas e belezas do continente africano, de seu povo e cultura, para que possamos desde cedo desmistificar os estereótipos da África construídos ao longo da história do Brasil. Nessa perspectiva, poderemos construir para a formação de sujeitos negros, com alta estima elevada e conhecedores de sua história e consciente de sua identidade étnica.

O preconceito internalizado na mente do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, o seu silêncio frente a situações de discriminação, adicionando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos, e as relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências etnicorraciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam o seu aprendizado. Esse fato se evidencia no nível de repetência e evasão escolares altamente elevados dos estudantes negros, comparativamente ao dos alunos brancos.

Com o intuito de fomentar situações de análises e reflexões que possibilitem aos educadores uma melhor compreensão da problemática que envolve as relações etnicorraciais, especificamente no que se refere aos afrodescendentes no âmbito social e educacional, durante esse trabalho utilizamos roteiro de entrevista e análise documental, ao qual é uma característica da pesquisa qualitativa empregada neste trabalho. Essa pesquisa

levou-nos a perceber que a maioria das escolas em pesquisa estão pautadas num modelo tradicional, ao qual não favorece a discussão sobre as relações etnicorraciais. Assim a postura docente se encontra em dificuldade para lidar com as situações que envolvem o preconceito racial, pois os mesmos desconhecem a maneira de como agir frente a essas questões socioeducacionais.

5.2 Discussões Teóricas

A diminuição da discriminação racial no interior da escola demanda, portanto o desenvolvimento de um aglomerado de medidas referentes aos procedimentos internos do sistema escolar. As transformações estruturais nas práticas escolares desencadeiam a possibilidade de dissolver os mecanismos de disseminação das atitudes e discursos racistas redefinindo um controle social da escola democraticamente.

Para que se concretize uma educação realmente inclusiva e antirracista é necessária uma análise constante no currículo escolar, revisão dos conteúdos aplicados e possivelmente retrabalhá-los de forma contextualizada a vivência e origem dos educandos.

A análise crítica dos livros didáticos em especial, de suas simbolizações sociais incluindo heróis e estereótipos, requerem também políticas de inclusão com preferência racial, políticas de ação afirmativa, que contribuam para romper com o circuito de geração progressiva de desigualdade, redefinindo os horizontes de igualdade de oportunidades entre brancos e negros. E acima de tudo um posicionamento crítico do professor frente a essas questões para que as atitudes discriminatórias sejam condenadas e que todas as etnias sejam igualmente contempladas segundo os princípios da justiça e da dignidade.

Portanto, acredita-se que para o professor adquirir postura crítica é necessário que se reconheça enquanto grupo étnico, sensibilize pela causa, esteja imbuído nos problemas sociais, participando ativamente de movimentos sociais que estejam em desvantagens na sociedade, e que acima de tudo tenham embasamento teórico acerca da problemática, propiciando efetivar trabalhos de mobilização, elaborando mecanismos que possibilite a discussão sobre a questão racial que venha facilitar um bom relacionamento multiétnico.

5.3 Projeções Gerais

Junto a diretores e professores percebe-se, também, a pouca tendência da escola para buscar uma parceria. É interessante observar a colocação acerca do posicionamento contraditório dos diretores e professores que, por um lado, "acusaram os pais de falta de compreensão ou aceitação dos problemas das crianças, e o pouco retorno de seus esforços para ajudá-los" (Hernández, 1995, p.107), mas, por outro lado, sentem-se invadidos pela presença dos pais, pois consideram que os pais não sabem participar com uma relação de colaboração, mas sim de cobrança, uma vez que não entendem do processo de ensino-aprendizagem.

À família são impostos limites para entrar em questões próprias da escola, como no campo pedagógico. Mas o mesmo parece não acontecer com a escola em relação à sua entrada na família, pois aquela acredita estar autorizada a penetrar nos problemas domésticos e a lidar com eles, além de se considerar apta a estabelecer os parâmetros para a participação e o envolvimento da família. Na tentativa de entender os fatores e razões que levam a escola e seus atores a atribuir importância fundamental a esta relação, segue um levantamento de pesquisas científicas realizadas sobre esta temática, dando prioridade aos trabalhos desenvolvidos no contexto brasileiro. Dessa forma, ressalta-se que, a discussão existente entre família e escola, professores e alunos, pais e professores, está longe de ser entendida enquanto cada partícipe do processo educacional não se apoiarem, entenderem-se entre todos. A questão racial, de fato, é outro longo fator de análise, discussão e compreensão que suscitará no futuro, novas análises e discussões.

5.4 Sugestões para Políticas Educativas

Analisando a história da relação que se estabeleceu entre escola e família ao longo do tempo, identifica-se que em certos momentos essa relação foi caracterizada em função de determinantes sociais e, em outros, em função de aspectos psicológicos da família e do próprio sujeito. Diz-se, de forma geral, que esta relação sempre esteve marcada por movimentos de culpabilização de uma das partes envolvidas, pela ausência de responsabilização compartilhada

de todos os envolvidos e pela forte ênfase em situações-problema que ocorrem no contexto escolar. Apesar das situações-problema que permeiam a relação família-escola, acredita-se que a iniciativa de construir uma relação harmoniosa entre as duas instituições deve ser de responsabilidade da escola e de seus profissionais, que têm uma formação específica. Contudo, os parâmetros para esta relação não devem se basear, apenas, na função de orientar os pais sobre como ensinar seus filhos, como tem preconizado a escola.

Diante destes aspectos, considera-se que a relação entre a família e a escola tem-se caracterizado por ser um fenômeno pouco harmonioso e satisfatório, uma vez que as expectativas de cada instituição ou de cada ator envolvido não são atendidas e se mostram pouco favoráveis ao crescimento e desenvolvimento dos alunos, os quais se aborrecem com a relação em vez de tê-la como fonte de apoio e colaboração. A relação entre família e escola se estabeleceu, e ainda se mantém, a partir de situações vinculadas a algum tipo de problema e, desta forma, pouco contribui para que as duas instituições possam construir uma parceria baseada em fatores positivos e gratificantes relacionados ao aprendizado, desenvolvimento e sucesso dos alunos.

Em virtude desta marca no entrelaçamento entre a família e a escola, as posturas relacionadas a esta relação caracterizam-se por ser defensivas e acusativas, como se cada um buscasse se justificar e encontrar razões para a desarmonia que caracteriza tal relação. Diante disso, um importante desafio surge para os pesquisadores, estudiosos e profissionais da educação: o de modificar a relação família-escola no sentido de que ela possa ser associada a eventos positivos e agradáveis e que, efetivamente, contribua com os processos de socialização, aprendizagem e desenvolvimento. Para que este desafio seja superado é necessário o desenvolvimento de pesquisas que invistam no conhecimento da relação família-escola; por esta razão, defende-se a importância de novas investigações que procurem conhecer as práticas que a norteiam e a atuação dos profissionais que nela estão envolvidos, a fim de oportunizar a reflexão e implementação de novas possibilidades de intervenção que promovam mudanças significativas na relação família-escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HALSENBALG, Carlos A. Desigualdades sociais e oportunidade educacional a produção do fracasso produção p. 24, cad. pesq. (63) nov. 1987

GONÇALVES, Luís Alberto Oliveira, Reflexão sobre particularidade na educação das crianças negras, Pg. 27, 28, 29, Cad. Pesq. (63) nov. 1987.

LOPES, Helena Theodoro, Educação e Identidade, Pg. 38,39, 40, Cad. Pesq. (63) nov. 1987.

PEREIRA, João Borges. A criança negra: Identidade étnica e socialização, Pg. 41, 42, 43, 44 e 45, cad. Pesq. (63) nov. 1987.

TEODORO, Maria. Identidade, cultura e educação, Pg. 46, 47, 48, 49 e 50, Cad. Pesq. (63) nov. 1987.

MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo, Ática, 1988.
Superando o Racismo na Escola. / 3ª edição / Kabengelê Munanga, organizador. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2001.

AZEVEDO, Eliane. Raça: conceito e preconceito. São Paulo, Ática S.A. 1990. Série Princípios, 2ª edição.

GUSMÃO, Neuza Maria Mendes de Linguagem, cultura e alteridade: Imagens do outro. 1999.

CALHEIRO, Eliane dos Santos, do silêncio do Lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo. Contexto, 2003, 2ª edição.

Educação antirracista: {Caminhos abertos pela lei federal n} 10.639/03 - Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: 2005 (Coleção Educação para todos).

SILVA, Ana Célia da. Descortinando a discriminação do Negro no livro didático. Salvador. EDUFBA, 2001.

Superando o racismo na escola. 3ª edição/ Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2001.

MUNANGA, Kabengele. Negritude. Usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1996.

Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual/ Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. – 3. ed.- Brasília, 2001.

AMORIM, Antônio. A NOVA LDB, lei nº 9.394/96 – Análise e Aplicação. Salvador, dezembro de 1997.

Bhering, E. (2003). Percepções de pais e professores sobre o envolvimento dos pais na educação infantil e ensino fundamental. *Contrapontos*, 3 (3), 483-510.

Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. (1999). *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Saraiva.

Cardoso, R. L. de C. (2003). *A relação escola-família na formação do adolescente-aluno do Ensino Médio do Colégio Medianeira*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

Hernández, A. M. S. (1995). *A relação escola e família na opinião de seus agentes*. Dissertação de mestrado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Oliveira, L. C. F. (2002). *Escola e família numa rede de (des)encontros: um estudo das representações de pais e professores*. São Paulo: Cabral Editora.

Reali, A. M. M. R., & Tancredi, R. M. S. P. (2005). A importância do que se aprende na escola: a parceria escola-famílias em perspectiva. *Paidéia*, 15 (31), 239-247.

Tancredi, R. M. S. P., & Reali, A. M. M. R. (2001). *Visões de professores sobre seus alunos: um estudo na área da educação infantil*. Trabalho apresentado na 24ª Reunião Anual da ANPEd. (pp.1-16). Caxambu. Recuperado em abril, 2006, disponível em www.anped.org.br.

Trost, J. (1995). O processo de formação da família. In J. Gomes-Pedro & M. F. Patrício (Orgs.), *Bebé XXI: criança e família na viragem do século* (pp.55-67). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Turner, L. H., & West, R. (1998). Providing a definition. In L. H. Turner & R. West (Orgs.), *Perspectives on family communication* (pp.1-35). Mountain View, CA: Mayfield Publishing Company.

Saviani, D. (2005). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados.

CASARIN, N.E.F. Família e aprendizagem escolar. Porto Alegre, 2007. Dissertação. Faculdade de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

DESSEN, M.A; POLÔNIA, A.C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. Distrito Federal, 2007. Artigo Acadêmico. Universidade de Brasília.

BERTONCELLO, L; ROSSETE, R.S. A importância do diálogo na relação professor-aluno e o paradigma da complexidade. CESUMAR.Paraná.v.13.n.2.p.177-190.julh,2008.

DUARTE, M J N P; FEITOSA, M L O. Ausência da família no âmbito escolar. Editora Prottexto. 2010. Disponível em: < www.prottexto.com.br/texto.php?cod_texto_2520> acesso em 02/11/2017.

FERNANDES, A.C.O.G. A família na vida escolar. Campina Grande, 2014. Monografia. Universidade Estadual da Paraíba.

NAKANO, J.M.Z. A percepção dos professores quanto a participação e ausência da família na vida escolar das crianças. Brasília, 2013. Monografia. Universidade de Brasília.

SANTOS, L.R; TONIOSSO, J.P. A importância da relação escola-família. São Paulo, 2014. Artigo Acadêmico. Centro Universitário UNIFAFIBE.

TEXEIRA, G.A.S. Família e escola: Considerações sobre o papel social dessas instituições na sociedade contemporânea. Mato Grosso do Sul. Artigo Acadêmico. Universidade Federal da Grande Dourados.

VASCONCELOS, K.M. A representação social da família: Desvendando conteúdos e explorando processos. Brasília, 2013.Tese. Universidade de Brasília.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? EDUC.SOC. Campinas. v. 28.n.101.p.1287-1302.setembro,2007.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção no 111. Relativa à discriminação com respeito ao emprego e à ocupação, 1958. Disponível em acesso em: 28 jul. 2018.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta nas Nações Unidas, 1945. Disponível em acesso em: 21 jul. 2018.

SILVA, Silvio José Albuquerque. Combate ao racismo. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Convenção relativa a luta contra a discriminação no campo do ensino, 1960. Disponível em acesso em: 28 jul. 2018.



APÊNDICES

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

O presente questionário visa recolher informações que permitam conhecer e analisar a Postura Docente frente a Questão Racial e sua Discussão na Sociedade Educacional Família-Escola em uma escola do município de Serra do Ramalho, Bahia, Brasil, para a Tese de Mestrado em Ciências da Educação da FICS - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. Sua contribuição respondendo o questionário é essencial para essa pesquisa.

NOME: Monaliza

IDADE: 50 anos

FORMAÇÃO: Licenciada em Pedagogia

SÉRIE QUE ATUA: multisseriada 3º e 4º ano

1- P: VIVEMOS EM UMA SOCIEDADE PLURIÉTNICA. COMO VOCÊ SE IDENTIFICA RACIALMENTE?

R: Eu me identifico racialmente como parda.

2- P: QUAL O SEU CONCEITO SOBRE DISCRIMINAÇÃO RACIAL?

R: Meu conceito, eu... eu praticamente não tenho nenhum tipo de preconceito, (A ENTREVISTADA NÃO ENTENDEU A PERGUNTA, E A PERGUNTA FOI REPETIDA) A discriminação racial pra mim é todo tipo de preconceito, desde de cor, é...é... sexo, religião, é... situação econômica... enfim todos os tipos de preconceitos.

3- P: VOCÊ PERCEBE SITUAÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM SEU CONVÍVIO SOCIAL? E NA SALA DE AULA? FALE UM POUCO SOBRE ELAS.

R: Muito, também, as crianças que se consideram brancas, mesmo que não sejam brancas têm preconceito com as outras crianças ...que são negras... em época de quadrilha não querem dançar, não querem nem sentar perto, não querem emprestar

seus os materiais, porque acham melhores do que as negras se consideram melhores, iii...por ... outros motivos mais, não só esses os tipos de discriminação né...? Mas, em relação a beleza também, que não são bonitas e muito, muito tipo de discriminação,... não só de cor mas de todos os tipos de preconceito.

4- P: QUANDO VOCÊ PRESENCIA UMA SITUAÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM SALA DE AULA, COMO VOCÊ AGE?

R: Eu procuro colocar a pessoa que está discriminando no lugar do discriminado e o discriminado no lugar do discriminador e... e, observo a reação, de ambas as partes.

5- P: VOCÊ SE SENTE A VONTADE PARA DISCUTIR QUETÕES RACIAIS NA ESCOLA? POR QUÊ?

R: Muito, Porque, porque, eu acho que hoje em dia é ummm...é..... a discriminação racial é um problema que já chega ser normal, que já consideramos normais, pode-se dizer né? Então para se trabalhar é fácil ... todo mundo já aceita de uma certa forma... mesmo que há discriminação, mas todos já entendem o que é e o que não é, alguns não... não... ainda não como que se fala ...é? Ainda não, ainda não entendem como discriminação que é errado, que a lei... que a lei até... puni por isso ele tem consciência que tá errado, mas continua fazendo né?

6- P: VOCÊ TRABALHA COM A QUESTÃO RACIAL EM SALA DE AULA? COMO É FEITO ESSE TRABALHO?

R: Trabalho. Coloco Trabalhos em grupo, cito situações de apelidos que eles colocam um no outro é...quando estão colocando apelido nos coleguinhas e aproveito a oportunidade para trabalhar né? iii... fazer até certo tipo de reclamação ou então de corrigir, e tentar conscientizar, de bom e de ruim, quais são os requisitos né? Que conscientização com eles o que é certo e o que é errado, o que a discriminação traz ela pode influenciar na vida de uma pessoa tanto pro lado bom quanto pro lado ruim, mas pro lado ruim e a pessoa que se sente discriminado né? E faço que...da maneira que eles não se sintam que eles não se sintam que estão sendo reclamado, que não sendo chamado a atenção, e sim de uma forma que eles procurem trabalhar e entender que preconceito é uma coisa, que tem que acabar de forma que todo mundo tem consciência que não é bom pra ninguém que é ninguém é melhor que ninguém

7- P: DE ACORDO COM DADOS HISTÓRICOS, PERCEBEMOS QUE A RAÇA NEGRA TEVE GRANDE INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA. COMO VOCÊ VÊ O NEGRO NO ATUAL CONTEXTO SOCIAL DO BRASIL?

R: É...apesar das mudanças eles ainda continua, ainda, é como se fala? Crescendo aos pouquinhos mais que ainda não conseguimos vê hoje o negro já alcançou, alcançou bastante...como se fala? Conquistas né? Como

advogado, como médico, como... é... os grupos dos pagodeiros que fazem bastante sucesso, mas existe ainda, mas são muito pouco pra quantidade de negros que existem em nosso país né? Mas eu acho que aos poucos aos poucos eles vão conseguindo o seu espaço também né? Devagar, e eu acho que a gente tem possibilidade, os negros têm possibilidade de crescer em muito mais se eles mesmos respeitar também a sua própria raça, né?

8-P: A LEI 10.639, SANCIONADA EM 2003, INCLUI NA GRADE CURRICULAR A DISCIPLINA CULTURA AFRO-BRASILEIRA. VOCÊ SE SENTE A VONTADE PARA FAZER ESSA DISCUSSÃO COM OS ALUNOS? POR QUÊ?

R: Mais ou menos, porque eu não tenho conhecimento...eu não tenho conhecimento total das... de como surgiu, de como são feitos os movimentos... não conheço...é... como se fala? o fundo mesmo, o eixo né? de como funciona, com que que é... é visto os tipos de preconceito, então eu....trabalho mais ou menos né?

9-P: QUE SUGESTÕES VOCÊ COMO EDUCADORA DARIA PARA TRABALHAR A DISCIPLINA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA?

R: Um movimento levado mais a sério, de conscientização bem forte mesmo, levado a sério entre todos os pedagogos. A primeira sugestão seria trabalhar os pedagogos, acho que muitos não entendem direito da lei, e nem conhecem realmente é... os problemas de preconceitos que os negros sofrem né... em nosso país e depois uma conscientização geral, um trabalho feito mesmo a sério, levado a sério, escola com todos, escola comunidade e todo mundo em geral.

10- P: NA ESCOLA EM QUE VOCÊ TRABALHA, COMO É O RELACIONAMENTO DAS CRIANÇAS NEGRAS COM AS CRIANÇAS NÃO NEGRAS? VOCÊ PERCEBE QUE HÁ DIFERENÇA?

R: Eu acho que o preconceito é forte muito... eles têm preconceito mais do que a gente imagina do que eles possam ter é um preconceito muito... não só com as crianças negras mas... mas outros tipos de preconceito. Percebo... muito, muito diferença têm preconceito dele, ele procura mais o aluno branco, trabalha mais ...a criança negra ele é... pelo que eu vejo às vezes ele é... ele é... como que diz ele é...até os próprios pedagogos, até os próprios professores o branco, a negra fica esquecida, fica de lado, porque ela é negra, porque ela é pobre, porque ela não vem pra escola bonitinha, cheirosinha, é... às vezes vem com o chinelinho havaiana, então ...e o branquinho não, só porque a cor é mais clarinha, às vezes o professor o próprio coleguinha tem preferência mais pelo outro coleguinha e o negro fica sempre esquecido no cantinho, às vezes ele acha um colega da mesma cor que ele pra compartilhar o seu momento de aula , mas isso não é nem sempre né? mas eles não têm consciência, os

brancos não têm consciência nem um pouco, do que eles fazem com o coleguinha negro.

NOME: João Paulo

IDADE: 39

FORMAÇÃO: Licenciado em Pedagogia

SÉRIE EM QUE ATUA: 3º ano

1-VIVEMOS EM UMA SOCIEDADE PLURIÉTNICA. COMO VOCÊ SE IDENTIFICA RACIALMENTE?

R: Eu me identifico assim bastante plural, porque a minha vó tem ascendência indígena, certo, é ... existe pessoas em minha família que tem a pele bastante escura, então eu me sinto um sujeito multiétnico, né? Acho que eu sou um... um.. protótipo se é que a gente pode usar esse termo ... é ... do indivíduo genuinamente brasileiro , acho que agrega elementos das...três... dos três pontos básicos que povoaram o Brasil né? que são os povos indígenas, os povos europeus ou brancos né? e os negros , então eu me sinto assim, um sujeito multiétnico.

2-QUAL O SEU CONCEITO SOBRE DISCRIMINAÇÃO RACIAL?

R: Pra mim discriminação racial é... é um tipo de preconceito, construído... historicamente, nós.. nós tivemos no Brasil, acredito que mais de quatrocentos anos de escravidão né? Então, é... pra mim é um preconceito, preconceito na medida em que você não conhece alguém, o caráter de alguém e de forma estúpida e julga aquela pessoa apenas pela cor da pele.

3-VOCE PERCEBE SITUAÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM SEU CONVÍVIO SOCIAL? E NA SALA DE AULA?

FALE UM POUCO SOBRE ELA.

R: Eu percebo sim, eu percebo é... infelizmente a discriminação racial, ela é uma coisa que...é uma construção histórica, e como tal ela não pode ser desfeita de um dia pro outro. É um processo talvez bastante lento, é... eu percebo entre meus colegas comentários as vezes assim... um pouco implícito, um pouco tácitos, comentários raciais, percebo entre minha própria família também há esse preconceito essa discriminação mesmo que de forma sutil, a gente percebe, né? E em sala de aula enquanto professor agente percebe isso de forma bastante clara, né? Quando os colegas se refere a outro como o negrinho, como a negrinha, com certos apelidos, né ? Que assim é... de forma pejorativa acaba... vamos dizer assim constrangendo o outro coleguinha . E o coleguinha que geralmente é tachado, é rotulado dessa forma preconceituosa, né? Ele se sente, vamos dizer assim... ele se sente... humilhado mesmo, o termo é esse, ele se sente humilhado e... muitas vezes sem argumentos pra contestar, né? aquela ofensa. Então é como se a criança,

ela acaba é... absorvendo, né? esses comentários preconceituosos isso sem dúvida nenhuma afeta bastante é... a autoestima da criança e sem dúvida isso é uma coisa presente tanto em sala de aula como em toda a sociedade, ou melhor, a sala de aula nada mais é do que do que vamos dizer uma extensão do que é apregoadado, do que é disseminado na sociedade .

4-QUANDO VOCÊ PRESENCIA UMA SITUAÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM SALA DE AULA, COMO VOCÊ AGE?

R: Eu não procuro assim é... coibir de forma direta, de forma é...assim... intempestiva. Eu costumo trabalhar em sala de aula logo justamente quando eu percebo isso em todas as séries que eu passei de 1ª a 4ª série, eu pude perceber que a questão do preconceito racial, mas eu procuro assim... ir um pouco a gênese da questão, vamos dizer assim... eu costumo fazer aquela abordagem que nós somos diferentes, nós temos traços diferentes, cor de pele, formato de nariz, isso ai, né? Justamente porque é... uma questão de adaptação ao meio ambiente né? Aí eu vou é... sigo aquela historinha de que... historinha não, porque é comprovado no ponto de vista científica né? Que os seres humanos, os primeiros seres humanos surgiu a cem mil anos lá na África, eles foram se espalhando por outros lugares no mundo e... e em razão das questões climáticas né? da questão ambiental, que eles foram mudando a coloração da pele, esse tipo de coisa quer dizer, com isso eu tento mostrar pra criança que todos nós somos seres humanos, não importa a cor da pele, que a questão da minha pele ser branca ou negra ou que cor for o formato do meu nariz foi só uma questão de adaptação ao meio ambiente, que alguns cretinos usam isso... usam essa capacidade do ser humano de adaptação, como forma de discriminação, pra escravizar né? Pra segregar, pra excluir. Então, eu procuro levar por essa visão. A pessoa que discrimina eu não vou castigar ou coisa desse tipo, porque isso vai gerar mais complicações ainda em sala de aula, então a gente tem que ir um pouco a gênese da questão, mostrar que a nossa diferença e cor de pele é... foi apenas uma questão de adaptação de nós seres humanos ao meio ambiente.

5- VOCÊ SE SENTE À VONTADE PARA DISCUTIR QUESTÕES RACIAIS NA ESCOLA? POR QUÊ?

R: Olha... assim, é um assunto sem dúvida nenhuma muito importante, não pode tá fora do contexto de sala de aula, essa é uma coisa muito presente, que a gente tem que trazer as questões sociais que mais incomoda pra sala de aula, tem ser discutida, né? Mas não é um assunto fácil, é... um assunto que a gente que tratar de uma certa sutileza , a gente tem que ter um pouco de informação a esse respeito pra não aumentar mais ainda a questão da segregação... eu não me sinto, vamos dizer assim... `a vontade, eu me sinto na obrigação de tratar o que não necessariamente, é... quer dizer é uma coisa que me deixa à vontade, ou me deixa numa situação cômoda, você tem que ter muita sensibilidade pra abordar essas questões, então eu não me sinto à vontade, eu... eu enquanto, diante do compromisso social que tenho de ensinar eu me sinto na obrigação de trabalhar essas questões, mas não é uma coisa fácil.

6- VOCÊ TRABALHA COM A QUESTÃO RACIAL EM SALA DE AULA? COMO É FEITO ESSE TRABALHO?

R: Bom, esse trabalho sempre faço, vou retomar um pouco da resposta que dei um pouco antes, né? Eu sempre trabalho a questão racial em sala de aula partindo da questão, que eu lhe falei da historinha, né? De como que nós é... os seres humanos... o porquê dessa diferença de cor de pele, de feições, de traços né... vindo lá da África, o ser humano se espalhou pelo o resto do mundo, né... essa questão da adaptação, mas partindo daí ... eu trabalho o com texto, assim que... que , vamos dizer que enaltece a questão da diferença, né quer coloca a diferença como uma coisa positiva, né? Como uma coisa, vamos dizer assim... uma coisa intrínseca à natureza... a natureza ela odeia ou melhor, ela é justamente contra essa questão da igualdade, da homogeneidade. A natureza ela se pauta na diferença, no diferente, eu trabalho isso aí. Ai eu pego alguns textos justamente que... que... é... enaltece, que coloca como positiva essa questão da diferença, né... aí vem a questão da... da cor de pele e por aí vai.

7-DE ACORDO COM DADOS HISTÓRICOS, PERCEBEMOS QUE A RAÇA NEGRA TEVE GRANDE INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA, COMO VOCÊ VÊ O NEGRO NO ATUAL CONTEXTO SOCIAL?

R: Eu tive um professor, que ele costumava dizer que a pobreza e a miséria do Brasil tem cor e ela é negra. Eu vejo no atual contexto o eu vejo negro, eu vejo o negro como sinônimo de luta, como um sinônimo de... de... uma busca de liberdade de uma busca de espaço e o movimento negro que é um movimento organizado, é... quilombolas, então eu vejo o negro hoje no Brasil, assim... numa perspectiva não superficial, mas otimista, não otimismo superficial porque é... um povo que há muito, é... vamos dizer não se resignou ... não baixou a cabeça né? diante das injustiças que ocorreram com eles é... um povo que lentamente vai se organizando vai se articulando e buscando o seu espaço, obviamente que isso não é uma coisa pra dois ou três anos isso é um processo. Eu tenho certeza é Antônia que daqui a cinquenta anos o negro em nossa sociedade ele vai está assim ... muito mais ... muito mais... firme né? Ele vai conseguir com bastante intensidade afirmar a sua cultura né? Afirmar os seus costumes até porque isso é uma coisa que a gente vem tratando bastante você sabe disso, no meio acadêmico... no meio acadêmico a questão da afirmação da cultura negra, nós temos agora a obrigatoriedade de trabalhar essas questões dentro de sala de aula né? Por lei nè? Isso já está legalizado, então eu vejo nessa perspectiva otimista né? Não é coisa pra dois dias, é um processo mas eu vejo que o negro sim... ele tem que conquistar o espaço merecido dele, enquanto gente, enquanto ser humano né?, enquanto o oriental, enquanto o branco enquanto seja lá a pessoa dependente de qualquer etnia, tem né... esse direito de ter o seu espaço na sociedade, nem mais nem menos privilegiado dos que as outras etnias.

8- A LEI 10.639 SANCIONADA EM 2003 INCLUI NA GRADE CURRICULAR A DISCIPLINA CULTURA AFRO-BRASILEIRA. VOCÊ SENTE À VONTADE PARA FAZER ESSA DISCUSSÃO COM OS ALUNO, PORQUÊ?

R: Eu retorno um pouco as respostas que dei antes né? Assim.. é... esse é um tema bastante um... é.. meio “drástico” porque mexer até de certa forma... até um tema tabu trabalhar essa questão da cultura negra, da afirmação da cultura negra. Só que em contrapartida é... não só eu , mas eu acho que todo professor tem a obrigação de trabalhar isso em sala de aula é ótimo, é ótimo não, isso aqui já demorou... isso aqui... já deveria ter inserido... inserido é... é...já deveria ter ganhado um... um respaldo legal essa questão de se trabalhar em sala de aula há muito tempo, já demorou então... se professores conscientes já trabalhavam isso né... antes mesmo de ser legalizado né... agora sim a pessoa já tem o respaldo legal, então eu não vejo isso a questão de si sentir à vontade ou não, eu vejo isso como uma questão de ... obrigatoriedade de um professor que faz uma educação cidadã.

9- QUE SUGESTÕES VOCÊ COMO EDUCADOR/A DARIA PARA TRABALHAR A DISCIPLINA AFRO-BRASILEIRA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA?

R: Olha... eu acho que a gente não pode separar é... vamos dizer assim que... não pode abordar um assunto desses pautados apenas em formações do senso comum .Eu acho que o educador, ele tem que buscar dentro da ciência, informações científicas e passar pra seus alunos. É claro que de uma que eles entendam né de uma forma simplificada... que eles possam apreender aquilo ali. É o que eu tento fazer. E também, é... trazer questões de repente de... de... sei lá, da experiência pessoal que... que... enalteça a questão como eu falei antes, a questão de você é... vê algo de positivo no diferente. Vou até mencionar uma atividadezinha que eu fiz com os alunos é... em sala de aula: eu fiz um gráfico...fiz um gráfico e em sala de aula é... eu pedir pra cada um identificar a cor de sua pele certo? Ou melhor é...dizer se era negro ou se era branco. E aí eu fui elaborando o gráfico de acordo com o que os alunos respondiam. Quando chegou a minha vez né? É... os alunos tiveram é... primeiro alguns alunos afirmaram né? Sou negro nè e outros que eram negros, uma coisa incontestável, a gente via na cor da pele né? Eles negavam né? Eles disseram eu sou moreno, afirmaram ser branco né? De uma forma bastante tímida né? Mas disseram. Quando chegou a minha vez criou-se uma expectativa né?! Então acho que todo mundo naquele momento, todos os meus alunos imaginavam que eu ia dizer “sou branco” né... e por exemplo eu me sinto na liberdade... Junior... Junior, me sinto na liberdade de dizer sou branco ou sou negro, como eu já te falei, eu é... eu... sou multiétnico, eu sou uma mistura né? de índio, negro e branco. Então como esse termo eu acho que esse termo eles não iriam entender e eu tava ali querendo mesmo de alguma forma é... é afirmar a questão da negritude mesmo e eu também sei que tenho muito sangue negro.. talvez até mais do que branco ou índio, então eu falei “sou negro” né? causou um impacto, alguns começaram a ri, tal aí veio aquele discurso né? A questão de você é... de você achar algo de positivo, na

diferença, que a gente tem que se reconhecer como é, porque , é... não é porque eu negro ou sou branco, eu sou mais ou menos inteligente que nós temos a mesma capacidade a mesma é? então isso sim... é uma forma de você ta trabalhando e afirmando a... a cultura negra né, a força, do povo negro em sala de aula, você que é negro se afirmar “ eu sou negro”.

10- NA ESCOLA EM QUE VOCÊ TRABALHA COMO É O RELACIONAMENTO DA CRIANÇA NEGRA E DA CRIANÇA NÃO NEGRA EM SALA DE AULA. VOCÊ PERCEBE QUE HÁ DIFERENÇA?

R: Há diferença né? Na escola em que eu trabalho é... que é até... até... 2ª série né? A gente trabalha com a... até 2ª série a gente percebe diferença, só que, é mais sutil, essa diferença do que acontece numa 4ª série e numa 5ª série. Eu vou dizer porque: A criança em quanto mais tenra, quanto mais tenra , a idade né? Mais menos...ela tem essa noção de preconceito porque quanto mais jovem ela tem menos discernimento pra absorver é... em sociedade e na família essa questão do preconceito, que acaba se estendendo para sala de aula. Então quanto mais idade tem a criança né.. mais ela tem essa capacidade de absorção né... dá...da... do que a circunda né... essa experiência que a circunda de trazer pra sala de aula... Há diferença? Há né ... só que e mais sutil numa 2ª série do que numa 4ª série numa 5ª série. Mas há diferença sem dúvida!

NOME: Tainara

IDADE: 40

FORMAÇÃO: Licenciada em Pedagogia

SÉRIE QUE ATUA: Pré-escolar

1- VIVEMOS NUMA SOCIEDADE PLURIÉTNICA. COMO VOCÊ SE IDENTIFICA RACIALMENTE?

R: Negra.

2- QUAL O SEU CONCEITO SOBRE DISCRIMINAÇÃO RACIAL?

R: Há várias discriminações com o negro. Discriminação é... que... se eu sou negra, você me chama de negra por eu ser negra , e às vezes me envergonha, vai me deixar pra baixo, vai me discriminar na frente da pessoas.

3- VOCÊ PERCEBE SITUAÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL, EM SEU CONVÍVIO SOCIAL? E NA SALA DE AULA? FALE UM POUCO SOBRE ELA?

R: Sim, esse ano memo eu trabalhei... e na minha série tinha, uma.. uma aluna que ela era negra, então... na maioria das vezes, ela tem ...assim... racismo com ela mesma, na maioria das vezes eram os alunos que tinha... outras

vezes era ela mesma, porque ela achava assim, se os meninos olhassem pra ela e falasse alguma coisa, era porque era negra...ela já pensava sim...começava a bater nos coleguinhas, toda coisa que eles falavam, ela já saia descontando no tapa... ela achava assim..."eu vou vencer, esse racismo no tapa".

4- QUANDO VOCÊ PRESENCIA UMA SITUAÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO EM SALA DE AULA COMO VOCÊ AGE?

R: Eu procuro trabalhar muito em grupo, quando eu percebi... que ...essa aluna minha, ela tinha... esse racismo com ela mesma, eu comecei a trabalhar ela com os coleguinhas, trabalhar muito nisso e mostrar que... ela era igual aos outros.

5- VOCÊ SE SENTE À VONTADE PARA DISCUTIR QUETÕES RACIAIS NA ESCOLA, POR QUÊ?

R: Sim, porque ... eu sou negra iii....então fica mais fácil usar isso aí, falar mais sobre racismo.

6- VOCÊ TRABALHA COM A QUESTÃO RACIAL EM SALA DE AULA. COMO É FEITO ESSE TRABALHO?

R: Esse trabalho é feito em grupo porque a partir dela conviver com outras crianças ela vai se sentir, se sentir igual a outra... e não vai ter mais aquela discriminação.. porque ela é negra fica separada. Então eu procuro, trabalhar ela junta com as outras coleguinhas pra ela se sentir igual.

7- DE ACORDO COM DADOS HISTÓRICOS, PERCEBEMOS QUE A RAÇA NEGRA TEVE GRANDE INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA? COMO VOCÊ VÊ O NEGRO NO ATUAL CONTEXTO SOCIAL DO BRASIL?

R: Com mais capacidade de se desenvolver profissionalmente, ocupando o seu espaço... tem muito espaço na sociedade... que eles eram excluídos...agora... os negros estão, é... é conseguindo o seu espaço.

8- A LEI 10.639 SANCIONADA EM 2003 INCLUI NA GRADE CURRICULAR A DISCIPLINA CULTURA AFRO-BRASILEIRA, VOCÊ SE SENTE À VONTADE PARA FAZER ESSA DISCUSSÃO?

R: Não, porque, porque... é... a existindo muita falta de divulgação só, até agora tivemos uma capacitação , a professora veio... explicou como seria essa lei , quais os métodos, mas... é... dentro da escola mesmo nunca mostrou como se trabalhar na escola.

9- QUE SUGESTÕES VOCÊ COMO EDUCADORA DARIA PARA TRABALHAR A DISCIPLINA CULTURA AFRO- BRASILEIRA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA?

R: Através de jogos, de músicas, procurar nos ACS discutir, fazer discussão entre os professores, que... é pra procurar outras formas de trabalhar.

10- NA ESCOLA QUE VOCÊ TRABALHA COMO É O RELACIONAMENTO DAS CRIANÇAS NEGRAS COM AS CRIANÇAS NÃO NEGRAS, VOCÊ PERCEBE ALGUMA DIFERENÇA?

R: Os negros, são mais esquecidos, ficam sempre de fora, ficam excluídos, sem amigos. A diferença é... é... até na hora da aula mesmo, na hora das brincadeiras, na hora dos jogos eles não querem ficar juntos, se faz um grupinho de cinco, eles procuram sair daquele grupinho que tem a criança negra, eles querem ficar no grupo que só tem crianças brancas, onde tem as negras eles procuram sempre não ficar.

NOME: Eduarda

IDADE: 45

SÉRIE QUE ATUA: 4º e 5º ano Multisseriada

FORMAÇÃO: Licenciada em Pedagogia

1-VIVEMOS EM UMA SOCIEDADE PLURIÉTNICA. COMO VOCÊ SE IDENTIFICA RACIALMENTE?

R: Branca.

2-QUAL O SEU CONCEITO SOBRE DISCRIMINAÇÃO RACIAL?

R:Quando

3-VOCÊ PERCEBE SITUAÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM SEU CONVÍVIO SOCIAL E NA SALA DE AULA, FALE UM POUCO SOBRE ELA?

R: Sim. Quando o professor coloca o aluno... em grupo e determinados alunos é... exclui o coleguinha, só por causa da cor ou por causa da situações financeiras ou problema mental.

4-QUANDO VOCÊ PRESENCIA UMA SITUAÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM SALA DE AULA COMO VOCÊ AGE?

R: EU ajo aconselhando... é... falando pra eles que isso não é maneira de agir, que nós temos que amar os coleguinhas... respeitando as diferenças.

5-VOCÊ SE SENTE À VONTADE PARA DISCUTIR QUESTÕES RACIAIS NA ESCOLA? PORQUÊ?

R: Sim. Porque... porque... falando... aconselhando eu estou sempre ajudando o meu aluno a lidar... a lidar com questões ... questões sociais na vida cotidiana.

6-VOCÊ TRABALHA COM QUESTÕES RACIAIS EM SALA DE AULA? COMO É FEITO ESSE TRABALHO?

R: Sim. Através de debates, pesquisas, é... mine gincanas.

7-DE ACORDO COM DADOS HISTÓRICOS PERCEMOS QUE A RAÇA NEGRA TEVE GRANDE INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA? COMO VOCÊ VÊ O NEGRO NO ATUAL CONTEXTO SOCIAL DO BRASIL?

R: Eu vejo que... ainda hoje o negro... o negro ainda é... ainda é... discriminado pelo emprego, por questão do emprego...

8-A LEI 10639 SANCIONADA EM 2003 INCLUI NA GRADE CURRICULAR A DISCIPLINA CULTURA AFRO-BRASILEIRA. VOCÊ SE SENTE À VONTADE PARA FAZER ESSA DISCUSSÃO COM OS ALUNOS?

R: Não. Porque eu ainda não fui informada sobre a lei... informada sobre a lei para fazer essa discussão.

9-QUE SUGESTÕES VOCÊ COMO EDUCADORA DARIA PARA TRABALHAR A DISCIPLINA AFRO-BRASILEIRA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA?

R:Trabalhar a diversidade em sala de aula... é...através , é através de debate ,seminários.

10- NA ESCOLA EM QUE VOCÊ TRABALHA COMO É O RELACIONAMENTO DAS CRIANÇAS NEGRAS COM AS CRIANÇAS NÃO NEGRAS? VOCÊ PERCEBE DIFERENÇA?

R: Elas discriminam....é.... discriminam é... falando porque elas têm a cor negra, é diferente delas, pois o branco... o branco é mais bonito, é mais inteligente é...é... é rico e o preto não, o preto é sempre mais sujo, não é inteligente, é...é pobre pois isso... isso faz com que essas crianças se sintam muito tristes e desmotivadas na sala de aula. Sim.

NOME: Joana

IDADE: 40 anos

FORMAÇÃO: Licenciada em História

SÉRIE EM QUE ATUA: 4º ano

1-VIVEMOS EM UMA SOCIEDADE PLURIÉTNICA. COMO VOCÊ SE IDENTIFICA RACIALMENTE?

R: É... o meu pai é negro e a minha mãe é branca, então, tendo essas duas junções... mulata né?

2-QUAL O SEU CONCEITO SOBRE DISCRIMINAÇÃO RACIAL?

R: Bem! Esse conceito é bem antigo né? Vem desde a idade média, principalmente, com aquele conceito do europeu e tudo isso até mesmo como exemplo o próprio Jesus Cristo que é pintado loiro, mas na verdade a gente sabe que naquela região da... de onde Jesus veio, as pessoas não são... não têm esse estilo é... não tem essa estética. Então, hoje em dia assim... a discriminação racial é muito complicada, porque na verdade cientificamente não existe raças, existe a raça humana e sim essa discriminação racial é mais um problema da sociedade, tem preconceito não só racial, mas também, com deficiência com a síndrome de dhaw e tantas outras... e tantos outros preconceitos que a gente tem na sociedade hoje.

3-VOCÊ PERCEBE SITUAÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO SEU CONVÍVIO SOCIAL? E NA SALA DE AULA? FALE UM POUCO SOBRE ELA.

R: Sim, infelizmente percebo isso, é... inclusive aqui numa escola ao lado crianças de quatro anos tendo preconceito com outras que era negra entendeu? Não queria brincar porque a criança era negra, também até .. é...filhos com vergonha dos próprios pais porque são negros, então isso a gente vê que é uma constante. Bem... eu como professora, em minhas aulas, graças a Deus não presenciei nenhuma atitude de discriminação racial nos meus alunos.

4-QUANDO VOCÊ PRESENCIA UMA SITUAÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM SALA DE AULA, COMO VOCÊ AGE?

R: É... como eu disse na outra pergunta, como eu respondi. Eu ainda não passei por essa experiência, mas se caso eu, viesse acontecer, eu tentaria dialogar com as pessoas envolvidas nesse processo entendeu? É...tentaria conversar, explicar o porquê dessa discriminação pra tentar sanar o problema.

5-VOCÊ SE SENTE À VONTADE PARA DISCUTIR QUESTÕES RACIAIS NA ESCOLA? PORQUÊ?

R: SIM... Porque hoje em dia é um tema. Hoje em dia não já era pra ter trabalhado a muito 0tempo atrás, então é... a gente precisa ta trabalhando com os alunos revendo esses conceitos, tirando essa mentalidade da discriminação racial... de que o negro tem o seu espaço na sociedade, um espaço... teve sua contribuição na... na... como é que se diz? No período de colonização, de formação do povo brasileiro, ele tem esse espaço, então a gente precisa ta trabalhando incutindo nos alunos esse conceito e tirando o preconceito de discriminação racial .

6- VOCÊ TRABALHA COM A QUESTÃO RACIAL EM SALA DE AULA? COMO É FEITO ESSE TRABALHO?

R:Sim, trabalho é... pra você trabalhar a questão racial eu no meu caso, eu faço pesquisa, trabalho a cultura africana, a cultura afro-brasileira, toda contribuição que o negro trouxe... é... para a cultura brasileira, então tudo isso a gente tenta trazer e fazendo muitas pesquisas porque os material didático infelizmente é muito escasso, a gente tem que tá correndo atrás de artigos , revistas, filmes, pra está trabalhando com nossos alunos.

7-DE ACORDO COM DADOS HISTÓRICOS PERCEBEMOS QUE A RAÇA NEGRA TEVE GRANDE INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA. COMO VOCÊ VÊ O NEGRO NO ATUAL CONTEXTO SOCIAL DO BRASIL?

R: Com certeza a influência da raça negra na formação do povo brasileiro foi muito grande e ainda hoje é. Infelizmente é... a cultura negra afro-brasileira tem que é ... por causa do preconceito tem sofrido bastante, mas isso não deixa que é mesmo nesse contexto social, tem que resgatar sua cultura que é o que está acontecendo hoje, através de ONGs de estudos de várias escolas que... é... dão grande importância e valor a cultura negra, então isso é um resgate dessa cultura para que essa mentalidade de discriminação racial seja quebrada. E hoje esse contexto social, infelizmente vai ser um processo assim: lento, ta sendo lento, mas... tem muita força, muita gente envolvida e com certeza esse trabalho vai fluir é... satisfatoriamente.

8-A LEI 10.639 SANCIONADA EM 2003 INCLUI NA GRADE CURRICULAR A DISCIPLINA CULTURA AFRO-BRASILEIRA.VOCÊ SE SENTE À VONTADE PARA FAZER ESSA DISCUSSÃO COM OS ALUNOS? PORQUÊ?

R: Sim, a lei está aí tem que ser implantada, as escolas têm que ta trabalhando com a cultura, com essa disciplina de cultura afro-brasileira e agente tem que tá sentido à vontade mesmo porque, como o preconceito ta aí, vai surgir vários conflitos, perguntas que a gente tem que está preparados para responder então, a questão aí é ir atrás, estudar pesquisar pra quando o aluno vier com alguns questionamentos, a gente tá sabendo trabalhar com ele então, o professor tem que ta... o professor principalmente tem que está disponível e acessível e flexível pra está tratando desse tema na sala de aula.

9-QUE SUGESTÕES VOCÊ COMO EDUCADORA DARIA PARA TRAABALHAR A DISCIPLINA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA PRATICA PEDAGÓGICA?

R: Bem, como eu tinha dito antes o material é escasso a gente tem que ta pesquisando, tem muita coisa filme, artigo você pode ta trabalhando a geografia da África, principalmente você pode ta fazendo um trabalho interdisciplinar com seus alunos. Tem um filme Kiricú que é lindo bem interessante, mostra todo o contexto da África, foge um pouco daquele... dos desenhos da Disney, aquela coisa, mostra outra realidade para as crianças e é um filme bem interessante é... vários artigos de revistas , trabalho de pinturas, se for possível fazer, montar uma exposição a partir de criação de textos, músicas didáticas, a questão é pesquisar e correr atrás do material é... ta fazendo esse pedagógico acontecer.

10-NA ESCOLA EM QUE VOCÊ TRABALHA COMO É O RELACIONAMENTO ENTRE A CRIANÇAS NEGRA E AS CRIANÇAS NÃO NEGRAS. VOCÊ PERCEBE QUE HÁ DIFERENÇA?

R: Infelizmente há uma certa diferença entre elas, assim... algumas... infelizmente desde pequeninas já têm essa questão do preconceito enraizada, mas, na escola que tou é minoria assim... elas se tratam bem, a maioria entendeu? Não tem.. que na verdade as crianças são inocentes o que cria é a mentalidade que o adulto vai... vai...tá formando, a mentalidade dessa criança, então eu vejo assim. Essas que são, que tem esse preconceito, acho que elas nem sabem o que é, não sabem o que significa o preconceito racial, mas tem aquela questão a... não vou brincar com fulano porque é negra, porque essa criança é negra não chega perto, então graças a Deus é minoria, mas existe e ...é preciso ser podada pela raiz esse mal para que ele não venha não passe não vire uma epidemia e atinja outras crianças.